



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Administração
Curso de Mestrado Acadêmico em Administração

AMANDA FLORENSE ALVES AMORIM

Semeando no voluntariado para colher Cidadania:
Um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário, percepções e
atitudes cidadãs.

João Pessoa
2018



AMANDA FLORENSE ALVES AMORIM

**Semeando no voluntariado para colher Cidadania:
Um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário, percepções e
atitudes cidadãs.**

Dissertação apresentada como
requisito para obtenção do título de mestre em
Administração do Programa de Pós-
Graduação em Administração da
Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração:
Administração e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Gestão
Estratégica, Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos
Eduardo Cavalcante

**João Pessoa
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A524s Amorim, Amanda Florense Alves.

Semeando no voluntariado para colher cidadania: um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário, percepções e atitudes cidadãs. / Amanda Florense Alves Amorim. - João Pessoa, 2018.

153 f. : il.

Orientação: Carlos Eduardo Cavalcante.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Administração. 2. Trabalho voluntário - motivação. 3. Voluntariado. 4. Cidadania. 5. Atitudes cidadãs. I. Cavalcante, Carlos Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

FOLHA DE APROVAÇÃO

AMANDA FLORENSE ALVES AMORIM

**Semeando no voluntariado para colher Cidadania:
Um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário, percepções e
atitudes cidadãos.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Gestão Estratégica, Trabalho e Sociedade.

Qualificação da dissertação aprovada em: 27 / Fevereiro / 2018

Banca examinadora:



Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante
Universidade Federal da Paraíba
(Orientador)



Prof. Dr. Anielson Barbosa da Silva
Universidade Federal da Paraíba
(Avaliador interno)



Prof. Dr. Lizandra Serafim
Universidade Federal da Paraíba
(Avaliador externo)

AGRADECIMENTOS

Ao único **Deus**, o autor e consumidor da minha fé. Meu Pai cuidadoso que, apesar de toda sua grandeza, se importa em detalhes com a minha vida, dando-me forças e perseveranças quando julgo não mais suportar a caminhada. Aquele que é o meu maior Mestre, me ensinando sempre que o quanto posso crescer, avançar, sonhar, concretizar.

Aos **meus pais** por natureza, opção e amor. Meus heróis e amor maior!

Aos **meus irmãos** que em muitos momentos são filhos, confidentes, colunas de sustento.

Aos **mestres**, formadores de opinião, construtores de sonhos. As mãos que me direcionaram com toda dedicação, mostrando-me um caminho que não tem fim, mas que é capaz de transformar o meu dia-a-dia através da dádiva do conhecimento.

Aos verdadeiros **amigos** que são feitos do amor de Deus para me abençoar com braços estendidos, ouvidos interessados em me ouvir, boa vontade em servir, críticas construtivas e forças multiplicadas.

A todos os **integrantes do GETS** por se constituírem parceiros para discussões que agregam e meios de crescimento acadêmico e pessoal. Com eles pude mergulhar no mundo do Terceiro Setor, fazer novas descobertas e crescer nas diferenças.

Aos **professores da Banca Examinadora**, que prontamente aceitaram e dedicaram tempo na apreciação deste estudo, contribuindo, assim, para o seu aperfeiçoamento.

Ao meu **orientador e professor Carlos Eduardo**, profissional que aprendi a admirar pela excelência com que desempenha suas atividades, e sobretudo, por ter um coração paterno, no qual exige prazos, deixa claro a realidade da vida acadêmica, e ao mesmo tempo se importa, pegando na mão dos seus orientandos para lhes mostrar o caminho das pedras.

A todos que direta ou indiretamente acrescentam na minha vida de modo a tornar-se parte das minhas conquistas, a minha mais sincera gratidão.

*Não quero viver como um pássaro que mantém os pés atados a um visgo imaginário. Como um texto que tece centenas de parágrafos sem dar o recado pretendido. Que a cada manhã, eu desperte um pouco mais para o que verdadeiramente me interessa. E que o meu Deus continue a me dar a fé para persistir e a força necessária para vencer os gigantes diante de mim. **“O temor do Senhor é o princípio da sabedoria”**. Salmos. 111:10.*

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar a relação entre as motivações para o voluntariado e as percepções e atitudes cidadãs, tendo a mesma como foco os voluntários da área da saúde atuantes no Estado da Paraíba. Nesse sentido, foi desenvolvido um referencial teórico visando o embasamento geral quanto a cidadania, voluntariado, motivação para o trabalho voluntário, assim como a intercessão destas temáticas. E, em seguida, para o prosseguimento das análises foram desenvolvidas técnicas estatísticas, tais como: medidas descritivas, testes de correlações, de variâncias e de diferenças de médias entre grupos. Para o processo de coleta de dados, foram utilizados dois questionários: um para categorizar as motivações voluntárias, elaborado e validado por Cavalcante (2016), e um outro adaptado do *Citizen Audit* e Ferraz (2017), censo criado pelo Conselho de Pesquisa Social e Econômica da Inglaterra, para a análise das atitudes e comportamentos vinculados à cidadania. Estes questionários foram submetidos a duas amostras de 222 pessoas: voluntários e não voluntários, tornando-se possível realizar comparações entre ambos os grupos quanto a prática cidadã. Na análise dos resultados foram demonstradas as medidas descritivas dos instrumentos utilizados, nas quais foram destacadas as médias da motivação pela aprendizagem, seguida da altruísta, como as mais expressivas entre os voluntários. Ainda foram realizadas análises comparativas entre voluntários e não voluntários a partir do teste t, bem como realizados testes de correlação entre as motivações para o trabalho voluntário e os direitos sociais, políticos e civis. Por fim, pode-se dizer que os voluntários atuantes na saúde do Estado da Paraíba apresentam a busca por aprendizagem como a motivação para o voluntariado mais expressiva, seguida da motivação altruísta e busca pela justiça social. A partir dos resultados obtidos ainda foi evidenciado que as pessoas que exercem trabalho voluntário, de maneira geral, apresentaram maiores médias entre as dimensões da cidadania em comparação aos indivíduos que não atuam no voluntariado, levando-nos a conclusão de que a atuação voluntária está relacionada de maneira positiva com o entendimento e exercício de uma cidadania ativa, ainda que esta se encontre em construção.

Palavras-chave: Motivação do trabalhador voluntário. Voluntariado. Cidadania.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the relationship between the motivations for volunteering and citizenship, focusing on volunteers in the health area in the State of Paraíba. In this sense, a theoretical framework was developed aiming at the general basis of citizenship, volunteering, motivation for volunteer work, as well as the intercession of these themes. And then, for the continuation of the analyzes were developed statistical techniques, such as: descriptive measures, tests of correlations, variances and differences of means between groups. For the data collection process, two questionnaires were used: one to categorize voluntary motivations, prepared and validated by Cavalcante (2016), and one adapted from the *Citizen Audit* e Ferraz (2017), a census created by the Social and Economic Research Council of England, to the analysis of attitudes and behaviors linked to citizenship. These questionnaires were submitted to two samples of 222 people: volunteers and non-volunteers, making it possible to make comparisons between both groups regarding citizen practice. In the analysis of the results, the descriptive measures of the instruments used were demonstrated, in which the means of motivation for learning, followed by altruistic, were highlighted as the most expressive among the volunteers. Comparative analyzes were also performed between volunteers and non-volunteers from the t-test, as well as tests of correlation between motivations for voluntary work and social, political and civil rights. Finally, it can be said that volunteers working in the health of the State of Paraíba in the quest for learning as a motivation for more expressive volunteerism, for altruistic motivation and search for social justice. From the obtained results it was still evidenced that as people who carry out volunteer work, in general, presented higher averages between as dimensions of citizenship in parties with which they do not act without volunteering, leading us to the conclusion that the voluntary action is related to positive way with the understanding and exercise of an active citizenship, although this one is under construction.

Key-words: Voluntary workers motivation; Volunteering; Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Direitos Civis retardatários	28
Figura 2- Trajetória da pesquisa	40
Figura 3- Cidades pesquisadas no Estado da Paraíba	47
Figura 4- Passos da análise de mensuração	65
Figura 5- Valores referências para os coeficientes de correlação.....	91
Figura 6- Rede Informal e Apoio- Voluntários	103
Figura 7- Rede Informal e Apoio- Não Voluntários.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Funções do voluntariado e exemplos de VFI	34
Quadro 2- 4 Motivos para se voluntariar	35
Quadro 3- Hierarquia do Trabalho Voluntário	36
Quadro 4- Indicadores do instrumento de motivação voluntária.....	50
Quadro 5- Variáveis dos fatores: Direitos sociais, políticos e civis	51
Quadro 6- Variáveis agregadas aos fatores: Direitos políticos e civis	52
Quadro 7- Variáveis dos fatores: Direitos sociais, políticos e civis (1).....	52
Quadro 8- Variáveis do fator ‘Participação informal’	53
Quadro 9- Variáveis do fator: ‘Atos de participação’	54
Quadro 10- Indicadores do instrumento de motivação voluntária.....	73
Quadro 11- Variáveis agregadas em fatores: ‘cidadania’	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Universo da Pesquisa.....	43
Tabela 2- Caracterização da amostra	44
Tabela 3-Amostra de respondentes Não Voluntários por Cidades	48
Tabela 4- Caracterização das amostras: idade, gênero e estado civil	58
Tabela 5- Caracterização das amostras: formação acadêmica, renda e ocupação	59
Tabela 6- Possíveis vínculos com o trabalho voluntário	61
Tabela 7- Comunalidades da motivação- 1º Extra.....	66
Tabela 8- Comunalidades da motivação- 2º Extra.....	67
Tabela 9- Total de Variância explicada	68
Tabela 10- Matriz de componentes com rotação ortogonal Varimax: Motivação	69
Tabela 11- KMO, Bartlett e Comunalidades - 1º Extração	70
Tabela 12- KMO, Bartlett e Comunalidades- 2º Extração	70
Tabela 13- Variância total explicada do Fator Egoísmo	71
Tabela 14- KMO, Bartlett e Comunalidades da motivação -3º extra.	71
Tabela 15- Alpha de Cronbach do Construto Motivação	72
Tabela 16- Comunalidades da Cidadania: 1º Extração.....	74
Tabela 17- Comunalidades: 2º Extração.....	75
Tabela 18- Comunalidades: 3º Extração.....	76
Tabela 19- Comunalidades: 4º Extração.....	77
Tabela 20- Comunalidades: 5º Extração.....	77
Tabela 21- Comunalidades: 6º Extração.....	78
Tabela 22- Matriz de componentes com rotação ortogonal Varimax: Cidadania	78
Tabela 23- Variância total explicada dos Fatores da Cidadania.....	79
Tabela 24- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Altruísta”.....	82
Tabela 25- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Justiça Social”	83
Tabela 26- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Afiliação”	85
Tabela 27- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Aprendizado”	86
Tabela 28- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Egoísta”	88
Tabela 29- Teste K-S para normalidade do construto ‘motivação’	90
Tabela 30- Idade X Variáveis de motivação.....	91

Tabela 31- Formação X Variáveis de motivação.....	93
Tabela 32- Medidas de posição, dispersão e formato - Direitos sociais.....	95
Tabela 33- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Direito Político”	97
Tabela 34- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Direito Civil”	100
Tabela 35- Atos de participação: voluntários e não voluntários.....	105
Tabela 36- Fatores da Cidadania- Média, Estatística F, Teste t e Mann-Whitney	108
Tabela 37- Direitos Sociais- Média, Estatística F, Teste t e Mann-Whitney	109
Tabela 38- Direitos Políticos- Média, Estatística F, Teste t e Mann-Whitney	111
Tabela 39-Testes de Qui-quadrado do fator ‘Participação informal’	112
Tabela 40-Correlação entre o fator ‘direitos sociais x fatores da motivação’	115
Tabela 41-Correlações entre variáveis: ‘motivação’ x ‘cidadania 1’	116
Tabela 42-Correlação ‘direitos políticos x fatores da motivação’	118
Tabela 43-Correlações entre variáveis: ‘motivação’ x ‘cidadania 2’	119
Tabela 44- Correlação ‘direitos civis x fatores da motivação’	121
Tabela 45- Correlações entre variáveis: ‘motivação’ x ‘cidadania 3’	121

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos Específicos	21
1.3	JUSTIFICATIVA	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	CIDADANIA	24
2.2	TRABALHO VOLUNTÁRIO.....	30
2.2.1	Motivações para o Voluntariado.....	32
2.3	RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO VOLUNTÁRIO E A CIDADANIA	37
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1	TIPO DE PESQUISA	41
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA	42
3.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	49
3.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	54
3.5	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	55
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	56
4.1	ANÁLISE EXPLORATÓRIA E DESCRITIVA DAS AMOSTRAS	57
4.1.1	Descrição das amostras	58
4.2	ANÁLISE DE MENSURAÇÃO	65
4.2.1	Motivação	66
4.2.2	Cidadania.....	74
4.3	MEDIDAS DESCRITIVAS, ANÁLISE DE ASSOCIAÇÃO E COMPARATIVA	80

4.3.1 Análise de medidas descritivas dos fatores da motivação voluntária	81
4.3.1.1 Análise de associação entre as variáveis da motivação voluntária e o perfil sociodemográfico da amostra de voluntários	89
4.3.2 Análise de medidas descritivas dos fatores agregados a cidadania – Dimensões cidadãs	94
4.3.2.1 Comparação dos fatores da cidadania entre grupos – Voluntários x Não voluntários.....	107
4.4 RELAÇÕES ENTRE MOTIVAÇÃO VOLUNTÁRIA E CIDADANIA	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	130
ANEXO 1: INSTRUMENTO- MOTIVAÇÃO VOLUNTARIA.....	143
ANEXO 2: INSTRUMENTO- CIDADANIA.....	145
APÊNDICE 1	146

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo introdutório informa os aspectos gerais da pesquisa. Para tanto o mesmo foi estruturado em seções que apresentam a contextualização do tema, nas quais abordam questões a respeito da cidadania, terceiro setor, trabalho voluntário e motivações. Em seguida, são apresentados os objetivos desta pesquisa, bem como os argumentos da justificativa teórica e prática para o seu desenvolvimento.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A cidadania trata-se de um conceito multicamadas, no que diz respeito aos seus significados e conteúdo, sendo a mesma influenciada pelo tempo e espaço de um determinado lugar (DAGNINO, 2004; PINSKY; PINSKY, 2016). Nesse sentido, visando o melhor entendimento da contextualização do tema proposto, para dissertar acerca da cidadania, adotou-se a analogia de uma árvore centenária, de largo tronco, profundas raízes, verdes folhagens e bons frutos acessíveis àqueles que dela desfruta. Assim, iniciamos a construção deste trabalho entendendo que a cidadania é composta por um processo de nascimento e desenvolvimento que não ocorre de um dia para outro, antes, esta passa por diferentes estágios até que floresça.

Nessa perspectiva, se faz necessário enfatizar que a cidadania perpassou por diferentes fases durante a história, sendo assim marcada por dois principais momentos: antiguidade e a modernidade (HEATER, 2004; BELLO, 2007). Portanto, considerando-a em meados início do período moderno, destacam-se os séculos XIX e XX, tendo em vista que em meio as revoluções Francesa e Americana, a cidadania renasce do período medieval com ideais de democracia, igualdade e liberdade (SANTOS, 2005; BARCELOS, 2010; MELO, 2015).

A partir desse contexto, se originou a abordagem formulada pelo sociólogo britânico Thomas H. Marshall (1967), na qual conceitua a cidadania como um *status* pertencente a todos os membros de uma comunidade, de modo que estes igualmente detenham um conjunto de três tipos de direitos: o civil, que centra-se na liberdade individual de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de liberdade religiosa e propriedade; o direito político, ou seja, a garantia de participação na vida política da sociedade, e o social, que abrange o direito de bem-estar econômico, segurança e garantias de padrões de vida.

A teorização de Marshall (1967) afirma que as pessoas apenas podem ser consideradas cidadãos completas quando desfrutam das três dimensões dos direitos: Cívicos, políticos e sociais. Nessa perspectiva, ainda é sabido que estes direitos devem ser conquistados idealmente nesta ordem, tendo em vista que os direitos cívicos envolvem os direitos básicos de todo ser humano, como por exemplo o direito à vida e à liberdade. Logo, para que os demais direitos (políticos e sociais) sejam desfrutados plenamente, é necessário primeiramente garantir os cívicos (MARSHALL, 1967; CARVALHO, 2016).

Partindo desse pressuposto, e lançando mão da analogia da árvore aqui empregada, deve-se considerar o fato das sementes, quando plantadas, sofrerem influências do tipo de solo, clima e do ambiente externo, de modo geral. Portanto, não se faz coerente esperar que uma mesma semente germine e se desenvolva da mesma maneira em contextos inteiramente opostos, tal como o exemplo da cidadania desenvolvida nos Estados Unidos, descrito por Tocqueville (2005), e a construção da mesma no contexto brasileiro (CARVALHO, 2016).

A cidadania nos Estados Unidos, conforme Tocqueville (2005) apresenta, foi adubada sob os fundamentos da liberdade da democracia e igualdade de condições, influenciada por um contexto histórico que possibilitou à semente da prática cidadã germinar ordenadamente com os direitos cívicos, políticos e sociais descritos por Marshall (1967). No entanto, esta mesma semente, ao ser lançada no solo brasileiro, assumiu uma estrutura totalmente diferente de modo que, primeiramente, foram desenvolvidos os direitos sociais, em seguida os políticos e, retardatariamente, os cívicos (NORTE, 2009; ANDRADE et al. 2012; CARVALHO, 2016).

Ante o exposto, e ciente que o conceito de cidadania é dinâmico e polissêmico, com caráter histórico-cultural, transformando-se com o tempo, lugar e evolução da sociedade, ressalta-se que a mesma se encontra em uma concepção contemporânea, na qual abrange novos tipos de questões, tais como: exercício dos deveres, direito das diferenças, das minorias (gênero, racial, crianças), meio ambiente, engenharia genética e até mesmo de clonagem (BOBBIO, 1992; REIS, 1999). Contudo, assumindo a amplitude da Cidadania, a discussão pretendida neste trabalho se deterá a abordagem dos direitos sociais, políticos e cívicos desenvolvida por Marshall (1967), tendo em vista que, embora a mesma tenha se originado em um contexto britânico, esta pode ser considerada canônica entre as teorias da cidadania, tornando-a parâmetro para o debate atual sobre esta temática em outras sociedades (REIS, 1999; BELLO, 2007; CLEMENTE, 2015).

Nesse sentido, se faz necessário o enfoque na semeadura da cidadania no Brasil, sendo assim possível verificar que não foi o povo quem trabalhou a terra, sujou suas mãos e plantou

as primeiras sementes. Antes, foram os detentores do poder que tomaram esta iniciativa dando origem a uma cidadania assistencialista e paternalista (CARVALHO, 2016). Assim como demonstra Carvalho (2016), esta realidade pode ser explicada ao se olhar para a colonização do país, não sendo a independência do Brasil conquistada, mas declarada por quem possuía patente, Dom Pedro I. Dessa forma, justifica-se em primeira instância a tradicional baixa participação da sociedade, na qual repercute até os dias atuais (AVRITZER, 2009; ANDRADE et al., 2012; CARVALHO, 2016).

A partir deste cenário desencorajador, no que diz respeito ao engajamento dos cidadãos no cultivo da cidadania, o terceiro setor, constituído de organizações sem fins lucrativos (ONGs), bem como de movimentos sociais e atuação voluntária, surge como uma das possíveis formas de se fomentar a participação social. Assim, conforme descreve Smith (1991), bem como Calegare e Junior (2009), na década de 1970 o terceiro setor impulsiona seu crescimento nos EUA, ganhando também espaço no solo brasileiro (FERNANDES, 1994). Confirmando esta realidade no contexto nacional, segundo o IBGE (2012), após a década de 1980 foram fundadas no Brasil aproximadamente 290 mil ONGs, colocando-nos diante de um paradoxo: baixo nível de participação cidadã, mas um grande número de organizações no Terceiro Setor.

Adentrando-se ao contexto do Terceiro setor, Fernandes (1994) caracteriza-o como não governamental, não lucrativo, independente e mobilizador da dimensão voluntária, tendo em vista que o mesmo abrange um conjunto de organizações e iniciativas privadas, constituindo assim uma sociedade civil, que não pertence ao Primeiro Setor (Estado) ou Segundo Setor (Mercado). Nesse sentido, diante das diferentes concepções de sociedade civil entre as discussões nas ciências sociais, torna-se propício esclarecer que a presente pesquisa não partilha do entendimento de uma sociedade civil neoliberal, conforme apresenta Simionatto (2010), tendo em vista que para o autor, a mesma consiste em um espaço que, não apenas encontra-se fora do Estado, mas contraposto a ele. Antes, a sociedade civil, na qual este trabalho se refere compreende um conjunto de organizações não governamentais e cidadãos que se colocam em interdependência com o Estado através de uma relação cooperativa por meio de diferentes tipos de parcerias (local, estratégica e multisetorial) via políticas públicas (SALAMON, 1998).

Nessa perspectiva, segundo Carballal (2009), bem como Milligan e Fyfe (2005), o Terceiro Setor pode ser considerado um meio importante no desenvolvimento da cidadania, uma vez que este proporciona oportunidades para a participação social e o envolvimento

democrático. Assim, destaca-se que, embora a participação seja frequentemente associada a direitos e a procedimentos formais no quadro da administração pública, o entendimento de participação neste estudo estende-se a um processo pelo qual membros de uma sociedade, nos quais não possuem cargos públicos, executam ações públicas ou empreendem ações relacionadas com a comunidade, compreendendo assim o envolvimento comunitário, cívico e político mediante mobilização individual e coletiva (ROBERTS, 2004; ALMEIDA, 2016)

Dentre a discussão do terceiro setor, composto por uma sociedade civil e participação social, se faz necessário assumir que a origem e expansão do mesmo apresenta raízes subjetivas e diferenciadas a depender da localidade observada (SALAMON; ANHEIER, 1996; MUSICK; WILSON, 2008). Assim, esta pesquisa baseia-se na Teoria dos Bens Públicos, na qual afirma que as ONGs surgem para atender a uma demanda que o Estado (Primeiro Setor) e o Mercado (Segundo Setor) não são capazes de suprir devido às limitações na produção dos “bens públicos” (WEISBROD, 1977; SALAMON; ANHEIER, 1996). Nesse sentido, segundo Weisbrod (1977), nas democracias em que há grande diversidade de opiniões sobre quais bens públicos devem ser produzidos e ofertados, se considera apenas a opinião e a demanda do “eleitor médio”, ficando os demais nichos de solicitações insatisfeitos.

A premissa apresentada pode ser confirmada ao se olhar para a construção da cidadania no Brasil, sendo possível verificar que os governantes sempre priorizaram o atendimento aos direitos sociais em detrimento dos demais direitos (CARVALHO, 2016). Assim, tornava-se possível atender às necessidades dos eleitores capazes de manter estes governantes no poder, reforçando deste modo a “estadania” em detrimento da cidadania (ANDRADE et al., 2012; CARVALHO, 2016). Nessa perspectiva, de acordo com Cardoso e Pereira (2014), o conceito da “estadania” consiste em a sociedade se mover a partir das iniciativas do Estado. No entanto, apesar do Estado se estabelecer na cultura brasileira desde a sua fundação como protagonista central da vida social, sendo este o detentor da capacidade de iniciativa e de condução da dinâmica sociopolítica, o mesmo não consegue suprir todas as especificidades de uma população heterogênea, impulsionando assim o surgimento de ONGs (MATSUNAGA et al., 2010; ALMEIDA, 2011; ANDRADE et al., 2012).

As organizações sem fins lucrativos (ONGs), por sua vez, configuram-se como uma das maiores representações do Terceiro Setor, sendo as mesmas um resumo nítido da ideia do “privado com funções públicas”, visto que prestam serviços coletivos que não passam pelo exercício do poder do Estado, assim como seus lucros são apenas fonte para sua manutenção

(FERNANDES, 1994). Estas organizações são constituídas de pessoas, e uma das suas principais marcas é o voluntariado, embora não se negue a existência de profissionais remunerados que nelas atuam.

O voluntariado envolve indivíduos, nos quais, movidos por razões intrínsecas e extrínsecas, desenvolvem trabalhos por iniciativa própria sem que este seja remunerado financeiramente (MUSICK; WILSON, 2008; CAVALCANTE, 2016). Dentre esta temática, o presente trabalho se aprofunda nas discussões, uma vez que o foco do estudo não se limita a analisar o Terceiro Setor e a prática voluntária, mas envolve as motivações pessoais pelas quais levam um indivíduo a ofertar esforços próprios, tempo e até recursos voluntariamente em prol de uma causa. Aqui cabe ainda ressaltar que as teorias motivacionais referentes ao trabalho remunerado são distintas das motivações para o trabalho voluntário devido à natureza das atividades e, por isso, estas não devem ser equiparadas (FERREIRA *et al.*, 2008; PROCOPIUCK; MEYER JR., 2011; CAVALCANTE, 2016).

Nessa perspectiva, estudos apontam que as motivações para o voluntariado podem estar vinculadas a aspectos como: altruísmo, religiosidade, sentimento de culpa, obrigação, responsabilidade, necessidade de aprendizado ou até mesmo para satisfação própria, revelando-nos, assim, uma dimensão egoísta (MOSTYN, 1983; MCCURLEY; LYNCH, 1998, CAVALCANTE, 2016). Portanto, se faz importante identificar as motivações dos voluntários para o avanço dos estudos e gestão destas entidades, tendo em vista que o trabalho voluntário tem possibilitado uma maior aproximação dos envolvidos com os problemas da sociedade, gerando assim impacto na cidadania (FLANAGAN *et. al.*, 1998; MUSICK E WILSON, 2008).

Neste sentido, retomando a abordagem da cidadania, agora semeada no campo do trabalho voluntário, Milligan e Fyfe (2005) afirmam que as possíveis associações existentes entre tais construtos não são simples de serem definidas devido à complexidade entre o voluntariado e as atitudes cidadãs. Segundo Milligan e Fyfe (2005), o Terceiro Setor encontra-se em uma bifurcação cada vez mais crescente: organizações de bem-estar de base e organizações corporativistas, ressaltando que ambas exercem impacto na cidadania, seja ela ativa ou passiva.

Considerando a relação entre o voluntariado com a cidadania, estudos internacionais, como Gray *et al.*, (1998), Astin e Sax (1998) e Morgan e Streb (2000), demonstram uma relação positiva entre os mesmos, de modo que as pessoas envolvidas no trabalho voluntário possuem mais consciência de responsabilidade social e participação cidadã. No entanto,

tratando-se de pesquisas nacionais, os estudos voltam-se para a gestão dos voluntários ou para as contribuições que os trabalhos voluntários podem gerar para a sociedade, comentando apenas sobre a cidadania ou participação social como elementos vinculados (SILVEIRA, 2002; TEODÓSIO, 2002; CAVALCANTE, 2016).

Torna-se propício, portanto, destacar algumas razões apresentadas por Musick e Wilson (2008), pelas quais se faz possível afirmar que o trabalho voluntário incentiva atitudes cívicas, sendo estas: (1) o voluntariado torna as pessoas mais conscientes da natureza estrutural dos problemas sociais e da necessidade de soluções políticas; (2) , o trabalho voluntário encoraja a crença de que um contrato social está subjacente a uma vida social ordenada; (3) o voluntariado envolve as pessoas mais intensamente na vida organizacional das organizações sem fins lucrativos, permitindo que as mesmas aprendam mais sobre as questões e políticas locais, afinal, a participação gera participação; (4) o trabalho voluntário ensina habilidades cívicas. Logo, o presente trabalho defende a premissa de que o voluntariado é um terreno fértil para a prática ativa da cidadania (ANDRADE, 2003; MONTEIRO; CASTRO, 2008).

Diante do exposto nessa seção, considera-se a cidadania como uma árvore, cujos estágios de desenvolvimento variam a depender das condições em que a mesma foi plantada e cultivada. O Terceiro Setor, por sua vez, se estabelece como um vasto campo em crescimento, no qual é constituído de rico adubo denominado de voluntariado. Porém, considerando importante despender uma maior atenção aos motivos que cada indivíduo possui ao engajar-se no trabalho voluntário, a problematização deste estudo se encontra sintetizada no seguinte questionamento: qual a relação existente entre as motivações para o voluntariado e a cidadania?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre as motivações para o voluntariado e as percepções e atitudes cidadãs dos voluntários que atuam na área da saúde do Estado da Paraíba.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as motivações voluntárias de acordo com o modelo desenvolvido por Cavalcante (2016);
- Identificar as percepções e atitudes cidadãos dos sujeitos a partir de questionário adaptado do *Citizen Audit* e Ferraz (2017);
- Testar as relações entre motivação para o voluntariado e o entendimento e comportamentos cidadãos.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta seção objetiva apresentar a relevância desta pesquisa em seu âmbito teórico e prático, além da justificativa de escolha do Estado da Paraíba, assim como a área de saúde como *lócus* do estudo.

Mediante o contexto internacional, estudos apontam que o trabalho voluntário é uma prática que estimula a cidadania quanto à participação social, reforçando até mesmo a convivência em sociedade organizada (ASTIN e SAX, 1998; FLANAGAN ET AL, 1998; MORGAN e STREB, 2000). A compreensão desta relação no contexto brasileiro também se faz relevante, uma vez que a construção da cidadania no Brasil é envolvida por elementos históricos, não podendo ser comparada com realidades diversas, tal como a dos EUA (CARVALHO, 2016).

De maneira geral, o cenário acadêmico estabelece relações entre o trabalho voluntário e o exercício da cidadania (BROWN, 1999; REED e SELBEE, 2001; WILSON e MUSICK, 2008), ainda que as mesmas se diferenciem em graus, a depender do contexto onde estão sendo analisadas. No Brasil, por exemplo, embora sejam poucos os estudos sobre essa temática, os mesmos defendem o engajamento no voluntariado como potencializador para a participação social (REIS, 1999; EVANGELISTA, 2002; SILVEIRA, 2002; TEODÓSIO, 2002; CAVALCANTE, 2016).

Neste sentido, realizou-se em Janeiro de 2016 e 2017 uma investigação bibliométrica no Portal Capes sobre os estudos realizados no Brasil nos 5 anos anteriores que envolvessem motivação para o trabalho voluntário e cidadania, utilizando-se para tanto de palavras-chave como: “Motivação para o trabalho voluntário” e “Cidadania” A partir desta

pesquisa prévia, verificou-se que não havia pesquisas desenvolvidas que relacionassem tais construtos, sendo identificada, assim, uma lacuna teórica no que diz respeito à necessidade de compreender a relação das motivações dos voluntariados no exercício de sua cidadania. Portanto, o GETS (Grupo de Estudo do Terceiro Setor- UFPB) iniciou estudos com o objetivo de investigar a relação entre os construtos citados, abordando primeiramente a área da educação e, em seguida, a saúde, sendo este o *lócus* do presente trabalho.

Considerando a área a ser pesquisada, segundo dados do IBGE (2010), entre as 5 regiões brasileiras, o Nordeste é a segunda região com maior quantitativa de ONGs, sendo: Sudeste- 128.619; Nordeste- 66.529; Sul- 62.633; Centro-Oeste 18.783 e Norte- 14. 128. Ainda de acordo com o IBGE (2010), entre os nove Estados da região Nordeste, a Paraíba encontra-se em 5º lugar na representação quantitativa de ONGs, sendo apresentada a seguir o número de ONGs e população total de cada estado da região Nordeste: 1º Bahia- 18.825 (ONGs) / 14.016.906 (habitantes); 2º Ceará- 13.002 (ONGs) / 8.452.381 (habitantes); 3º Pernambuco- 8.933 (ONGs) / 8.796.448 (habitantes); 4º Maranhão- 6.648 (ONGs) / 6.574.789 (habitantes); **5º Paraíba- 5.628 (ONGs) / 3.766.528 (habitantes)**; 6º Piauí- 4.276 (ONGs) / 3.118.360 (habitantes); 7º Rio Grande do Norte- 4.153 (ONGs) / 3.168.027 (habitantes); 8º Sergipe- 2.782 (ONGs) / 2.068.0171 (habitantes); 9º Alagoas- 2.282 (ONGs) / 3.120.494 (habitantes).

A partir dos dados descritos, a escolha da área da saúde é reforçada devido ao fato de as ONGs que atuam neste segmento terem uma representativa atuação no Estado da Paraíba, uma vez que o mapeamento geral destas entidades em todo o território paraibano, realizado através do GETS, identificou a área da saúde como um dos três setores mais atuantes deste contexto, juntamente com assistência social e educação. Portanto, tendo em vista que a assistência social constitui uma área demasiadamente heterogênea quanto às naturezas dos serviços das ONGs que nelas atuam, dificultando assim uma possível generalização para os resultados pretendidos, além do desenvolvimento de um estudo na área de educação, o presente trabalho delimitou como foco de investigação as ONGs atuantes na área da saúde.

Considerando a importância no âmbito teórico e prático para a execução desta pesquisa, pode-se afirmar que a mesma propiciará ganhos múltiplos para o Estado, para as ONGs e para a academia, tendo em vista que: o Estado poderá ter uma melhor compreensão a respeito da utilidade pública das ONGs na promoção da cidadania; as ONGs poderão aprimorar a gestão a partir do entendimento sobre as motivações dos voluntários que nelas atuam e, para a academia, este estudo exploratório somará em maiores embasamentos teóricos

sobre as motivações para o trabalho voluntário e a relação destas com o exercício da cidadania, gerando dados relevantes para o estudo do voluntariado na área da saúde no contexto da Paraíba.

No que diz respeito à oportunidade deste estudo, ressalta-se o fato do mesmo somar esforços a um projeto universal (Projeto de Pesquisa Científica) intitulado "Motivação Voluntária, Racionalidade e Cidadania: vive-se uma nova fase?", no qual está sendo empreendido pelo GETS. Este Projeto Universal foi submetido e aprovado pelo CNPQ, iniciando-se assim pesquisas nas dissertações desenvolvidas no Grupo de Estudo, sendo estas divididas por áreas nas quais as ONGs da Paraíba atuam. Portanto, considerou-se oportuna a investigação da relação entre as motivações do voluntariado e a cidadania na Paraíba adotando como *lócus* de pesquisa a área da saúde.

Quanto à viabilidade, ressalta-se que esta pesquisadora iniciou contatos prévios com ONGs da área de saúde, encontrando um campo solícito para com a proposta do estudo, sendo assim demonstrada a possibilidade de acesso aos dados necessários. Com relação aos recursos a serem despendidos para a realização da pesquisa, estando estes limitados a transporte e material de expediente, os mesmos serão custeados pela própria pesquisadora. E, com relação à literatura, identificou-se vasta nesse campo, como por exemplo, destacam-se: sobre cidadania: MARSHAL, 1967, COMPARATO, 1993; CORREIA, 2010; BARCELOS, 2010; MELO, 2015; CARVALHO, 2016; sobre trabalho voluntário: FERNANDES, 1994; TEODÓSIO, 2002; MUSICK & WILSON, 2008; CAVALCANTE et. al., 2011; SILVA et. al.: 2015; CAVALCANTE, 2016 e sobre motivação para o trabalho voluntário: CLARY et. al.; 1992; BATSON, 2002; CAVALCANTE, 2016.

Diante do exposto, para o prosseguimento deste estudo, a seguir será apresentada a fundamentação teórica que, para melhor compreensão, foi dividida nos seguintes tópicos: Cidadania (2.1); Trabalho Voluntário (2.2); Motivações para o Voluntariado (2.2.1) e Relação entre trabalho voluntário e a cidadania (2.3). Posteriormente, será descrito o percurso metodológico para a execução da pesquisa, seguido da demonstração do cronograma pretendido para a realização da mesma.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo objetiva suscitar a discussão sobre as principais abordagens acerca da cidadania, do trabalho voluntário e das motivações que levam indivíduos a se engajarem no trabalho voluntário. As teorias apresentadas nesta seção constituem-se a base teórica para o entendimento prévio da temática, para a coleta dos dados, realização da análise e para as considerações da presente pesquisa.

2.1 CIDADANIA

A cidadania, de acordo com Dagnino (2004), trata-se de um conceito multicamadas, de caráter histórico, no que diz respeito aos seus significados e conteúdo. Corroborando, Pinsky e Pinsky (2016) confirmam que o significado da cidadania sofre influência do tempo e espaço de um determinado lugar. Portanto, se faz necessário enfatizar que esta compreende um processo, no qual perpassou por diferentes fases durante a história, sendo assim marcada por dois principais momentos: antiguidade e a modernidade (HEATER, 2004; BELLO, 2007).

De acordo com Heater (2004), a cidadania, até os dias atuais, já passou por seis fases: sendo a primeira fase constituída pela concepção grega- romana, na qual deu origem a sua etimologia, uma vez que surgiu a partir das Polis (Cidades-Estado), que eram administradas pelos *politikos*, ou *civitas* de acordo com a língua romana (COMPARATO, 1993; CORREIA, 2010). Nesse sentido, Correia (2010) afirma que os *civitas* exerciam a civilidade de maneira direta mediante a votação das leis e práticas nas funções públicas, não necessitando de representantes intermediários, pois, assim como destaca Comparato (1993), o instituto jurídico de representação privada só foi inserido na esfera política no mundo moderno.

A segunda fase foi marcada pela concepção romana de cidadania como direito legal (HEATER, 2004). Porém, embora a cidadania na Antiguidade Clássica, se caracterizasse como participativa e ativa, a mesma também se fazia exclusiva, tendo em vista que a participação social restringia-se a direitos políticos detidos por classes sociais nobres, sendo assim excluídos de qualquer tipo de direitos: escravos, mulheres, estrangeiros, artesãos e os comerciantes (COMPARATO, 1993; SANTOS, 2005; CORREIA, 2010; MELO, 2015). Na

tentativa de justificar a exclusão, Aristóteles argumenta que estes grupos de pessoas não possuíam tempo suficiente para a dedicação às questões públicas, tendo em vista que as assembleias nos estádios ou praças públicas duravam em média 40 dias no ano (COMPARATO, 1993).

Diante do exposto, se faz relevante destacar que, embora a cidadania clássica se constituísse como prática fortemente difundida na cultura greco-romana, ocorreram fatos históricos que modificaram esta realidade, como por exemplo, a decadência do Império Romano na Idade Média (COMPARATO, 1993). Este período, corresponde a terceira fase da cidadania, na qual foi vivenciada no Feudalismo um modo de organização social e política baseado nas relações servo-contratuais, que dividia a sociedade em três classes: os burgueses, o clero e os camponeses. Entre estas classes o status de cidadão foi substituído pela instauração de relações hierárquicas de dominação privada, tendo sido a cidadania suspensa até o estabelecimento das cidades-Estado que tiveram início na Península Itálica, em meados século XI. (COMPARATO, 1993; SANTOS, 2005; BARCELOS, 2010; MELO, 2015).

A quarta fase da cidadania concebeu-se no início do período moderno, sendo este momento marcado pelas revoluções Francesa e Americana, nas quais buscavam por democracia, liberdade e igualdade universal. Segundo Comparato (1993), esta nova cidadania que nascia nas cidades-Estado, assemelhava-se à cidadania greco-romana, pois se concentrava em uma minoria de dominadores feudais fazendo, portanto, com que a maior parte da população fosse impedida de exercer seus direitos e deveres de cidadãos. Assim, foi neste cenário vigente na era da modernidade que Melo (2015) afirma terem surgido novas necessidades de mudanças sociais atreladas ao cristianismo com a ideia de igualdade, exigindo assim uma reformulação do conceito de cidadania.

Na quinta fase da cidadania trata-se de uma concepção moderna, sendo um período caracterizado por reivindicações de direitos sociais, civis e políticos. Segundo Melo (2015), foi neste momento da história (situado mais precisamente entre os séculos XIX e XX), que a cidadania apresentou progressos na sociedade, tendo como pontos culminantes as Revoluções Francesa e Americana, uma vez que estas lutavam pelo ideal de igualdade e liberdade (COMPARATO, 1993; BENEVIDES, 1994; SANTOS, 2005; BARCELOS, 2010; GERMANO, 2011; MELO, 2015).

Nesta perspectiva, a cidadania passou a não se restringir a direitos políticos, mas os direitos humanos, de maneira geral, passaram a ser discutidos em duas principais correntes de pensamento: em um eixo encontramos Locke, pensador que defende a naturalidade dos

direitos sob a argumentação de que todo e qualquer cidadão, independente do seu país de origem, possui os mesmos direitos fundamentais. E, em outro eixo, Rousseau, que afirma que os direitos não são naturais, mas estabelecidos em lei como expressão da vontade do povo. Portanto, é diante destes dois posicionamentos a respeito dos direitos humanos que Comparato (1993) aponta para uma nova cidadania composta por duas dimensões, sendo elas: uma universal, na qual cidadãos de todas as nacionalidades são protegidos em seus direitos naturais, e outra nacional, que por sua vez restringe os direitos políticos.

Considerando a cidadania a partir do início do período moderno, destaca-se a abordagem formulada pelo sociólogo britânico Thomas H. Marshall (1967), na qual conceitua a cidadania como um atributo pertencente a todos os membros de uma comunidade, de modo que estes igualmente detenham um conjunto de três tipos de direitos: o civil, que centra-se na liberdade individual de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de liberdade religiosa e propriedade; o direito político, ou seja, a garantia de participação na vida política da sociedade e o social, que abrange o direito de bem-estar econômico, segurança e garantias de padrões de vida. Logo, segundo a abordagem Marshalliana (1967), as pessoas apenas podem ser consideradas cidadãs completas quando desfrutem destas três dimensões de direitos, seguindo, idealmente, uma sequência ordenada dos mesmos (Civil-Político-Social).

Nesse sentido, ponderando o padrão ideal de cidadania da abordagem de Marshall (1967), os EUA apresentam-se como referência, assim como demonstra Alexis de Tocqueville a partir do desenvolvimento de uma análise minuciosa da democracia norte-americana no século XIX, em que abrange aspectos desde a sua colonização até sua organização política e administrativa. Segundo Tocqueville (2005), esta democracia distingue-se das demais sociedades presentes no mundo e este fato explica-se mediante a origem dos anglo-americanos, uma vez que estes imigrantes, conhecidos como os puritanos, não saíram da Inglaterra em busca de fortunas e melhores condições de vida, antes, o foco destes estava em viver em “um lugar onde se fosse possível viver à sua maneira e orar a Deus com liberdade” (TOCQUEVILLE, 2005, pg.41).

Ao tratar-se da cidadania dos Estados Unidos, constata-se que a civilização norte-americana foi construída sob os fundamentos da liberdade da democracia e igualdade de condições, fortalecidos pelo vínculo da língua em comum que resultou no desenvolvimento de uma nação composta por 24 estados quase que independentes, cuja iniciativa parte do social em caráter democrático e igualitário (TOCQUEVILLE, 2005). Deste modo, Tocqueville (2005) afirma que os estados que compreendem os EUA caracterizavam-se por

uma participação política abrangente, sendo esta regida pela soberania do povo, além de serem descentralizados por dividir-se em três principais elementos: a Comuna, que representa o poder local e o lugar onde se desenvolve a participação direta dos cidadãos; o Condado, representado pelo poder judiciário, e o Estado, representando o poder legislativo dividido entre senadores e representantes.

Diante do exposto, confirma-se que a cidadania nos Estados Unidos, descrita por Tocqueville (2005), segue o padrão estabelecido dos três direitos de Marshal (1967): Cível-Político - Social. Contudo, diferentemente da realidade norte-americana, a construção da cidadania no Brasil foi desenvolvida de maneira distinta, iniciando-se pelos direitos sociais, políticos e civis (CARVALHO, 2016). Assim, se faz relevante destacar que o Brasil nasceu da conquista de povos seminômades, que colonizaram o país sob a base de um governo colonial e de interesses particulares, que foram supridos a partir da dominação e do extermínio, pela guerra, escravidão e doenças. E, embora seja verídico que em três séculos de colonização (1500-1822) os portugueses tenham construído um grande país dotado de unidade territorial e linguística, também é verdade o fato dos mesmos terem formado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista (CARVALHO, 2002; ANDRADE, CASTRO & PEREIRA, 2012; CARVALHO, 2016).

Neste cenário, assim como descreve Carvalho (2016), a escravatura se estabeleceu como uma das práticas mais prejudiciais para a formação da cidadania no país, de modo que o Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas e até mesmo os padres, eram proprietários de escravos. A força da escravidão se fazia tão latente que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos e, deste modo, a escravidão penetrava em todas as classes e lugares da sociedade. Portanto, os escravos não eram considerados cidadãos, não tinham os direitos civis básicos que lhes assegurassem a integridade física, a liberdade e, em casos extremos, a própria vida. Na verdade, entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas até mesmo para estes lhes faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Logo, assume-se que na época da Independência, não havia cidadãos brasileiros e nem pátria, resultando na ausência de consciência coletiva nacional (CORREIA, 2010; CARVALHO, 2016).

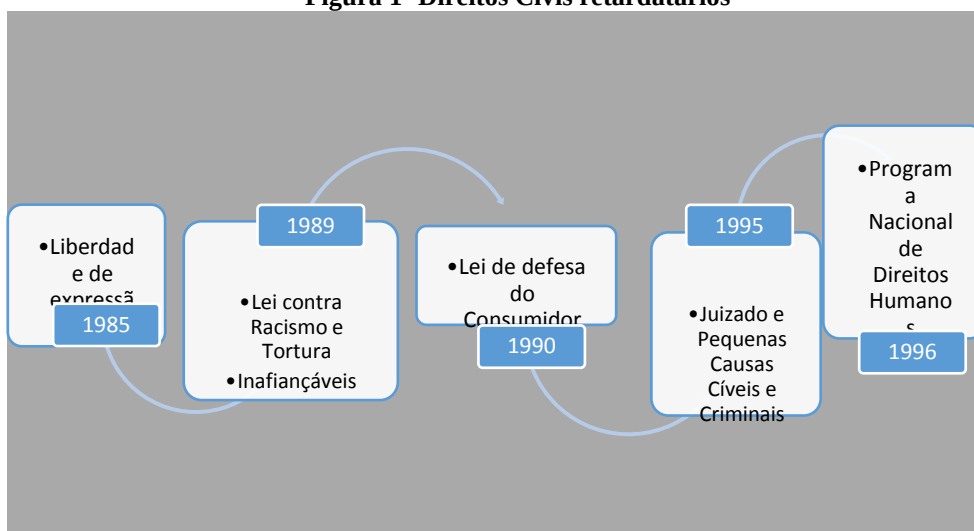
Segundo Correia (2010), foi a partir do ano de 1930 que algumas mudanças significativas começaram a acontecer, sendo este ano um divisor de águas na história do país devido à ocorrência de grandes e rápidos avanços dos direitos sociais. Pode-se dizer que o

período de 1930 a 1937 representou um primeiro ensaio de participação popular na política nacional, ocorrendo assim algumas reformas na educação, criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Porém, o Brasil vivenciou 21 anos de Ditadura Militar (1964 a 1985) sendo esta dividida em três fases marcadas por avanços em direitos sociais, mas por retrocessos nos direitos civis e políticos (CARVALHO 2002; CARVALHO 2016).

De acordo com Carvalho (2016), na primeira e segunda fase da Ditadura Militar (1964-1974), houve uma expansão dos direitos sociais sendo criados benefícios como: aposentadoria, assistência médica, FGTS e criação do Ministério da Previdência e Assistência Social. Contudo, neste mesmo período, também ocorreram intensas atividades repressivas que violaram os direitos civis e políticos, tais como: eliminação da liberdade de opinião, proibição do direito ao voto e violação do direito à vida (CARVALHO, 2002; CARVALHO, 2016).

Na terceira fase da Ditadura Militar (1974-1985), Carvalho (2016) afirma que se iniciaram alguns avanços quantos aos direitos políticos e civis, como o revogamento gradativo das leis da repressão e o movimento pelas eleições diretas em 1984. Pode-se dizer que foi a partir da década de 1980 que foram intensificados os avanços na cidadania no Brasil, de modo a ser criada em 1988 a Constituição Federal, chamada de Constituição Cidadã, que consolidou conquistas em diversas áreas, como por exemplo: educação, saúde, assistência, previdência social, trabalho, lazer e segurança, pautando-se em parâmetros de igualdade e direitos sociais universais (PIANA, 2009; CARVALHO 2002; CARVALHO 2016). Porém, como mostra a Figura 1, algumas conquistas dos direitos civis após o término da ditadura e início da Nova República foram os mais retardatários na história do país:

Figura 1- Direitos Civis retardatários



FONTE: Elaboração Própria (Baseado em Carvalho, 2016)

Apesar do exposto acerca da redemocratização do Brasil, não se pode esquecer o fato de que a maioria dos direitos foi concedido a população pelos governos estabelecidos no decorrer da história, o que evidencia uma tradição cívica pouco encorajadora que impacta a cultura brasileira até o presente século (AVRITZER, 2009; ANDRADE et al., 2012; CARVALHO, 2016). Na verdade, Carvalho (2016) também explicita que a manutenção destes direitos, ainda nos dias de hoje, não ocorre de maneira igualitária, visto que existem classes mais pobres desprovidas de direitos básicos. Contudo, cabe aqui ressaltar que mesmo cientes de que os debates sobre a cidadania sofrem influências das origens históricas até o presente momento, deve-se ter como esperança que novos “tijolos” nesta construção da cidadania têm sido alicerçados.

Por fim, cabe aqui ressaltar que além das 5 fases da cidadania descritas, a mesma encontra-se na sexta fase, correspondendo assim a uma concepção contemporânea, na qual abrange novos tipos de questões, tais como: exercício dos deveres, direito das diferenças, das minorias (gênero, racial, crianças), meio ambiente, engenharia genética e até mesmo de clonagem (BOBBIO, 1992; REIS, 1999). No entanto, assumindo a amplitude da Cidadania, a discussão pretendida se detém a abordagem de Marshall (1967), uma vez que a mesma se constitui referência primária nos estudos sobre cidadania, de modo que, embora tenha sido concebida em um contexto britânico, desenvolveu-se e tornou-se parâmetro para o debate contemporâneo sobre a cidadania em outras sociedades (REIS, 1999; CLEMENTE, 2015).

Diante do levantamento histórico da evolução conceitual da cidadania, bem como a apresentação da construção da mesma em contextos totalmente contrastantes, a exemplo dos Estados Unidos e Brasil, assume-se que a cidadania não se trata de um conceito estático, mas dinâmico e mutável, que possui a capacidade de se transformar ao longo do tempo sob a influência do cenário político, econômico, social e cultural das sociedades (REIS, 1999; FERREIRA E CARRARA, 2009; MELO, 2015). Assim, evidencia-se que o desenvolvimento da cidadania em toda a história tem resultado em novas configurações que buscam fazer com que o povo se torne parte principal do processo de promoção social através da participação, responsabilidade cívica compartilhada, emancipação e deveres, demonstrando assim uma relação positiva entre o exercício do trabalho voluntário e o engajamento cívico (COMPARATO, 1993; DEMO, 2001; MONTEIRO E CASTRO, 2008; ANDRADE, 2003).

2.2 TRABALHO VOLUNTÁRIO

Na literatura encontram-se importantes estudos acerca do trabalho voluntário no contexto internacional e nacional (COHEN, 1964; FERNANDES, 1994; TEODÓSIO, 2002; MUSICK; WILSON, 2008; HUSTINX, CNAAN; HANDY, 2010). No entanto, estas mesmas pesquisas também apontam para a falta de consenso em relação ao conceito desta prática, sendo esta, muitas vezes, confundida com ativismo social e até mesmo cuidados de parentes e amigos (MUSICK; WILSON, 2008).

Diante desta problematização quanto à formação conceitual do voluntariado, Hustinx, Cnaan e Handy (2010), buscam o caminho inverso na tentativa de descrever o que não pode ser considerado como trabalho voluntário, sendo por eles citados: trabalho remunerado ou forçado, escravidão, cuidados de familiares ou ajuda informal. Nesse sentido, Musick e Wilson (2008), na tentativa de afirmar o que é trabalho voluntário, afirmam que, para os cientistas sociais, o “voluntário” e “voluntariado” apresentam comportamentos em comum, generalizando-o a trabalho não remunerado. Contudo, Musick e Wilson (2008) também reconhecem que este conceito não é capaz de alcançar o amplo sentido desta atividade e, por isso, se faz necessário considerar aspectos como as motivações dos envolvidos, além do contexto onde esta prática é desenvolvida.

Tratando-se do trabalho voluntário sob a perspectiva nacional, as definições mais citadas são as das Nações Unidas e a da Lei 9.608/98 que, anunciada em fevereiro de 2008, dispõe sobre a regulamentação do trabalho voluntário no Brasil (SOUZA; LAUTERT, 2008; CAVALCANTE *et. al.*, 2011; SILVA *et. al.* 2015; CAVALCANTE, 2016).

Segundo está previsto na Casa Civil, considera-se serviço voluntário “a atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou à instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.” (Art. 1, Lei 9.608/98). Corroborando o exposto, Cavalcante (2012) afirma:

[...] para que uma atividade seja considerada voluntária, o indivíduo não pode ter ganhos materiais e, se tiver, os ganhos precisam ser menores do que os custos em executar o trabalho[...] Portanto, quanto mais benefícios o indivíduo tenha com a atividade, menos ele será considerado um voluntário e vice-versa. (CAVALCANTE, 2012, p.36).

Nessa perspectiva, a ONU (2011) definiu o trabalho voluntário sob três critérios importantes, sendo o primeiro critério a ausência do ganho financeiro (lucro); o segundo critério a atividade realizada mediante livre arbítrio e o terceiro critério o ser uma atividade que beneficia a terceiros e as pessoas que se voluntariam. Complementarmente, a ONU (2011) também especificou que a atividade voluntária não pode ser exercida apenas sob o vínculo de organizações, ainda que estas sejam pertencentes ao Terceiro Setor, assim como a mesma pode ter como foco amigos e conhecidos.

Mediante o exposto, pode-se considerar o trabalho voluntário como uma atividade exercida sem coerção, estando vinculada a uma organização ou não, a qual envolve doação de si mesmo em prol de terceiros, não objetivando lucros financeiros, mas benefícios emocionais, mentais e/ou físicos (PENNER, 2002; SOUZA; LAUTERT, 2008; MUSICK E WILSON, 2008; SOUZA *et. al.*, 2010; ONU, 2001; CAVALCANTE *et. al.*, 2011; SOUZA; MEDEIROS, 2012; CAVALCANTE, 2013; SILVA *et. al.* 2015).

Uma vez conceituado o trabalho voluntário, torna-se relevante entender as razões pelas quais têm se dado o crescimento do mesmo. Neste sentido, Musick e Wilson (2008) apontam alguns motivos, tais como: O trabalho voluntário tornou-se um instrumento importante da política pública em muitos países capitalistas sendo, portanto, incentivados pelo Estado; A preocupação crescente com o engajamento da sociedade para impedir que mudanças econômicas e tecnológicas enfraqueçam as estruturas políticas democráticas; A profissionalização do Terceiro Setor, de modo que as ONGs têm se transformado de um mundo informal para um contexto organizado e profissional, modelando-se a partir das corporações de negócios ou agências do governo.

Considerando o trabalho voluntário no contexto brasileiro, observa-se que o início do voluntariado no país foi considerado assistencialista e paternalista, dada a construção histórica da cidadania no Brasil (BONFIM, 2010). Corroborando essa afirmativa, Bresser Pereira e Grau (1999) afirmam que o século XX configurou-se com o Estado social-burocrático, uma vez que se buscava garantir os direitos sociais e a promoção do desenvolvimento econômico através de um sistema burocrático, formal/impessoal baseado na racionalidade instrumental.

Segundo Bresser Pereira e Grau (1999), foi na década de 1980 que a crise econômica dos países em desenvolvimento foi acentuada pelo processo de globalização, devido ao aumento da competitividade internacional, exigindo assim a busca por novas modalidades para a administração pública. Assim, como descreve Fernandes (1994), este cenário que se estabelecia no país impulsionou o incremento das organizações de serviço público não-

estatais pertencentes ao que o autor denomina de Terceiro Setor por não pertencerem ao Primeiro Setor (Estado), nem tão pouco ao Segundo Setor (Mercado).

Nessa perspectiva, Bonfim (2010) afirma que na década de 1990 o trabalho voluntário desenvolveu-se com diferentes atuações e participações sociais no contexto brasileiro, pois, assim como reforçam Bresser Pereira e Grau (1999), nesses anos iniciou-se a Reforma do Estado, dentre os objetivos encontrava-se a criação de um Estado social-liberal que apresentasse como marca a democracia e se estabelecesse como protetor dos direitos sociais, financiador das organizações não estatais, eficiente em flexibilizar a provisão de serviços tais como educação, saúde e assistência social.

Considerando o contexto descrito, tem-se que o trabalho voluntário é uma realidade que tem crescido nos últimos anos, sendo este fenômeno foco de estudos em várias partes do mundo, os quais demonstram as relevantes contribuições econômicas e sociais desta atividade. (LUM e LIGHTFOOT, 2005; CRAVENS, 2014). E, nesse sentido, Selli *et.al.* (2008) apontam o trabalho voluntário como potencial dispositivo de mudanças na sociedade com base nos valores humanitários de solidariedade e os direitos de cidadania. Corroborando esta constatação, Silva *et al.* 2015 afirmam que os indivíduos que praticam o trabalho voluntário são agentes de transformação no contexto social onde vivem, sendo estes guiados por motivações que buscam atender às necessidades de uma causa, do próximo ou até mesmo de si mesmo.

Portanto, assume-se a importância em se considerar as motivações pelas quais as pessoas executam o trabalho voluntário sob o argumento de que se faz relevante compreender não apenas o que é voluntariado ou as razões externas pelos quais o mesmo é praticado, impulsionando assim o seu crescimento em todo o mundo, mas também se faz necessário considerar as motivações internas de cada indivíduo para o engajamento nesta atividade que por tantos anos foi negligenciada (MUSICK ,WILSON, 2008; CAVALCANTE *et. al.*, 2011; CAVALCANTE, 2013; SILVA *et. al.* 2015; CAVALCANTE, 2016).

2.2.1 Motivações para o Voluntariado

A motivação humana tem sido apontada como um dos maiores desafios nas organizações modernas, sendo esta conceituada por Maximiano (2000) como um processo que incentiva os indivíduos a desempenharem uma determinada ação ou comportamento. Complementando, Gil (2002) afirma que a motivação pode ser entendida como uma mola que

impulsiona o indivíduo quanto a sua própria interpretação, na origem de suas necessidades, e não pela instigação do outro. No entanto, Tamayo e Paschoal (2005) vão além, defendendo que as teorias motivacionais podem estar no indivíduo, no ambiente laboral ou em ambos.

Nesse sentido, ao tratarmos a respeito da motivação, emergem autores consagrados como Mayo, Kohn, Alderfer, Lock, Skinner, e principalmente, Maslow, Herzberg e Vroom, conforme citam Daft (2007) e Cavalcante (2016). Porém, se faz relevante destacar que as teorias existentes sobre motivação de pessoas aplicadas a um contexto de trabalho remunerado não devem ser comparadas com as motivações emergidas dos voluntários, tendo em vista que as mesmas configuram-se distintas quanto à natureza das atividades desempenhadas entre o Mercado e o Terceiro Setor (FERREIRA et al., 2008; PROCOPIUCK; MEYER JR., 2011; CAVALCANTE et al., 2011; CAVALCANTE, 2016).

Partindo deste pressuposto, Piccoli e Godoi (2012) afirmam que diante da importância do trabalho voluntário, no que diz respeito ao contexto econômico e social, as pesquisas sobre a temática têm avançado, se fazendo cada vez mais necessário identificar os motivos pelos quais as pessoas se voluntariam, bem como o que faz com que estas permaneçam por um longo tempo exercendo trabalho voluntário. Nesse sentido, Mascarenhas, Zambaldi e Varela (2013) citam que pesquisas no campo do voluntariado sobre motivações têm identificado diversas razões que predispõem as pessoas para o engajamento nestas atividades, evidenciando assim uma temática complexa, afinal, conforme afirmam Silva e Costa (2013), a motivação para o trabalho voluntário é diferente para cada indivíduo, podendo atender a propósitos diferentes, como: ajudar os outros, ocupar o tempo livre ou disseminar uma cultura ou uma ideia.

Conforme apontam Piccoli e Godoi (2012), o crescente interesse sobre a referida temática propiciou o desenvolvimento de algumas teorias e modelos de análise da motivação para o trabalho voluntário, sendo estes divididos em dois grupos: 1) modelos unidimensionais, considerando o altruísmo prioritariamente como a motivação para o voluntariado (FISCHER E SCHAFFER, 1993) e 2) modelos multidimensionais, que consideram outras variáveis além do altruísmo como motivos para o engajamento no trabalho voluntário. Assim, assume-se desde já que este trabalho apresentará como exemplo de teorias: o Inventário das Funções do Voluntário (VFI) de Clary *et. al.* (1992), os 4 Motivos de Batson (2002) e o modelo teórico de Cavalcante (2016), sendo este o foco da presente pesquisa.

O Inventário das Funções do voluntário (VFI), abordado por Clary, Snyder e Ridge (1992), é citado por Piccoli e Godoi (2012), Silva e Costa (2013), Mascarenhas, Zambaldi e

Varela (2013) e Marques (2016) como um dos modelos mais citados pelos pesquisadores, tendo o mesmo como objetivo identificar os fatores pelos quais os indivíduos inserem-se no trabalho voluntário, além de entender o motivo que os levam a permanecerem nesse contexto. Segundo Clary, Snyder e Ridge (1992), existem seis principais motivos para o engajamento voluntário, sendo estes apresentados na teoria das Funções do Voluntário – FVI, expostas a seguir no Quadro 1:

Quadro 1- Funções do voluntariado e exemplos de VFI

Interesses motivacionais (funções)	Definição	Razões e retornos valiosos do voluntariado (exemplos de indicadores)
Social	Motivações para criar e manter laços com amigos e pessoas da sociedade.	• Meus amigos são voluntários. • Pessoas próximas são voluntárias.
Valor	Preocupação e importância em demonstrar valores relacionados ao humanitarismo e altruísmo.	• Estou mais interessado nos necessitados que em mim. • Sinto compaixão por pessoas necessitadas.
Carreira	Motivações relacionadas à carreira profissional.	• Posso fazer contatos úteis para meu negócio ou carreira. • O voluntariado me ajudará a fazer uma escolha profissional. • O voluntariado melhorará meu currículo.
Compreensão	Oportunidade de aprender, ter novas experiências ou exercitar conhecimento que de outra maneira não seria possível.	• Posso aprender mais sobre a causa pela qual trabalho. • O voluntariado me permite ter uma nova perspectiva das coisas.
Proteção	Relacionado à busca de atividade voluntária para redução de sentimentos negativos como a culpa de ser mais afortunado que outros.	• O voluntariado me ajuda a lidar com meus próprios problemas pessoais. • O voluntariado me faz sentir menos sozinho.
Estima	Referente a sentimento de importância, onde o indivíduo busca alcançar objetivos positivos.	• O voluntariado me faz sentir importante. • O voluntariado aumenta minha autoestima. • O voluntariado me faz sentir útil.

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2012); Clary, Snyder; Ridge, (1992)

De acordo com o Quadro 1 apresentado, Clary, Snyder e Ridge (1992) elencam como funções seis principais motivações para o exercício do trabalho voluntário sob a base de que os indivíduos tornam-se voluntários acreditando que esta atividade lhes permitirá satisfazer alguma necessidade pessoal. Segundo pesquisa de Clary, Snyder e Ridge (1992), as funções

"carreira", "social" e "proteção" são consideradas as menos importantes para os voluntários, enquanto que as funções "estima", "compreensão" e "valores" foram conceituadas como as mais importantes.

Ainda sobre modelos multidimensionais de motivação, Batson (2002) afirma serem infinitos os motivos pelos quais as pessoas tornam-se voluntárias. No entanto, o autor desenvolveu quatro categorias em uma abordagem conhecida como os quatro motivos de Batson, conforme segue o Quadro 2:

Quadro 2- 4 Motivos para se voluntariar

Motivo	Objetivo	Forças	Fraquezas
Egoísmo	• Aumentar o bem-estar de um indivíduo.	• Tem muitas formas • Facilmente estimulado.	• Aumento do envolvimento da comunidade baseado em um motivo instrumental ou de consequência inesperada.
Altruísmo	• Possui o objetivo final de aumentar o bem-estar de uma ou mais pessoas.	• Pode ser estendido a um grupo	• Pode ser limitada a pessoas por quem a empatia é sentida.
Coletivismo	• Possui o objetivo final de aumentar o bem-estar de um grupo.	• Focado em um bem comum.	• Pode ser limitado a um grupo.
Principalíssimo	• Intenção de buscar princípios morais com a justiça.	• Dirigido a um valor universal e imparcial	• Pode ser enfraquecido pela racionalização

Fonte: Adaptado de Batson (2002) *citado por* Cavalcante (2012).

Segundo Batson (2002), a motivação pode ser definida a partir de comportamentos e esta sujeita a se modificar mediante as situações, sendo assim incitada por ameaças ou oportunidades que estão relacionadas aos valores do indivíduo. No entanto, enquanto “O Inventário das Funções do Voluntário (VFI)” de Clary, Snyder e Ridge (1992), e os “4 Motivos” de Batson (2002), centram-se em identificar os motivos que levam os indivíduos a se inserirem e permanecerem nas atividades voluntárias, o modelo teórico de Cavalcante (2016), com base em Mostyn (1983), surge complementarmente na identificação das motivações para entrada, permanência e saída neste contexto do voluntariado.

Nesta perspectiva, Mostyn (1983), desenvolveu estudos que objetivavam o devido entendimento quanto ao sentido do trabalho voluntário, obtendo em seus resultados cinco fatores para o exercício do voluntariado, sendo eles: altruísmo, justiça social, afiliação, aprendizado e egoísta, assim como apresenta o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3- Hierarquia do Trabalho Voluntário

Nível do Trabalho Voluntário	Distinção do Valor da Ação e da Atitude dos Pesquisadores
Altruísta	A decisão está relacionada à promoção do bem-estar.
Justiça Social	A decisão é embasada na percepção de justiça social.
Afiliação	O voluntário procura estabelecer relações sociais com sujeitos em situação semelhante.
Aprendizagem	O voluntário tem interesse no autodesenvolvimento através da procura em competências e habilidades específicas.
Egoísta	A ação é vinculada à perspectiva da autoproteção, mediadas pela ideia da obtenção e/ou preservação de vantagens próprias, ainda que secundariamente vinculadas ao coletivo (CAVALCANTE, 2016).

Fonte: Baseado em Cavalcante (2016).

Baseando-se em Mostyn (1983), Cavalcante (2016) validou a pesquisa no Brasil, desenvolvendo um instrumento através do qual busca medir quantitativamente as motivações de entrada, permanência, expectativas para o trabalho voluntário e possíveis motivos que ocasionem a saída dos voluntários. Portanto, a seguir explanam-se as principais características de cada fator motivacional para o trabalho voluntário de acordo com o estudo de Cavalcante (2016):

- **Altruísta** - retrata a percepção subjetiva de autossacrifício por parte do voluntário, envolve risco, insalubridade e periculosidade, sob a perspectiva da consciência de espécie ou de questionamento em torno das condições gerais de vida de seres humanos. Nesse caso, há uma consciência societal e caráter universalista.
- **Justiça Social**- traz indicadores característicos de justiça social e igualdade. Este fator reúne motivos relativos ao sentimento de auxílio a sujeitos e comunidades em situações de exceção, via fornecimento de apoio direto aos menos aptos e prósperos, tais como idosos, crianças, desabilitados e pacientes em hospitais, estando o voluntário interessado no resgate da cidadania, numa perspectiva local. Busca, com a atividade voluntária, construir cidadania e justiça social.
- **Afiliação**- onde são contemplados os motivos vinculados à avaliação subjetiva de contribuição para o bem-estar social e de desafortunados em particular, sob perspectiva amistosa, em que o voluntário se sente compartilhando algo de si mesmo

com alguém em dado espaço organizacional. Almeja a afiliação a um grupo por meio da atividade voluntária.

- Aprendizado- reúne motivos de uma forma específica de aprimoramento social não centrada em temas cruciais ou aflitivos, mas que, de alguma forma, transmitem ao voluntário a sensação de estar, simultaneamente, promovendo a si e a vida do receptor sob a perspectiva da interação grupal. Busca o autodesenvolvimento através de ações que estimulem o intelecto via voluntariado.
- Egoísta- este grupo de indicadores congrega motivos centrados na sensação de privilégios, de status e de proteção, estando o voluntário interessado na construção e projeção da autoimagem ou na promoção pessoal junto a indivíduos e coletividades. Trata-se de um posicionamento centrado no eu, na satisfação própria através do trabalho voluntário. Portanto, é egoísta em essência (CAVALCANTE, 2016).

Diante do exposto, concordando com Vergara (2013), considera-se a motivação como um processo contínuo na vida das pessoas e, por isso, os estímulos sentidos por cada motivo ou necessidade que possa existir no voluntariado devem ser considerados e analisados. Ainda assume-se que as motivações para o trabalho voluntário, sejam elas altruístas, nível mais elevado da hierarquia motivacional, ou egoístas, estando este fator no nível mais baixo, não são mutuamente excludentes, ou seja, podem apresentar-se simultaneamente, variando em maiores e menores graus.

2.3 RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO VOLUNTÁRIO E A CIDADANIA

Tratando-se de uma temática com complexas discussões devido a sua polissemia, a cidadania contemporânea consiste na detenção dos direitos civis, políticos e sociais, conforme exposto por Marshall (1967), e envolve o exercício dos deveres, direito das diferenças, das minorias (gênero, racial, crianças), meio ambiente, entre outros debates emergentes, a depender da realidade de cada localidade (BOBBIO, 1992; REIS, 1999). Pode-se dizer que, em sua atual fase, a cidadania envolve ideais de democracia, igualdade, liberdade e dignidade na vida social (REIS, 1999; HEATER, 2004; BARCELOS, 2011; MELO, 2015; PINSKY; PINSKY, 2016).

A partir da perspectiva apresentada, indaga-se: As atitudes cidadãs podem ser desenvolvidas? Considerando-a como um processo dinâmico e mutável, que possui a capacidade de se transformar ao longo do tempo, acredita-se que a mesma é influenciada pelo cenário político, econômico, social e cultural das sociedades (REIS, 1999; FERREIRA E CARRARA, 2009; MELO, 2015). Assim, entre as diferentes possibilidades para se fomentar a prática da cidadania, encontra-se o voluntariado proporcionando oportunidades para a participação social e o envolvimento democrático (CARBALLAL, 2009; MILLIGAN; FYFE, 2005).

Considerando o trabalho voluntário no contexto brasileiro, pode-se dizer que o mesmo se faz presente desde a colonização através das atividades desenvolvidas pelos jesuítas, conforme aborda Martins (2007). Assim, o voluntariado foi envolvido em uma cultura da caridade, doação e solidariedade instituída pelos europeus, diferenciando-se do voluntariado atual, tendo em vista que, no passado, o trabalho voluntário baseava-se em valores ético-cristãos, sendo inclusive uma forma de salvação da alma (LANDIN, 2000; MARTINS, 2007; CARVALHO, 2016).

Atualmente, o voluntariado compreende uma atividade exercida espontaneamente, estando vinculada a uma organização ou não, que envolve doação de si mesmo em detrimento de terceiros, não objetivando lucros financeiros, mas benefícios emocionais, mentais e/ou físicos (PENNER, 2002; SOUZA; LAUTERT, 2008; MUSICK E WILSON, 2008; SOUZA et. al., 2010; ONU, 2001; CAVALCANTE et al., 2011; SOUZA; MEDEIROS, 2012; CAVALCANTE, 2013; SILVA et. al. 2015). Nesse sentido, Martins (2007) afirma que, no decorrer da história, o trabalho voluntário evoluiu, avançando da caridade à busca da consciência política e cidadã.

Diante dessa discussão, estudos internacionais estabelecem uma relação positiva entre voluntariado e a cidadania, defendendo a premissa de que as pessoas que realizam trabalho voluntário são mais conscientes quanto à responsabilidade social, assim como possuem maior predisposição à participação cidadã (ASTIN; SAX, 1998; FLANAGAN et al, 1998; MORGAN; STREB, 2000). Logo, torna-se pertinente destacar a definição de participação pela qual baliza-se este estudo, sendo esta prática um processo pelo qual membros de uma sociedade, que não possuem cargos públicos, executam ações públicas ou empreendem ações relacionadas com a comunidade, compreendendo o envolvimento comunitário, cívico e político mediante mobilização individual e coletiva (ROBERTS, 2004; ALMEIDA, 2016).

Nessa perspectiva, Musick e Wilson (2008) ressaltam em seus estudos a relevância de se utilizar o voluntariado para combater o que ambos denominam de “ignorância política” e apatia no exercício dos direitos e deveres civis. Corroborando, Niemi e Chapman (1998) desenvolveram um estudo com jovens voluntários defendendo as teorias sociológicas da socialização, no qual enfatizam que a aprendizagem prática é tão importante como internalizar normas ou valores de aprendizagem. Corroborando, Mills e Waite (2017) apresentam uma proposta lançada em 2001 no Reino Unido denominada de *National Citizen Service* (NCS), que objetiva “moldar” a cidadania em jovens voluntários.

Diante do exposto, se faz necessário a compreensão da relação entre o voluntariado e a cidadania no contexto brasileiro, uma vez que a construção da cidadania no Brasil é envolvida por elementos históricos, não podendo ser comparada com realidades distintas (CARVALHO, 2016). Nesse contexto, os estudos desenvolvidos no Brasil sobre esta temática, embora sejam poucos, defendem o engajamento no voluntariado como potencializador para a participação social (REIS, 1999; EVANGELISTA, 2002; SILVEIRA, 2002; TEODÓSIO, 2002; CAVALCANTE, 2016).

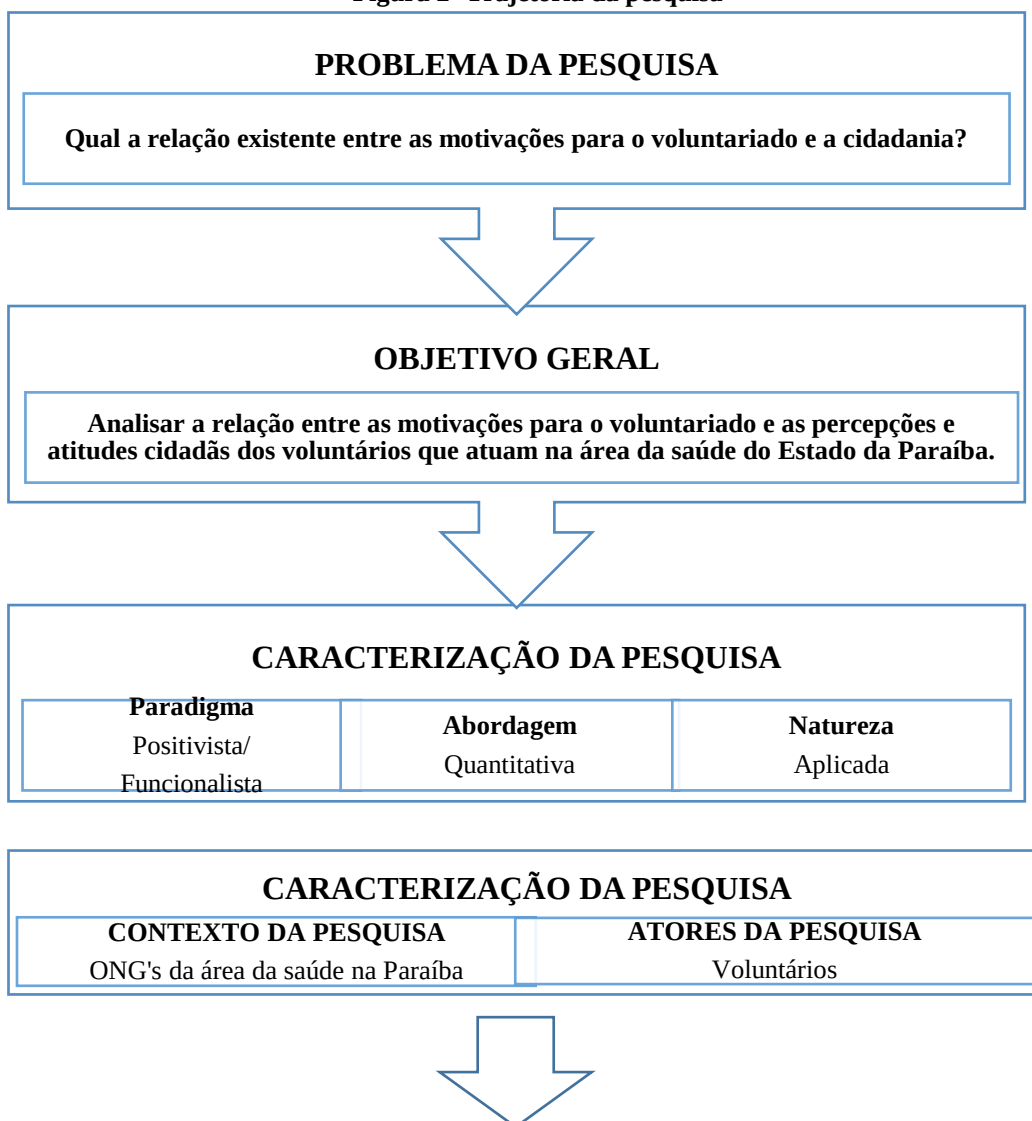
Nessa perspectiva, no Brasil foi desenvolvido o “Viva Voluntário” com o intuito de fomentar a cidadania e práticas voluntárias solidárias (BRASIL, 2017). Reafirmando esta premissa, a ONU (2017) também considera o voluntariado como um meio efetivo de envolvimento dos indivíduos no progresso social. Portanto, considerando a possibilidade de internalização de virtudes civis mediante a prática, torna-se possível afirmar que realizar trabalho voluntário pode ser considerado mais efetivo que ensinar a cidadania aos mais jovens (NIEMI; CHAPMAN, 1998; MORGAN; STREB, 2000; PINSKY; PINSKY, 2016).

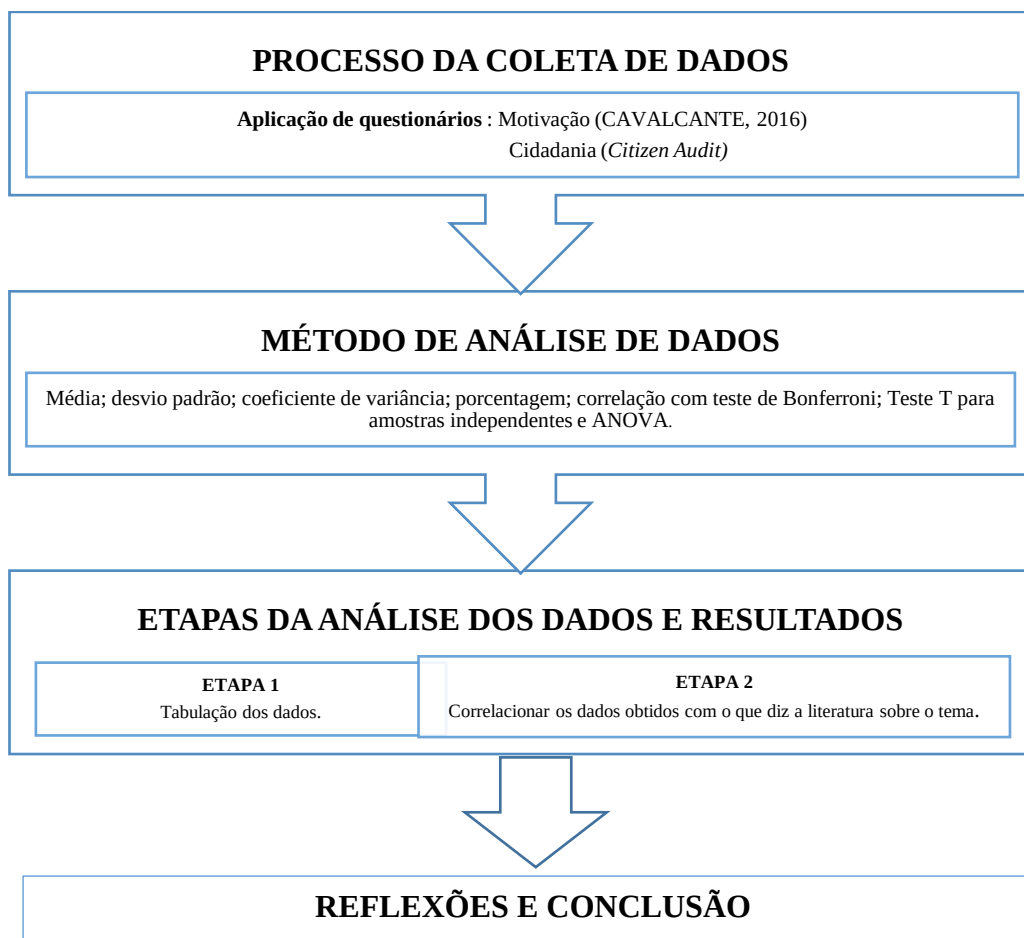
Por fim, baseando-se nos autores apresentados, a exemplo do Musick e Wilson (2008) e Pinsky e Pinsky (2016), pode-se considerar o voluntariado um terreno fértil para a prática ativa da cidadania, tendo em vista que o voluntariado torna as pessoas mais conscientes da natureza estrutural dos problemas sociais e da necessidade de soluções políticas, encoraja a crença de que um contrato social está subjacente a uma vida social ordenada, ensina habilidades cívicas e envolve as pessoas mais intensamente na vida organizacional das organizações sem fins lucrativos, permitindo que as mesmas aprendam mais sobre as questões e políticas locais, afinal, participação gera participação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção tem como objetivo dissertar de maneira detalhada sobre os processos metodológicos utilizados para o delineamento da pesquisa. Para isto, inicialmente será apresentada a síntese da Trajetória da Pesquisa, conforme ilustra a Figura 2. Em seguida, serão descritos os aspectos quanto: a natureza da pesquisa, abordagem, procedimentos realizados, objetivos, sujeitos da pesquisa, instrumentos utilizados e a análise dos dados coletados, de maneira que seja possível alcançar os objetivos propostos.

Figura 2- Trajetória da pesquisa





FONTE: Elaboração Própria (2017).

Segundo Gerharat e Silveira (2009), a metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa, afinal, toda pesquisa “exige comprovação e verificação” (LAKATOS E MARCONI, 2007, p. 17). Nesta perspectiva, para a melhor compreensão de como esta pesquisa foi construída, a seguir será apresentado as características do tipo da pesquisa, em seguida o universo e amostra da mesma, os instrumentos utilizados, bem como os procedimentos de coleta e análise destes dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A natureza da pesquisa classifica-se como aplicada, pois a mesma, tendo por objetivo analisar a possível relação entre a motivação do trabalho voluntário e as percepções e atitudes cidadãos, gerará conhecimento, além de apresentar como característica a possibilidade de

aplicações práticas na direção de solução de problemas na área do terceiro setor (SILVA E MENEZES, 2005).

Quanto à abordagem do problema, considera-se a pesquisa quantitativa, tendo em vista que a mesma a partir dos métodos estatísticos e ciências naturais, constitui relações entre dois fenômenos: motivação para o voluntariado e a cidadania. Nesse sentido, com base em Soares e Castro (2012) este estudo é quantitativo por apresentar características específicas, tais como: (a) acredita na neutralidade do pesquisador; (b) busca a generalização e descrição da análise entre as motivações para o trabalho voluntário e a cidadania; (c) antes mesmo de estudar o campo estabelece a hipótese de que o voluntariado exerce influência positiva na cidadania dos indivíduos; (d) utiliza métodos estatísticos para a análise dos dados; (e) preocupa-se com a validade e confiabilidade dos dados

Os procedimentos utilizados para a realização do estudo revelam uma pesquisa de campo, no qual segundo Fonseca (2002), caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto às pessoas. Nesse sentido, esta pesquisa além de ser confrontada por meio de referencial teórico para uma adequada interpretação de dados, desenvolveu-se também em campo buscando através de pessoas voluntárias e não voluntárias as informações necessárias para a análise pretendida.

Quanto aos objetivos da pesquisa, pode-se dizer que, com base em Lakatos e Marconi (2005), esta é descritiva, tendo em vista que a mesma objetiva descrever características e atitudes de voluntários que atuam na área da saúde, assim como de não voluntários. Nesse sentido, o estudo se propõe descrever e analisar as motivações para o trabalho voluntário, a relação das mesmas com a cidadania, bem como verificar os aspectos que envolvem a cidadania entre as pessoas que atuam no voluntariado e aquelas que não são voluntárias.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A partir do mapeamento das ONGs e voluntários do Estado da Paraíba, no qual foi realizado pelo GETS (Grupo de Estudo do Terceiro Setor- UFPB), identificou-se os três setores mais atuantes deste contexto, sendo estes: Assistência social, educação e saúde. Porém, tendo em vista que a assistência social constitui uma área demasiadamente heterogênea quanto às naturezas dos serviços das ONGs que nelas atuam, dificultando assim uma possível generalização para os resultados pretendidos, optou-se por investigar voluntários dos setores: educação e saúde.

Inicialmente, o GETS focalizou os voluntários presentes na área da educação, através da pesquisa realizada por Ferraz (2017), objetivando analisar a relação entre as motivações para o voluntariado e a cidadania. Portanto, o presente trabalho compartilha deste mesmo objetivo, tendo como universo de pesquisa os voluntários atuantes na área da saúde, constituindo-se assim parte de uma pesquisa mais ampla do GETS, na qual abrange o voluntariado realizado no Estado da Paraíba nos distintos setores.

Após as primeiras etapas de mapeamento das ONGs na Paraíba, foram filtradas 197 entidades dos mais variados segmentos, e quando contatadas, foi identificado que destas, 110 de fato possuem pessoas voluntárias no seu quadro funcional. Totalizando a quantidade de 5.797 voluntários mapeados no Estado, identificou-se que 550 voluntários atuam na área de saúde. Posteriormente, este universo cresceu com o início de uma segunda etapa de mapeamento realizado por esta pesquisadora, na qual passou a buscar, através de sites e indicações, ONGs e projetos com atuação de voluntários especificamente na saúde no Estado da Paraíba, totalizando assim um universo de 843 indivíduos. Ressalta-se aqui que este quantitativo de voluntários pode apresenta-se dinâmico, dado a alta flexibilização, informalidade e rotatividade própria da natureza do trabalho voluntário. A seguir, a Tabela 1 demonstra o Universo da pesquisa com maior detalhamento.

Tabela 1- Universo da Pesquisa

ONGs / PROJETOS	Quant.de Voluntários	Cidade
Instituto Kumamoto	300	João pessoa
Rede Feminina de Combate ao Câncer	180	João Pessoa
Instituto Walfredo Guedes	25	João pessoa
Instituto Fiss. Labiopalatal da Paraíba	3	João Pessoa
Instituto dos Cegos	3	João Pessoa
Super Doutores	70	Campina grande
Doutores do Sorriso Paraíba	50	Campina Grande
Ass. Amigos portadores de Câncer	20	Campina Grande
Ass. dos moradores de Galante	9	Campina Grande
Instituto social de Assistência à saúde	5	Campina grande
Integração ensino-serviço na humanização do cuidado às crianças e adolescentes hospitalizados	35	Cajazeiras

Influenza	20	Cajazeiras
Prevenindo incapacidades e deficiências físicas decorrentes da hanseníase por meio dos círculos de cultura	10	Cajazeiras
Construindo sorrisos	30	Patos
Adote um Sorriso	25	Patos
(Re)conhecendo a Rede de Atenção Psicossocial de Sousa – PB: Intersectorialidade e direitos humanos	22	Souza
Asilar	15	Cuité
Enferrisos	5	Cuité
Ass. De Apoio aos portadores de necess. especiais	7	Monteiro
Terapia comunitária integrativa	9	Nova palmeira
Total do Universo	843	

FONTE: Elaboração Própria (2017)

Diante do Universo de 843 Voluntários, a amostra para realização do estudo buscou o alcance de tantos quantos voluntários possíveis, de modo que dentre as 20 ONGs e Projetos contatados, 13 retornaram positivamente para a aplicação da pesquisa. A seguir, demonstra-se na Tabela 2 a caracterização da amostra desta pesquisa:

Tabela 2- Caracterização da amostra

Cidade	ONGs/Projetos	Principais atividades	Local de atuação	Nº Quest.	Forma de coleta	Total quest.
Campina Grande	Ass. Amigos portadores de Câncer	Distribuem roupas aos recém-nascidos e mães, de acordo com a necessidade. E, distribuem café da manhã das 2ª às 6ª para os pacientes e seus acompanhantes que são atendidos nos setores de ambulatório, quimioterapia e radioterapia.	Hospital da FAP	16	Presencial	65
	Super Doutores	Trabalham com o lúdico, desenhos para pintura, fantoche e músicas nas alas pediátricas e oncologia.	HUAC; Hospital da Criança; Orfanato Lar Doce Aconchego e Asilos da cidade	30		
	Doutores do Sorriso Paraíba	Trabalham com o lúdico, desenhos para pintura, fantoche e músicas nas alas pediátricas.	Hospitais de Campina Grande	19		

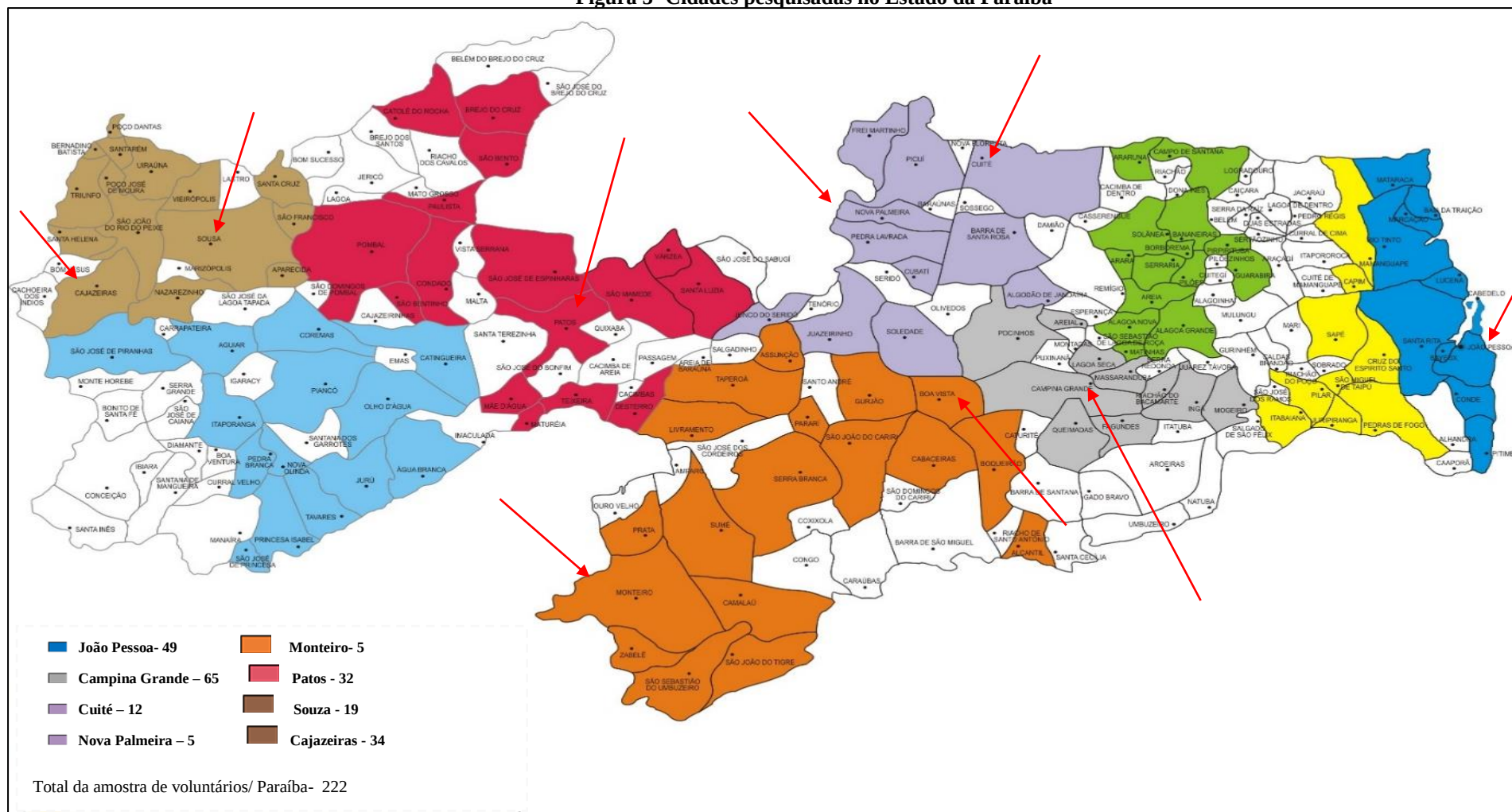
João Pessoa	Rede Feminina de Combate ao Câncer	(1) Ambulatório: Espalhados pelo ambiente hospitalar estão disponíveis para bem atender. (2) Enfermaria: Realizam visitas nos leitos para dar apoio através de música e boas conversas. (3) Pediatria: Realizam momentos de descontração através de: contos de Estórias, música, origami e palhaços.	Hospital 1napoleão Laureano	49	Presencial	49
Cajazeiras	Banda Influenza	Utilização da Música como terapia na arte de cuidar de pessoas.	Lar dos Idosos Luca Zorn (22 Idosos); SESC (210 Idosos); Centro de Atenção Psicossocial/ CAPS (30 Usuários); Condomínio Cidade Madura (50 Idosos).	12	Presencial	35
	Integração ensino-serviço na humanização do cuidado às crianças e adolescentes hospitalizados	Trabalham com o lúdico, fantoche e músicas nas alas de crianças e adolescentes.	Hospital Universitário Júlio Bandeira	17	Online	
	Prevenindo incapacidades e deficiências físicas decorrentes da hanseníase.	Promovem ações de cuidados e de educação em saúde, prevenindo incapacidades e deficiências físicas decorrentes da hanseníase.	Unidades básicas de saúde	6	Presencial	
Patos	Construindo Sorrisos	Realizam atividades de saúde bucal; Conscientizam sobre a importância da boa higiene bucal e da alimentação correta para a manutenção da saúde bucal; Realizam escovação supervisionada e atividades lúdicas com as crianças, como: teatro de fantoches, danças e músicas.	Creches da Cidade de Patos	15	Online	32
	Adote um Sorriso	Realizam atividades interativas, que estimulam a memória e resgatam a auto-estima, cuidando da saúde psicológica e emocional dos idosos.	Abrigos permanentes para idosos da cidade de Patos	17	Presencial	
Souza	(Re)conhecendo a Rede de Atenção Psicossocial de Sousa	Realizam atividades que estimulam a saúde psicológica dos indivíduos.	Hospitais de Souza e comunidades carentes.	19	Online	19
Cuité	Asilar	Desenvolvem atividades para a promoção da saúde física, mental e emocional dos idosos, tais como: Cuidados com a alimentação, Artes lúdicas que trabalham a memória afetiva e monitoramento da saúde	Asilos da Cidade de Cuité, em especial o	12	Presencial	12

		deles.	Asilo Vó Filomena.			
Monteiro	Ass. De Apoio aos portadores de necessidades especiais	Cuidam de pessoas com necessidades especiais desenvolvendo as ações, tais como: classificação das Deficiências do SUAS, Inclusão no Mercado de Trabalho, representação deste grupo perante aos órgãos de defesa, sejam eles: Ministério Público Estadual e Federal.	Ass. De Apoio aos portadores de necessidades especiais	5	Presencial	5
Nova Palmeira	Terapia Comunitária Integrativa	Promovem a realização de um trabalho de saúde mental, preventiva e curativa. Realizam terapia comunitária para a compartilhamento do sofrimento e descobertas, privilegiando o saber, a competência construída pela experiência de vida de cada um.	CRAS, CREA S, NASF, CENEP	5	Presencial	5
Total Geral da Amostra						222

FONTE: Elaboração Própria (2017)

Conforme demonstra a Tabela 2, o mapeamento do universo desta pesquisa alcançou cidades das 4 mesoregiões da Paraíba, pois se prezou por uma amostra mais representativa possível no que diz respeito o Estado da Paraíba, não estando a mesma concentrada em uma ou duas áreas, a exemplo da cidade de Campina Grande e João Pessoa. Portanto, ilustra-se na Figura 3 a distribuição da amostra no Estado.

Figura 3- Cidades pesquisadas no Estado da Paraíba



FONTE: Elaboração Própria (2017)

A partir do exposto, assume-se que o critério para a escolha da amostra deste estudo considerou voluntários de um único setor de atuação, a saber, a saúde, tendo em vista que análises de voluntários de instituições cujas finalidades são distintas poderiam distinguir-se também nas motivações dos mesmos diante das causas específicas que cada organização milita (WILSON, 2000; MUSICK E WILSON, 2008). Para o delineamento dos voluntários participantes desta pesquisa, considerou-se apenas os que atuam em ONGs e/ou Projetos de modo permanente, excluindo assim voluntário eventuais.

Torna-se relevante destacar que, no decorrer da pesquisa foi identificado considerável quantitativo de projetos com atuação voluntária na área da saúde, e, entendendo que o foco deste estudo está centrado nos voluntários e não nas Organizações Não- Governamentais quanto órgão e entidade, estes Projetos foram considerados, sendo os mesmos submetidos aos mesmos critérios das ONGs com base no IBGE (2012):

(a) serem privadas, ou seja, desvinculadas do Estado;

(b) serem sem fins lucrativos, de modo que possíveis lucros sejam reaplicados na manutenção das atividades desenvolvidas, não sendo, portanto, distribuídos entre os fundadores ou dirigentes;

(c) serem auto administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades;

(d) serem voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Diante do exposto, a presente pesquisa totalizou em duas amostras de 222 respondentes cada: uma amostra com pessoas que exercem trabalho voluntário, nas quais responderem o questionário referente a motivação para o voluntariado e o instrumento da cidadania, e uma outra amostra composta de indivíduos não voluntários para a coleta de dados da Cidadania. Nesse sentido, buscou-se realizar comparações, no que diz respeito a prática cidadã, entre pessoas que realizam trabalho voluntário e as que não realizam. Segue a Tabela 3 com a descrição do grupo de respondentes não voluntários:

Tabela 3-Amostra de respondentes Não Voluntários por Cidades

Cidades	Nº Respondentes não voluntários por Cidade	Forma de Coleta	Total de Respondentes não voluntários
Campina Grande	37	Presencial	164
João Pessoa	48		
Patos	29		
Cajazeiras	22		
Nova Palmeira	11		

Cuité	10		
Monteiro	07		
Campina Grande, João Pessoa, Patos, Souza e Cajazeiras	58	On-line	58
TOTAL			222

FONTE: Elaboração Própria (2017)

Conforme apresenta a Tabela 3, as 222 pessoas que não exercem trabalho voluntário estavam presentes nas mesmas cidades do Estado nas quais esta pesquisa alcançou, objetivando assim analisar se de fato há diferença no nível de cidadania entre pessoas voluntárias e não voluntárias. Nesse sentido, os dados que compõem a análise foram obtidos através da utilização dos instrumentos nos quais encontram-se nos anexos 1 e 2, respectivamente.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

A presente pesquisa utilizou como instrumentos para coleta de dados os questionários que, segundo Souza et al (2005), configuram-se como dispositivos normatizados e padronizados que visam identificar características ou atribuições de um indivíduo. Tais questionários foram manuseados mediante o método Survey que, de acordo com Fonseca (2002), compreende uma maneira de se obter informações quanto às características ou percepções de um determinado grupo, representantes da população em estudo.

Tendo em vista que o estudo apresenta como objetivo analisar a relação entre as motivações para o voluntariado e as percepções e atitudes cidadãs, os instrumentos designados para o alcance do mesmo compreenderam dois questionários: um elaborado e validado por Cavalcante (2016), objetivando categorizar as motivações voluntárias, e um outro adaptado do *Citizen Audit* e Ferraz (2017), censo criado pelo Conselho de Pesquisa Social e Econômica da Inglaterra, para a análise das atitudes e comportamentos vinculados à cidadania.

O modelo teórico das motivações do voluntário, desenvolvido por Cavalcante (2016), em sua completude é constituído de quatro fases: expectativas, motivações de entrada e de permanência, e possíveis motivos de saída da ONG à qual o voluntário está vinculado. Portanto, o questionário de Cavalcante (2016) divide-se em 3 fases: (1) A primeira fase é composta por 12 perguntas para o delineamento do perfil sociodemográfico dos voluntários e

para a investigação dos possíveis vínculos existentes entre os mesmos e a atividade desenvolvida; (2) A segunda fase apresenta 5 fatores para as motivações voluntárias, sendo estes: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizado e egoísta; (3) A terceira fase há uma categorização de três possíveis motivos de saída da atividade voluntária: escassez de recurso, motivos religiosos e motivos pessoais.

Neste estudo a utilização do instrumento de Cavalcante (2016) restringiu-se a fase referente às motivações de permanência, contendo assim a primeira fase para o perfil sociodemográfico e a segunda fase com 21 assertivas, nas quais em uma escala de *likert* variam os níveis de discordância ou concordância atribuindo valores entre 0 e 10. A seguir, apresenta-se o quadro 4 com os indicadores do instrumento de motivação voluntária, sendo o mesmo detalhado no Anexo 1.

Quadro 4- Indicadores do instrumento de motivação voluntária

Permaneço porque tenho conseguido ajudar pessoas.
Permaneço porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas.
Permaneço porque tenho levado esperança aos menos favorecidos.
Permaneço porque vejo que as pessoas a que ajudo têm tido oportunidade de viver melhor
Permaneço porque considero meu trabalho importante.
Permaneço porque sinto que estou ajudando as comunidades.
Permaneço porque estou corrigindo injustiças sociais nas comunidades.
Permaneço porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades.
Permaneço porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades.
Permaneço porque estou com pessoas com os mesmos interesses
Permaneço porque sinto que estou fazendo parte de um grupo.
Permaneço porque estou fazendo novos amigos.
Permaneço porque estou aprendendo a lidar com pessoas.
Permaneço porque estou aprendendo novos conhecimentos.
Permaneço porque estou tendo novos desafios e experiências.
Permaneço porque estou aprendendo algo.
Permaneço porque estou sendo reconhecido.
Permaneço porque estou me sentindo melhor como pessoa.
Permaneço porque estou com boa autoestima.
Permaneço porque me sinto importante fazendo esse trabalho.
Permaneço porque estou preenchendo o tempo livre.

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2016).

Para a análise referente à cidadania, foi utilizado o instrumento da pesquisa de Ferraz (2017), na qual, embasando-se inicialmente no instrumento do *Citizen Audit* e Ferraz (2017), julgou necessário realizar adaptações para o contexto brasileiro, tendo em vista que o mesmo foi construído e validado no âmbito internacional. Portanto, a primeira parte do questionário para a mensuração da cidadania teve como base 7 variáveis apresentadas por Ferraz (2017), assim como pode-se observar no quadro 5:

Quadro 5- Variáveis dos fatores: Direitos sociais, políticos e civis

CD1	O governo deve fornecer habitação para aqueles que não podem pagar.
CD2	O governo deve reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres.
CD3	É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um.
CD4	É dever de todo cidadão votar em eleições.
CD5	Acho importante obedecer às leis.
CD6	As pessoas não devem confiar no Estado para garantir a sua própria aposentadoria.
CD7	Os indivíduos que podem pagar devem arcar com o custo relacionado a sua própria saúde quando eles estão doentes.

Fonte: Ferraz (2017)

Partindo das variáveis propostas no trabalho de Ferraz (2017), foram realizadas algumas agregações de variáveis, objetivando aperfeiçoar o instrumento para a realidade do contexto nacional. Assim, após análises e apropriações da teoria, foram incluídas 2 variáveis no fator ‘Direito político’, bem como 3 variáveis para o fator ‘Direito civil’. A seguir, demonstra-se no quadro 6 as referidas variáveis adicionadas ao instrumento, juntamente com as justificativas para as devidas inserções.

Quadro 6- Variáveis agregadas aos fatores: Direitos políticos e civis

Variáveis agregadas		Justificativa para a Inclusão
Direitos Políticos	Costumo acompanhar e fiscalizar o trabalho dos políticos eleitos.	Ambas as variáveis foram estabelecidas objetivando mensurar ações que envolvem as práticas políticas dos cidadãos, para além do direito de votar, tais como: acompanhar e fiscalizar os políticos eleitos, bem como o direito e dever de denunciar irregularidades quando estas forem identificadas.
	Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos.	
Direitos Civis	O governo tem o dever de disponibilizar a educação para todas as pessoas, independentemente de sua classe social.	Com base na Constituição Federal de 1988, Art. 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. De acordo com o Art. 206, em seu 1º princípio o ensino deve ser ministrado em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
	Acredito que deve ser considerado tratamento igual para os iguais assim como tratamento diferenciado para os desiguais.	O Artigo 5º, caput, e o inciso n. I da CF de 1988 estabelecem que todos são iguais perante a lei. Deste modo, a norma do artigo 125 estabelece o tratamento isonômico às partes, ou seja, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida exata de suas desigualdades.
	Acredito que a privacidade das nossas residências não pode ser violada, mas em situações de perigos podem existir exceções.	Com base na Carta da Republica, em seu art. 5º, inciso XI, entre os Direitos Civis é assegurado aos indivíduos a inviolabilidade do domicílio , mas excepciona as hipóteses de prisão em flagrante, desastre, prestação de socorro ou determinação judicial.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme apresentou o quadro 6, as variáveis adicionadas no instrumento foram embasadas na Constituição Federal, na qual rege os direitos Sociais, políticos e Civis dos cidadãos, tendo como objetivo mensurar o grau de entendimento e cumprimento dos mesmos por parte dos indivíduos participantes desta pesquisa. Portanto, agregando as 5 novas variáveis apresentadas, a primeira parte do instrumento para a análise da Cidadania foi composto por um total de 12 variáveis, estando estas descritas a baixo no quadro 7:

Quadro 7- Variáveis dos fatores: Direitos sociais, políticos e civis (1)

	O governo deve fornecer habitação para aqueles que não podem pagar.	CD1
	O governo deve reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres.	CD2

Fator 1 – Direitos sociais		
	É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um.	CD3
	Os indivíduos que podem pagar devem arcar com o custo relacionado a sua própria saúde quando eles estão doentes.	CD4
Fator 2 – Direitos políticos	É dever de todo cidadão votar em eleições.	CD5
	Acho importante obedecer às leis.	CD6
	Costumo acompanhar e fiscalizar o trabalho dos políticos eleitos.	CD7
	Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos.	CD8
	As pessoas não devem confiar no Estado para garantir a sua própria aposentadoria.	CD9
Fator 3 – Direitos cívicos	O governo tem o dever de disponibilizar a educação para todas as pessoas, independente de sua classe social.	CD10
	Acredito que o direito da igualdade deve respeitar as diferenças entre as pessoas.	CD11
	A privacidade das nossas residências não pode ser violada, exceto em situações de perigo.	CD12

Fonte: Adaptado de Ferraz (2017)

Ainda sobre a cidadania, a segunda parte do questionário abordou duas questões referentes à participação em redes informais com possibilidade de respostas - sim ou não, conforme apresenta o quadro 8:

Quadro 8- Variáveis do fator ‘Participação informal’ adaptadas do Citizen Audit (2)

a) Você pertence a uma rede informal de amigos ou conhecidos com quem tem contato com regularidade (por exemplo, grupo de pais ou de crianças, associação de bairros)?
() SIM () NÃO
b) Além da sua família, você dá apoio às pessoas doentes, aos vizinhos idosos ou aos conhecidos sem fazê-lo através de uma instituição?
() SIM () NÃO

Fonte: Adaptado de Whiteley, Pattie, Seyd (2005)

Em seguida, o instrumento sobre a cidadania apresentou ações cidadãs a partir de 17 opções de múltipla escolha, sendo estas expostas no quadro 9.

Quadro 9- Variáveis do fator: ‘Atos de participação’ adaptadas do Citizen Audit (3)

Doou dinheiro para uma organização.
Votou em uma eleição do governo local. Assinou uma petição.
Boicotou certos produtos.
Arrecadou fundos para uma organização.
Comprou certos produtos por motivos políticos, éticos ou ambientais.
Contatou um funcionário público.
Usou ou exibiu um crachá ou adesivo de campanha.
Contatou um procurador ou órgão judicial.
Contatou um político.
Contatou uma organização.
Contatou a mídia.
Assistiu a uma reunião política.
Participou de uma demonstração pública.
Formou um grupo de pessoas de mesma opinião.
Participou de uma greve.
Participou de atividades de protesto ilegais.

Fonte: Adaptado de Whiteley, Pattie, Seyd (2005)

Considerando, portanto, a utilização deste instrumento por Ferraz (2017) para mensuração da cidadania, se torna propício enfatizar que a mesma atestou a sua confiabilidade demonstrando que na análise fatorial o resultado apontou adequação satisfatória da amostra com $KMO = 0,673$, o teste de *Bartlett* evidenciou p-valor menor do que 0,001, e o poder de explicação dos fatores: direitos sociais, políticos e civis, foi de 68,17%. Portanto, o presente estudo, considerando válido a utilização do instrumento para coleta de dados sobre a cidadania, o submeteu a duas amostras: pessoas voluntárias e pessoas não voluntárias, podendo o mesmo ser visualizado no Anexo 2.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

A realização da coleta dos dados iniciou-se efetivamente no dia 03 de julho, estendendo-se até o dia 31 de agosto, de modo que durante este intervalo de tempo foram contatados respondentes atuantes no voluntariado, assim como indivíduos que não exercem trabalho voluntário. Portanto, para o alcance dos voluntários, foi realizado o contato prévio

com os responsáveis pelas ONGs/Projetos atuantes na área da saúde, e, entre os hospitais e localizações onde encontravam-se estes voluntários, foram convidados a pesquisa pessoas não voluntárias.

A aplicação dos questionários realizou-se de maneira presencial ou *online* via *e-mail*, segundo a disponibilidade dos respondentes. Contudo, ressalta-se que dos 222 questionários aplicados entre as pessoas voluntárias, 171 foram coletados presencialmente e 51 *online*, assim como dos 222 questionários respondidos por pessoas não voluntárias, 164 foram aplicados de modo presencial e 58 através do *e-mail*.

Após a coleta dos questionários, os dados foram tabulados no banco de dados do programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), possibilitando assim o prosseguimento para análise desta pesquisa.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, estes foram tabulados em uma planilha, sendo inicialmente realizado uma observação preliminar para limpeza dos mesmos. Em seguida, foram extraídas as medidas descritivas das variáveis pertencentes ao perfil sociodemográfico dos respondentes, e realizou-se ações como: (1) verificação da viabilidade de uma análise fatorial através da estatística KMO e do teste de esfericidade de Bartlett; (2) Execução da análise fatorial; (3) Verificação da sua confiabilidade a partir da extração do *alpha de Cronbach*.

Para a realização da análise também foram verificadas as medidas descritivas (posição, dispersão e formato) do instrumento da motivação para o voluntariado e para a cidadania, seguidos por testes de normalidade da amostra para escolhas dos métodos paramétricos ou não paramétricos. Nesse sentido, sendo obtido um resultado de distribuição amostral não normal, foram realizadas análises de associação através da correlação *Spearman*.

Entre as ações efetuadas para os procedimentos de análise dos dados também foi desenvolvido a análise de variância (ANOVA) para identificar a homogeneidade das variâncias entre os voluntários e não voluntários; o teste t (paramétrico) e o teste Mann-Whitney (não paramétrico), com o objetivo de analisar a igualdade de médias entre ambos os grupos; assim como calculado o Qui-quadrado, a fim de verificar a frequência das respostas positivas e negativas entre ambas as amostras, no que diz respeito a ‘Participação informal’

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão demonstrados os dados obtidos durante a presente pesquisa para que os mesmos sejam submetidos a apreciação e discussão, objetivando assim analisar a relação entre o trabalho voluntário e as percepções e atitudes cidadãs dos indivíduos no contexto da área da saúde do estado da Paraíba. Nesse sentido, para o alcance do objetivo geral proposto, foram elencados objetivos específicos, sendo os mesmos a seguir apresentados com seus desdobramentos para um maior detalhamento do percurso a ser seguido até o seu cumprimento:

- (1) ‘Identificar as motivações voluntárias de acordo com o modelo desenvolvido por Cavalcante (2016) - Através dos dados coletados, serão realizadas 3 atividades: (1.1) Identificar as motivações dos voluntários permanentes; (1.2) Correlacionar características sociodemográficas com as motivações apresentadas pelos pesquisados.
- (2) ‘Identificar os comportamentos e as atitudes cidadãs dos sujeitos a partir de questionário adaptado do ‘*Citizen Audit*’ e Ferraz (2017)- Para o alcance deste objetivo serão seguidas as seguintes etapas: (2.1) Identificar as medidas descritivas das dimensões cidadãs e frequências de participação informal, como também a dos atos de participação política para ambos os grupos pesquisados (voluntários e não voluntários); (2.2) Comparar os fatores do instrumento entre os grupos de voluntários e não voluntários.
 - ‘Testar as relações entre motivação e o entendimento e comportamentos cidadãos
- (3)-

Para a realização deste objetivo serão extraídas as correlações significativas entre as dimensões cidadãs e os perfis motivacionais.

Diante do exposto, o primeiro tópico desta seção apresentará uma análise exploratória preliminar e uma análise descritiva na construção do perfil sociodemográfico dos grupos de respondentes dessa pesquisa, sendo um de voluntários e outro de não voluntários. Desta forma, buscou-se inicialmente contemplar uma visão geral da amostra deste estudo para uma melhor compreensão da mesma.

A segunda seção deste capítulo realizará análises fatorial exploratória, bem como análises de viabilidade KMO, teste de Barlett e *alpha de Cronbach* para os fatores os instrumentos do

Estudo (Motivação voluntária e Cidadania), visando assim analisar os indicadores de qualidade quanto a mensuração das variáveis da pesquisa.

Na terceira seção serão demonstradas as medidas descritivas dos instrumentos utilizados, sendo elas: de posição, dispersão e formato; serão realizadas também as análises de associação através das técnicas para correlação de *Pearson* e de *Spearman*, e serão desenvolvidas as análises comparativas dos grupos a partir do teste t, análise de variância (ANOVA) e teste de Qui-quadrado.

A quarta e última seção deste capítulo objetivará apresentar e discutir as possíveis associações entre motivação para o trabalho voluntário e a cidadania, visando assim analisar as relações entre ambos os construtos.

4.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA PRELIMINAR E ANÁLISE DESCRITIVA DAS AMOSTRAS

A presente pesquisa obteve dois grupos de amostra para o seu desenvolvimento: Um primeiro grupo de 222 pessoas envolvidas com o trabalho voluntário, nas quais responderam o instrumento referente a motivação para o voluntariado, bem como o instrumento de comportamentos e atitudes cidadãs. E, uma segunda amostra de respondentes de 222 indivíduos não envolvidos com o trabalho voluntário. Torna-se importante ressaltar que se considerou importante coletar dados sobre a cidadania com estas duas diferentes amostras a fim de realizar comparações, no que diz respeito a prática cidadã, entre pessoas que realizam trabalho voluntário e as que não realizam.

Entre o grupo de voluntários 176 questionários foram coletados presencialmente, sendo: 65 em Campina Grande, 49 em João Pessoa, 23 em Cajazeiras, 17 em Patos, 12 em Cuité, 5 em Monteiro e 5 em Nova Palmeira. Entre esta mesma amostra de voluntários, 46 foram coletados de maneira On-line por escolha dos respondentes, sendo assim: 19 na cidade de Souza, 15 em Patos e 12 em Cajazeiras. Quanto ao grupo de respondentes de não foram coletados de modo presencial: 48 em João Pessoa, 37 em Campina Grande, 29 em Patos, 22 Cajazeiras, 11 em Nova Palmeira, 10 em Cuité e 7 em Monteiro, totalizando em 164 questionários. A fim de completar os 222 respondentes não voluntários, foram coletados 58

de modo On-line sendo estes respondentes das cidades de Campina Grande, João Pessoa, Patos, Souza e Cajazeiras.

A partir da realização da coleta de dados com os instrumentos a respeito da motivação para o trabalho voluntário e cidadania, iniciou-se a tabulação dos dados em uma planilha do *software* estatístico SPSS. Assim, uma vez organizados, quando verificado algum dos valores ausentes, estes foram preenchidos com a média da variável correspondente para que os mesmos fossem possíveis de serem analisados.

Portanto, dado esta análise exploratória preliminar, a seguir serão apresentadas a descrição da amostra para a identificação do perfil sociodemográfico das amostras da presente pesquisa.

4.1.1 Descrição das amostras

Após realizado uma análise exploratória preliminar, foram analisadas as medidas descritivas das variáveis, a partir dos dados referentes a idade, gênero, estado civil, formação acadêmica, renda familiar média e ocupação do respondente, objetivando assim, evidenciar o perfil sociodemográfico da amostra desta pesquisa. A seguir, demonstra-se na Tabela 4 a descrição da caracterização sociodemográfica da amostra no que diz respeito a três indicadores, sendo estes: 'idade', 'gênero' e 'estado civil'.

Tabela 4- Caracterização sociodemográfica das amostras: idade, gênero e estado civil

	Voluntários		Não voluntários	
Idade	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Até 20 anos	61	27,4	38	17,12
De 21 a 39 anos	128	57,65	153	68,92
De 40 a 49 anos	9	4,05	17	7,66
Acima de 50 anos	24	10,81	14	6,30
	Voluntários		Não voluntários	
Gênero	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Masculino	10	26,6	96	43,2
Feminino	163	73,4	126	56,8
	Voluntários		Não voluntários	
Estado Civil	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Solteiro	169	76,1	135	60,8

Casado	39	17,6	67	30,2
Separado/divorciado	10	4,5	19	8,6
Viúvo	4	1,8	1	0,5

FONTE: Elaboração Própria (2017)

Assim como apresentou a tabela 4, a faixa de idade com maior predominância dentre as pessoas voluntários e não voluntárias encontra-se entre os 21 a 39 anos, de modo que dos 222 respondentes voluntários, 128 (57,65%) possuem idades dentro desta faixa estabelecida, assim como no grupo dos respondentes não voluntários, no qual também totaliza em 222 pessoas, 153 (68,92%) destes apresentam idades entre 21 e 39 anos.

Com relação ao gênero, evidenciou-se que no grupo de voluntários há uma predominância significativa de mulheres, sendo as mesmas representantes de 73,4% da amostra. No grupo de não voluntários o gênero feminino também foi predominante com 56,8% da amostra, porém a diferença entre mulheres e homens pode-se dizer que foi pequena quando comparado com os respondentes voluntários.

Quanto ao estado civil dos respondentes, constatou-se que entre os 222 voluntários, bem como os não voluntários, a maioria deles apresentam-se solteiros, sendo os mesmos equivalentes a 76,10% e 60,8% respectivamente da amostra total.

Tratando-se ainda da caracterização do perfil sociodemográfico da amostra desta pesquisa, também foi analisado indicadores como: formação acadêmica, renda familiar média e ocupação, sendo estes apresentados na Tabela 5.

Tabela 5- Caracterização sociodemográfica das amostras: formação acadêmica, renda e ocupação

	Voluntários		Não voluntários	
Formação Acadêmica	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Fundamental Incompleto	5	2,3	-	-
Fundamental Completo	5	2,3	4	1,8
Médio Incompleto	7	3,2	3	1,4
Médio Completo	40	18,0	34	15,3
Superior Incompleto	112	50,5	73	32,9
Superior Completo	42	18,9	64	28,8
Pós-graduado	11	5,0	44	19,8

	Voluntários		Não voluntários	
Renda Familiar	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Não declarou	29	13,1	13	5,9
Até 2 salários mínimos	109	49,1	46	20,7
Entre 3 e 6 salários mínimos	75	33,8	125	56,3
Entre 7 e 15 salários mínimos	6	2,7	27	12,2
Acima de 15 salários mínimos	3	1,4	11	5,0
	Voluntários		Não voluntários	
Ocupação	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Autônomo	14	6,3	42	18,9
Servidor público	11	5,0	25	11,3
Empregado de empresa privada	32	14,4	62	27,9
Aposentado	10	4,5	3	1,4
Dona de Casa	8	3,6	2	0,9
Estudante	146	65,8	83	37,4
Outra	1	0,5	5	2,3

FONTE: Elaboração Própria (2017)

A partir dos dados expostos na tabela 5, verificou-se uma diferença significativa entre as alternativas para a formação acadêmica dos respondentes voluntários, visto que dos 222 respondentes, 112 indicaram o Superior Incompleto, totalizando em uma representação de 50,5% da amostra, enquanto que a segunda alternativa com maior representação neste indicador se deu com apenas 18,9% para voluntários que possuem superior completo. Com relação a formação acadêmica dos não voluntários o Superior Incompleto também apresentou uma maior frequência com 73 respondentes (32,9%), porém demonstrou-se uma pequena diferença entre esta alternativa e a o Superior Completo, no qual obteve uma frequência de 64 respondentes (28,8%).

Quanto a renda familiar observou-se que no grupo de voluntários a maior frequência foi de 109 (49,1%) pessoas, nas quais declararam uma renda de até 2 salários mínimos, seguido de 75 (33,8%) respondentes que afirmaram ter uma renda familiar de 3 a 6 salários mínimos. No entanto, no grupo de respondentes não voluntários, constatou-se que a faixa de renda familiar predominantemente com relevante diferença entre as demais opções se deu

entre 3 e 6 salários mínimos, de modo que a frequência apresentada foi de 125, equivalendo-se a 56,3% da amostra.

Verificou-se ainda a ocupação dos envolvidos, de modo que entre os voluntários destacou-se a frequência de 146 pessoas na opção Estudante, compreendendo assim 65,8% da amostra. Nessa perspectiva, Trigueiro (2010) e Cavalcante (2016), os voluntários regulares dedicam em média 4 horas semanais, o que sugere que jovens e estudantes enquadrem-se nestas características previstas na literatura. Ainda sobre a ocupação, nos grupos dos não voluntários a alternativa para Estudante também apresentou uma maior frequência com 83 (37,4%) respondentes, seguido de 62 (27,9%) pessoas que trabalham em empresa privada.

Por fim, com relação a construção do perfil sociodemográfico da amostra desta pesquisa, foram postos questionamentos sobre possíveis vínculos com o trabalho voluntário, estando os mesmos apresentados a seguir na Tabela 6.

Tabela 6- Possíveis vínculos com o trabalho voluntário

		Voluntários		Não Voluntários	
Questões		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Algum outro familiar fez/faz trabalhos voluntários?	Sim	75	33,8	114	51,4
	Não	147	66,2	108	48,6
Algum amigo fez/faz trabalhos voluntários?	Sim	194	87,4	165	74,3
	Não	28	12,6	57	25,7
Já participou de outro/algum trabalho voluntário?	Sim	118	53,2	153	68,9
	Não	104	46,8	69	31,1
É voluntário em outra instituição?	Sim	35	15,8	—	—
	Não	187	84,2	—	—
Foi convidado por alguém a se juntar à atividade?	Sim	122	55,0	83	37,4
	Não	100	45,0	139	62,6

FONTE: Elaboração Própria (2017)

Objetivando verificar os possíveis vínculos dos respondentes com o trabalho voluntário, os mesmos foram questionados sobre terem familiares ou amigos que atuam no

voluntariado, tendo em vista que estes fatores se encontram entre as motivações externas, nas quais podem estimular os indivíduos a se envolverem em atividades desta natureza (CNAAN; HAND; WADSWORTH, 1996; CAVALCANTE, 2012; LAI et al 2013). Nesse sentido, verificou-se que 33,8% das pessoas voluntárias possuem familiares envolvidos com o trabalho voluntário, enquanto que 51,4% dos respondentes não voluntários possuem familiares voluntários. Em contrapartida, com relação a existência de amigos que fazem ou já fizeram trabalho voluntário, 194 (87,4%) no grupo de voluntários responderam positivamente, e entre as pessoas da amostra dos não voluntários, 165 (74,3%) afirmaram ter amigos voluntários.

Com base no exposto, estes resultados nos fazem refletir a evidencia dos não voluntários possuírem mais familiares envolvidos neste tipo de atividade do que propriamente os que atuam no voluntariado, demonstrando assim que o desenvolvimento do trabalho voluntário sob a possível influência do meio social, em especial a família, não pode ser considerado como uma realidade na amostra de pessoas não voluntárias deste estudo. Este fato se confirma ao observarmos que, embora as pessoas voluntárias terem apresentado maior percentual de amigos envolvidos no voluntariado, os não voluntários também demonstraram um percentual expressivo de amigos que são ou já foram voluntários (74,3%).

Portanto, assim como Musik e Wilson (2008), Piccoli e Godoi (2012) e Cavalcante (2016), apontam a importância do convívio social para a disposição ao voluntariado, a amostra de voluntários, na qual demonstrou alto percentual de amigos também envolvidos neste tipo de atividade, podendo assim indicar influência positiva para os mesmos permanecerem no voluntariado. Porém, a amostra de não voluntárias evidenciou que, independente destes possuírem números expressivos de familiares e amigos envolvidos no voluntariado, este fato não os levam a vincular-se nessas atividades.

Em seguida, os respondentes, voluntários e não voluntários, foram indagados sobre a participação de outro/algum trabalho voluntário, com o intuito de verificar se os que realizam trabalho voluntário o fazem recentemente ou se essa pratica já vem sendo desenvolvida pelos os mesmos, bem como se os que não são voluntários já experienciaram desse tipo de atividade. Assim, verificou-se que dos respondentes voluntários 53,2% afirmaram que sim e 46,8% afirmaram que não, demonstrando que a maioria dos respondentes, embora por uma pequena diferença, não iniciaram suas atividades voluntárias recentemente, mas os mesmos já se envolveram em outros trabalhos anteriormente. Este mesmo questionamento quando direcionados ao grupo de pessoas não voluntárias analisou se os mesmo em um outro

momento já desenvolveram trabalhos voluntários, constatando-se que 68,9% afirmaram que sim.

Adiante, foi questionado exclusivamente ao grupo de voluntários se os mesmos também trabalham voluntariamente em outra instituição, objetivando assim identificar se estes dedicam-se apenas a uma instituição ou projeto, ou se dividem com outros trabalhos voluntários. Como resultado evidenciou-se que 84,2% dos respondentes não trabalham voluntariamente em outros locais, sendo exclusivos a uma única proposta.

Finalizando o perfil da amostra, foi questionado aos participantes sobre terem sido convidados por alguém para o desenvolvimento de trabalho voluntário, a fim de verificar se o vínculo dos respondentes com o voluntariado apresenta influência de motivações externas, tal como um convite específico, ou se estes envolveram-se no trabalho voluntário por motivações internas, cuja iniciativa se deu a partir do próprio indivíduo. Nesse sentido, constatou-se que 55% dos voluntários afirmaram que foram convidados para o envolvimento no voluntariado, enquanto que 62,6% dos não voluntários responderam que não foram convidados para uma atividade voluntária. Cabe aqui ressaltar que esse questionamento foi considerado para o grupo dos não voluntários tendo em vista que 68,9% afirmaram já terem participado de trabalhos voluntários.

Diante dos dados apresentados torna-se propício refletir a respeito do poder da pressão social para a realização de atividades de qualquer natureza, incluindo o trabalho voluntário, tendo em vista que as pessoas buscam satisfazer seus desejos, mas os mesmos são vinculados a um contexto social (FRANÇA; MENDES; SIQUEIRA; 2011). Corroborando, Helms e McKenzie (2013) afirmam que além da motivação do indivíduo em se voluntariar, o mesmo também é movido por fatores externos, tais como: disponibilidade de tempo, níveis de habilidade e educação, bem como a influência das redes das quais ele está incorporado. Portanto, conforme já destacado, os 55% dos voluntários que afirmaram terem sido convidados a atuarem voluntariamente, indica-nos que o meio externo pode ter influência através do ciclo social, levando ao envolvimento voluntário aquelas pessoas que apresentam predisposição para esta atividade.

De acordo com os dados apresentados torna-se possível assumir que o perfil da amostra dos indivíduos voluntários possui idades entre 21 e 39 anos, são mulheres e têm seu status civil de solteira. A ocupação predominante desta amostra constituída de voluntários é a de Estudante, de modo que a maioria se encontra com o ensino Superior Incompleto. Quanto a renda média familiar, a maior concentração está em até 2 salários mínimos e a maioria dos

voluntários não possuem familiares envolvidos com o voluntariado, mas os mesmos têm amigos atuantes. Os dados ainda revelaram que um pouco mais da metade dos respondentes desse grupo indicaram terem sido convidados a envolver-se em atividades voluntárias, assim também como foi evidenciado que os mesmos já atuaram em outros trabalhos voluntários. Porém, conforme os dados apresentaram, no momento da pesquisa, ano de 2017, a grande maioria não trabalha em outra causa voluntária, sendo estes exclusivos a uma única ONG e/ou Projeto.

Quanto o perfil da amostra de não voluntários, assume-se que a mesma se apresentou semelhante à dos voluntários, possuindo entre 21 e 39 anos de idade, a maioria do gênero feminino, solteiras, e estudantes com o nível superior incompleto. A amostra de não voluntários diferencia-se das pessoas voluntárias na renda média familiar, tendo em vista que a maioria declarou entre 3 e 6 salários mínimos e quanto os possíveis vínculos com o trabalho voluntário, foi demonstrado que por uma diferença mínima a maioria afirmou ter familiares voluntários, assim também como amigos. Os dados também revelaram que a maioria dos respondentes deste grupo já foram voluntários, mas quando questionados sobre terem sido convidados a se envolverem neste tipo de atividade, a maior respondeu negativamente.

A partir do exposto, torna-se relevante destacar que se acredita haver influências de algumas características das amostras com a forma como as mesmas se comportam. Nesse sentido, destacou-se o fato das variáveis ‘Idade’, ‘Gênero’, ‘Estado civil’ e ‘Formação acadêmica’ seguirem um padrão previamente apontado por outros estudos, internacionais e nacionais, sendo o perfil de trabalhadores voluntários em sua maioria constituído por mulheres, solteiras, jovens, possuindo idades dentro da faixa de 21 a 39 anos e apresentando alta formação acadêmica (AZEVEDO 2007; MUSIK; WILSON, 2008; TRIGUEIRO, 2010; AGEU, 2015; AQUINO, 2015; CAVALCANTE, 2016; FERRAZ, 2017).

Um outro indicador que também se destacou foi a ‘Ocupação’, tendo em vista que a maioria da amostra é estudante, apresentando assim maior disposição de tempo para envolvimento regular no trabalho voluntário. Ainda se faz adequado enfatizar que o fato da maioria dos voluntários serem estudantes, pode estar vinculado ao fato do presente estudo ter como foco a área da saúde, pois o engajamento voluntário pode vir a ser uma das oportunidades dos estudantes dessa área exercerem maiores contatos e aprendizados.

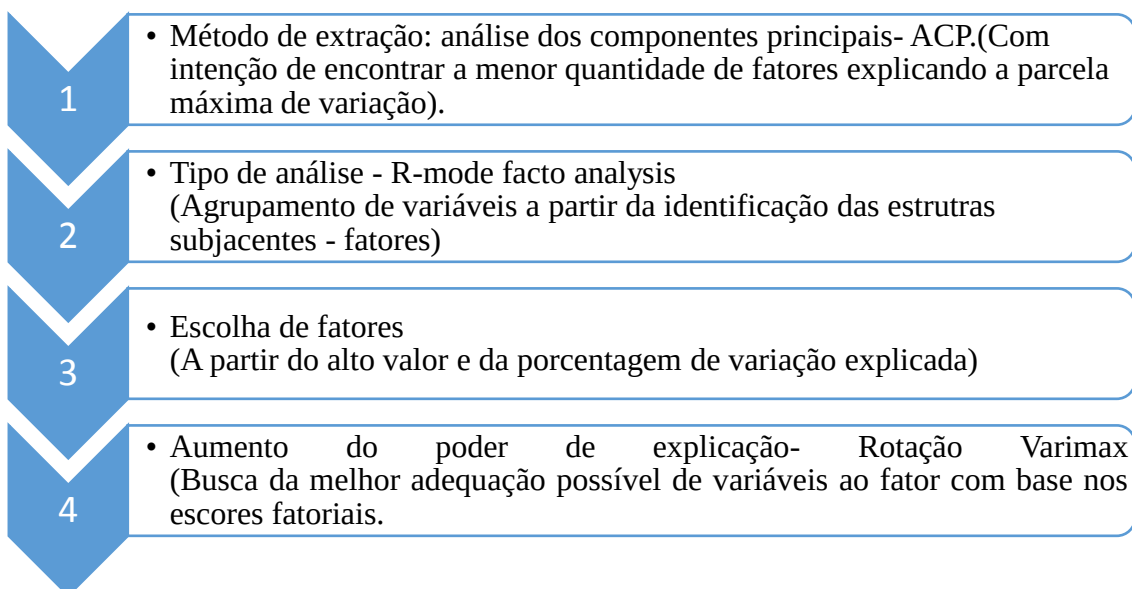
Ainda sobre as características das amostras desta pesquisa, tem-se o fato dos voluntários conviverem com amigos que também desenvolvem trabalho voluntário, além da maioria terem sido convidados para esta atividade, confirmando assim a importância do

convívio social para a disposição ao voluntariado. Portanto, embora seja sabido que o perfil de uma amostra não é invalidado por ser diferente de outras, tendo em vista o contexto de onde os estudos são realizados, assume-se que a concordância das características encontradas na amostra desta pesquisa com estudos que norteiam a mesma proporciona uma maior segurança para o embasamento teórico na realização das análises.

4.2 ANÁLISE DE MENSURAÇÃO

Uma vez realizado a análise exploratória preliminar e descritiva das amostras, buscou-se realizar uma análise fatorial exploratória e análise de viabilidade dos fatores constituídos nos instrumentos da pesquisa a partir da extração da estatística *Kaiser-Meyer-olkin* (KMO), o teste de esfericidade de *Bartlett* e a medida de confiabilidade *alpha* de *Cronbach*. A seguir, demonstra-se na Figura 4 o caminho percorrido na análise de mensuração desta pesquisa:

Figura 4- Passos da análise de mensuração



FONTE: Adaptado de Corrar, Paulo e Dias Filho (2009)

Conforme apresenta a figura 4, as etapas elencadas foram estabelecidas objetivando a verificação quanto a viabilidade dos construtos presentes no instrumento para a coleta de dados quanto a motivação voluntária e cidadania. Essa análise se fez necessária a fim de

identificar se de fato os questionários utilizados neste estudo são capazes de mensurar o que foi pretendido no objetivo da pesquisa.

A seguir serão apresentados o detalhamento desta análise de mensuração com relação a motivação para o trabalho voluntário, seguido do construto da cidadania.

4.2.1 Motivação

Anteriormente a realização da análise dos resultados, julgou-se necessário efetuar a análise fatorial exploratória do construto da motivação, a fim de verificar o poder de explicação das variáveis que constituem os fatores estabelecidos para a mensuração dos dados. Portanto, embora o modelo da Motivação para o trabalho voluntário, de Cavalcante (2016), ser devidamente validado e reaplicado em pesquisas como: Ageu (2015), Aquino (2015) Lemos (2016) e Ferraz (2017), sabe-se que a realidade dos contextos específicos de cada amostra pode se comportar de maneiras distintas diante dos fatores propostos no modelo.

Neste sentido, foi verificado a princípio o Testes KMO e Bartlett, uma vez que ambos indicam a adequação dos dados para a realização da análise fatorial. Assim, destaca-se que a convenção estatística determina que o valor do KMO deve estar acima de 0,5 para que os fatores encontrados na AF sejam considerados capazes de descrever satisfatoriamente as variações dos dados originais; e o teste de esfericidade de Bartlett para ser considerado deve apresentar o sig. ou *p-test* com valores inferiores a 0,05, indicando desta forma que a matriz de correlação não é uma matriz identidade (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2009; HAIR *et. al*, 2009).

Partindo desta base estatística estabelecida, foi realizado a 1º extração da análise fatorial, e os valores obtidos foram: KMO de 0,87 e o teste de esfericidade de Bartlett com sig. <0,001. Porém, quando avaliada a tabela das Comunalidades, identificou-se que a variável ALT 5- “Porque considero meu trabalho importante”, apresentou valor inferior a 0,5, conforme observa-se a seguir na Tabela 7.

Tabela 7- Comunalidades da motivação- 1º Extra.

Variáveis	Extração
Alt 1	,639
Alt 2	,686
Alt 3	,698

Alt 4	,609
Alt 5	,470
Just 1	,572
Just 2	,773
Just 3	,709
Just 4	,767
Afili 1	,615
Afili 2	,790
Afili 3	,717
Afili 4	,758
Apri 1	,599
Apri 2	,796
Apri 3	,756
Apri 4	,757
Ego 1	,625
Ego 2	,595
Ego 3	,545
Ego 4	,662
Ego 5	,584

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Diante do exposto, optou-se pela exclusão da variável ALT 5 para a realização da 2ª extração. Desta forma, observou-se que o KMO permaneceu com o valor 0,87 e o teste de Bartlett continuou validando a utilização da análise fatorial com o sig. <0,001. Em seguida, foi verificado as Comunalidades, estando as mesmas apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8- Comunalidades da motivação- 2ª Extra

Variáveis	Extração
Alt 1	,647
Alt 2	,704
Alt 3	,740
Alt 4	,644
Just 1	,545
Just 2	,773
Just 3	,718
Just 4	,765
Afili 1	,614
Afili 2	,794

Afili 3	,736
Afili 4	,762
Apri 1	,603
Apri 2	,793
Apri 3	,761
Apri 4	,772
Ego 1	,605
Ego 2	,588
Ego 3	,545
Ego 4	,658
Ego 5	,590

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Conforme apresenta a Tabela 8, as demais variáveis do construto da motivação apresentaram Comunalidades superiores a 0,5, de modo que das 21 variáveis da motivação, 11 demonstraram valores $> 0,7$. Portanto, após a verificação das Comunalidades, foi analisado a Tabela total de variância explicada, estando esta apresentada a seguir na Tabela 9.

Tabela 9- Total de Variância explicada

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	7,572	36,059	36,059	7,572	36,059	36,059
2	2,306	10,980	47,038	2,306	10,980	47,038
3	1,901	9,051	56,090	1,901	9,051	56,090
4	1,611	7,670	63,760	1,611	7,670	63,760
5	,971	4,622	68,382	,971	4,622	68,382

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Como pode-se observar, o grau de explicação dos 5 fatores é de 68,4%. Contudo, identificou-se que o 5º fator, no qual encontra-se destacado na Tabela 9, apresentou *eigenvalue* de 0,97, chamando-nos assim a atenção, uma vez que o critério de Kaiser sugere que os fatores extraídos devam ter valor de *eigenvalue* maior ou igual a 1 (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2009). Contudo, embora identificando que o valor do 5º fator (0,97)

se deu muito próximo a 1, podendo o mesmo ser arredondado, evidenciou-se que o mesmo, diante dos demais fatores se constituiu “fraco” na contribuição ao modelo da motivação.

Por isto, a análise fatorial seguiu com a verificação da rotação *Varimax*, conforme demonstra a tabela 10, objetivando agrupar as variáveis em fatores. Assim, torna-se possível também verificar qual das dimensões da motivação voluntária apresentou-se fraca como fator.

Tabela 10- Matriz de componentes com rotação ortogonal Varimax: Motivação

Variáveis	1	2	3	4	5
Afili 2	,899				
Afili 3	,827				
Afili 4	,737				
Afili 1	,689				
Apri 1		,542			
Apri 3		,890			
Apri 4		,873			
Apri 2		,840			
Just 4			,874		
Just 2			,808		
Just 3			,802		
Just 1			,533		
Alt 1				,831	
Alt 3				,821	
Alt 2				,771	
Alt 4				,766	
Ego 4					,726
Ego 2					,641
Ego 1					,587
Ego 5					,625

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Diante do exposto, pôde-se observar que o 5º fator, no qual apresentou *eigenvalue* de 0,97 foi o ‘Egoísmo’. Logo, optou-se por realizar a análise fatorial com as variáveis do Egoísmo separadamente das variáveis dos demais fatores, objetivando assim realizar análises mais específicas para o processo de tomada de decisão em considerar ou não a motivação egoísta na pesquisa. A seguir, estão expostos na tabela 11 os resultados obtidos:

Tabela 11- KMO, Bartlett e Comunalidades - 1º Extração

KMO	0,758	
Bartlett	Sig	,000
	Initial	Extraction
Ego1V	1,000	,568
Ego2V	1,000	,502
Ego3V	1,000	,401
Ego4V	1,000	,601
Ego5V	1,000	,597

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

A partir da Tabela 11 verificou-se que os valores dos testes: KMO, bem como de Bartlett, demonstraram viabilidade para a análise fatorial. No entanto, considerando os valores das Comunalidades, observou-se que a variável Ego3- “Porque me sentindo melhor como pessoa”, apresentou valor $<0,5$. Por esta razão, jugou-se necessária a exclusão desta variável, obtendo assim os resultados apresentados na Tabela 12:

Tabela 12- KMO, Bartlett e Comunalidades- 2º Extração

KMO	0,773	
Bartlett	Sig	,000
	Initial	Extraction
Ego1V	1,000	,659
Ego2V	1,000	,568
Ego4V	1,000	,619
Ego5V	1,000	,532

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Conforme demonstra a tabela 12, ao efetuarmos a 2º extração as variáveis apresentaram valores $>0,5$, encontrando-se dentro dos níveis aceitáveis de explicação (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2009; HAIR *et. all*, 2009). Portanto, considerou-se viável continuar a análise do Fator Egoísta a partir da tabela 13 de Variância total explicada, na qual encontra-se a seguir:

Tabela 13- Variância total explicada do Fator Egoísmo

Component		Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
		Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
	1	2,378	59,451	59,451	2,378	59,451	59,451
	2	,644	16,109	75,561			
	3	,515	12,864	88,424			
	4	,463	11,576	100,000			

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Conforme demonstra a tabela 13, o Fator Egoísmo encontra-se aceitável tendo em vista que o *eigenvalue* obtido foi >1 e o seu grau de explicação 59,4%. Portanto, a partir das análises do teste de KMO, teste de esfericidade de Bartlett, índices das Comunalidades, nas quais medem o quanto da variância de uma variável é explicada pelo fator, bem como a análise da variância total explicada, decidiu-se por considerar o Fator Egoísmo nesta pesquisa. Torna-se ainda propício ressaltar que o referido fator da motivação voluntária considerado nessa pesquisa constitui um modelo já devidamente testado e aplicado na tese de Cavalcante (2016), assim como também em estudos desenvolvidos nas dissertações, tais como de Ageu (2015), Aquino (2015) e Ferraz (2017).

Nesse sentido, julgou-se necessário a 3º extração da análise fatorial exploratória do construto da motivação, uma vez que na análise individual do Fator Egoísmo foi excluído a variável Ego3. Assim realizado, segue os resultados descritos na Tabela 14:

Tabela 14- KMO, Bartlett e Comunalidades da motivação -3º extra.

KMO	0,861
Bartlett	Sig. ,000
Variáveis	Extração
Alt 1	,665
Alt 2	,740
Alt 3	,748
Alt 4	,666
Just 1	,582
Just 2	,773
Just 3	,727
Just 4	,767
Afili 1	,595

Afili 2	,782
Afili 3	,735
Afili 4	,766
Apri 1	,583
Apri 2	,806
Apri 3	,768
Apri 4	,782
Ego 1	,630
Ego 2	,602
Ego 4	,676
Ego 5	,553

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Considerando que o valor do teste KMO, o teste de Bartlett e as Comunalidades das 20 variáveis, pode-se dizer que os mesmos se apresentaram satisfatórios. Logo, para a finalização da análise de mensuração do construto da motivação, foi realizado ainda o teste de confiabilidade a partir do coeficiente *alpha* de *Cronbach*, no qual encontra-se a baixo na tabela 15.

Tabela 15- Alpha de Cronbach do Construto Motivação

<i>Alpha de Cronbach</i>	Nº de Itens
,904	20

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

A partir da extração do Alpha de *Cronbach*, foi verificado que a confiabilidade das variáveis que compõem os fatores da motivação demonstrou-se alta, tendo em vista que, de modo geral, o valor mínimo aceitável é de $\geq 0,60$ (HAIR et al, 2009). Posto isso, assume-se que os resultados descritos indicam satisfatória adequação para mensuração dos dados.

Diante dos resultados demonstrados, somado ao fato do modelo de motivação para o trabalho voluntário proposto por Cavalcante (2016) ser devidamente validado, no qual apresenta fatores bem definidos, segue no quadro 10 o agrupamento das variáveis da motivação voluntária, assim como preconiza o modelo de Cavalcante (2016):

Quadro 10- Indicadores do instrumento de motivação voluntária

Fator 1 – Altruísta	Permaneço porque tenho conseguido ajudar pessoas.	Alt 1
	Permaneço porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas.	Alt 2
	Permaneço porque tenho levado esperança aos menos favorecidos.	Alt 3
	Permaneço porque vejo que as pessoas a que ajudo têm tido oportunidade de viver melhor	Alt 4
Fator 2 – Justiça social	Permaneço porque sinto que estou ajudando as comunidades.	Just 1
	Permaneço porque estou corrigindo injustiças sociais nas comunidades.	Just 2
	Permaneço porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades.	Just 3
	Permaneço porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades.	Just 4
Fator 3 – Afiliativo	Permaneço porque estou com pessoas com os mesmos interesses	Afili 1
	Permaneço porque sinto que estou fazendo parte de um grupo.	Afili 2
	Permaneço porque estou fazendo novos amigos.	Afili 3
	Permaneço porque estou convivendo com outras pessoas	Afili 4
Fator 4 - Aprendizado	Permaneço porque estou aprendendo a lidar com pessoas.	Apre 1
	Permaneço porque estou aprendendo novos conhecimentos.	Apre 2
	Permaneço porque estou tendo novos desafios e experiências.	Apre 3
	Permaneço porque estou aprendendo algo.	Apre 4
Fator 5 – Egoísta	Permaneço porque estou sendo reconhecido.	Ego 1
	Permaneço porque estou preenchendo o tempo livre.	Ego 2
	Permaneço porque estou com boa autoestima	Ego 4
	Permaneço porque me sinto importante fazendo esse trabalho.	Ego 5

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2016).

Uma vez agrupados as variáveis em seus referentes fatores, assim como apresentou o quadro 10, se faz relevante destacar que o modelo da motivação para o trabalho voluntário estabelece uma hierarquia entre os fatores existentes, contemplando assim desde o nível mais

alto- “Altruísmo”, até o mais baixo – “Egoísmo”. Desta forma, Cavalcante (2016) afirma que os níveis mais altos apresentam motivações que visam benefícios coletivos diante da sociedade, enquanto que os níveis mais baixos predominam motivações cujos retornos estão centrados no próprio indivíduo.

4.2.2 Cidadania

O instrumento utilizado para a mensuração da Cidadania também foi submetido a uma análise fatorial exploratória, objetivando analisar os indicadores de qualidade das variáveis que formam o construto ‘cidadania’. Nesse sentido, se faz relevante destacar que o instrumento aplicado, embora tenha utilizado como base o *Citizen audit*, sendo este censo validado no contexto internacional, julgou-se necessário a adaptação do mesmo para o contexto nacional. Portanto, inicialmente Ferraz (2017) realizou as adaptações de variáveis agrupando-as em indicadores com base na teoria da cidadania de Marshall (1967), e nesta presente pesquisa foram inseridas 5 novas variáveis, conforme detalha no quadro 6.

Nesta perspectiva, foi realizado o teste KMO e o teste de esfericidade de *Bartlett*, a fim de analisar se de fato a aplicação da Análise Fatorial demonstrava-se viável. Então, iniciada a 1ª extração com as 12 variáveis do instrumento da Cidadania, foi obtido o KMO 0,65 e o teste de *Bartlett* indicou o valor de sig <0,001, indicando assim a viabilidade para a realização da análise fatorial. No entanto, considerando as comunalidades apresentadas a seguir na Tabela 16, foi identificado que 4 variáveis apresentaram valor <0,5, sendo elas: CID 4 - “Os indivíduos que podem pagar devem arcar com o custo relacionado a sua própria saúde quando eles estão doentes”; CID 5- ”É dever de todo cidadão votar em eleições”; CID 9 - “As pessoas não devem confiar no Estado para garantir a sua própria aposentadoria” ; e CID 11- “Acredito que o direito da igualdade deve respeitar as diferenças entre as pessoas”.

Tabela 16- Comunalidades da Cidadania: 1º Extração

Variáveis	Inicial	Extração
CID 1	1,000	,714
CID 2	1,000	,511
CID 3	1,000	,557
CID 4	1,000	,274
CID 5	1,000	,160

CID 6	1,000	,243
CID 7	1,000	,556
CID 8	1,000	,610
CID 9	1,000	,418
CID 10	1,000	,513
CID 11	1,000	,433
CID 12	1,000	,543

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Assim, optou-se por retirar a variável CID 5- “É dever de todo cidadão votar em eleições”, tendo em vista que a mesma apresentou a menor comunalidade. Realizada a 2ª extração com 11 variáveis, demonstrada a baixo na tabela 17, foi obtido o KMO 0,67, sendo este discretamente maior do que o KMO da 1ª extração, e o teste de esfericidade de *Bartlett* indicou o valor de sig <0,001. Contudo, assim como demonstra a Tabela 17, com a retirada da variável CID 5, a variável CID 6 – “Acho importante obedecer às leis” passou a apresentar um valor <0,5, e as variáveis CID 4 - “Os indivíduos que podem pagar devem arcar com o custo relacionado a sua própria saúde quando eles estão doentes.”; CID 9 - “As pessoas não devem confiar no Estado para garantir a sua própria aposentadoria” ; e CID 11- “Acredito que o direito da igualdade deve respeitar as diferenças entre as pessoas” permanecerem inferior a 0,5, como observado na 1ª extração.

Tabela 17- Comunalidades: 2ª Extração

Variáveis	Inicial	Extração
CID 1	1,000	,717
CID 2	1,000	,550
CID 3	1,000	,563
CID 4	1,000	,260
CID 6	1,000	,200
CID 7	1,000	,559
CID 8	1,000	,614
CID 9	1,000	,420
CID 10	1,000	,520
CID 11	1,000	,453
CID 12	1,000	,581

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Observando que a variável CID 6 demonstrou a menor comunalidade, a mesma foi retirada para o prosseguimento da 3ª extração, de modo que o KMO resultante foi de 0,66 e o teste de *Bartlett* continuou a indicar o valor de sig <0,001. Então, conforme apresenta a tabela 18, com a exclusão da variável CID 6, a variável CID 11- “Acredito que o direito da igualdade deve respeitar as diferenças entre as pessoas” passou a apresentar a comunalidade >0,5, mas as variáveis CID 4 - “Os indivíduos que podem pagar devem arcar com o custo relacionado a sua própria saúde quando eles estão doentes” e CID 9 - “As pessoas não devem confiar no Estado para garantir a sua própria aposentadoria” permaneceram com valores inferior.

Tabela 18- Comunalidades: 3ª Extração

Variáveis	Inicial	Extração
CID 1	1,000	,717
CID 2	1,000	,554
CID 3	1,000	,561
CID 4	1,000	,299
CID 7	1,000	,584
CID 8	1,000	,611
CID 9	1,000	,440
CID 10	1,000	,507
CID 11	1,000	,524
CID 12	1,000	,554

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Iniciada a 4ª extração, foi retirada a variável CID 4 - “Os indivíduos que podem pagar devem arcar com o custo relacionado a sua própria saúde quando eles estão doentes”, obtendo assim o KMO de 0,64 e o teste de *Bartlett* com o sig <0,001. Porém, de acordo com valores evidenciados na tabela 19, a variável CID 9 - “As pessoas não devem confiar no Estado para garantir a sua própria aposentadoria” ainda apresentou comunalidade <0,5.

Tabela 19- Comunalidades: 4º Extração

Variáveis	Inicial	Extração
CID 1	1,000	,713
CID 2	1,000	,558
CID 3	1,000	,564
CID 7	1,000	,632
CID 8	1,000	,645
CID 9	1,000	,403
CID 10	1,000	,511
CID 11	1,000	,586
CID 12	1,000	,567

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Diante dos dados apresentados na 4º extração, optou-se pela exclusão da variável CID 9 por esta apresentar valor inferior a 0,5, de modo que o KMO obtido foi de 0,63 e teste de *Bartlett com o sig* <0,001. No entanto, assim como se pode observar na tabela 20, a variável CID 10, que até então demonstrava valores superior a 0,5, perdeu poder de explicação, apresentando comunalidade <0,5.

Tabela 20- Comunalidades: 5º Extração

Variáveis	Inicial	Extração
CID 1	1,000	,709
CID 2	1,000	,567
CID 3	1,000	,572
CID 7	1,000	,736
CID 8	1,000	,711
CID 10	1,000	,497
CID 11	1,000	,598
CID 12	1,000	,562

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Após a retirada da variável CID 10 – “O governo tem o dever de disponibilizar a educação para todas as pessoas, independentemente de sua classe social”, o teste de *Bartlett* continuou a indicar o valor de sig <0,001, e o KMO obtido foi de 0,61, sendo este o menor valor quando comparado com o KMO das demais extrações realizadas. Logo, foram verificadas as comunalidades das variáveis, nas quais encontram-se a baixo na tabela 21:

Tabela 21- Comunalidades: 6º Extração

Variáveis	Inicial	Extração
CID 1	1,000	,689
CID 2	1,000	,600
CID 3	1,000	,650
CID 7	1,000	,734
CID 8	1,000	,735
CID 11	1,000	,627
CID 12	1,000	,626

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Analisado as comunalidades observou-se que as 7 variáveis restantes do construto cidadania apresentaram valores superior a 0,6, o que indica um satisfatório poder de explicação. Portanto, acrescentando as análises até aqui realizadas, foi também calculado o do coeficiente *alpha* de *Cronbach*, no qual demonstrou um nível de confiabilidade de 66%.

Por isto, a análise fatorial seguiu com a verificação da rotação *Varimax*, objetivando agrupar as variáveis em fatores, conforme apresenta a tabela 22.

Tabela 22- Matriz de componentes com rotação ortogonal Varimax: Cidadania

Variáveis	1	2	3
CID 1	0,826		
CID 2	0,733		
CID 3	0,802		
CID 7		0,847	
CID 8		0,848	
CID 11			0,779
CID 12			0,772

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Como se pode observar, na rotação das variáveis estas agruparam-se em três fatores, nos quais foram nomeados com base na teoria de Marsshall (1967) - Direitos civis, políticos e sociais. Assim, o Fator 1 refere-se aos direitos sociais, o Fator 2 aos direitos políticos e o Fator 3 correspondente aos direitos civis. Neste sentido apresenta-se na tabela 23 a variância total explicada destes três fatores, a fim de ser verificado o *eigenvalues* de cada um, no qual deve ser superior a 1, bem como o nível de explicação dos mesmos.

Tabela 23- Variância total explicada dos Fatores da Cidadania

Compo nentes	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,061	29,437	29,437	2,061	29,437	29,437
2	1,342	19,171	48,607	1,342	19,171	48,607
3	1,106	15,800	64,407	1,106	15,800	64,407

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Conforme observado, os fatores: Direitos sociais, Direitos políticos e Direitos civis encontram-se aceitáveis, uma vez que os *eigenvalues* dos mesmos apresentaram valores >1 , e o grau de explicação destes fatores é de 64,41%. Portanto, a seguir, o quadro 11 demonstra as variáveis atribuídas aos seus respectivos fatores.

Quadro 11- Variáveis agregadas em fatores: ‘cidadania’

Fator 1 Direitos Sociais	O governo deve fornecer habitação para aqueles que não podem pagar.	CD1
	O governo deve reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres.	CD2
	É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um.	CD3
Fator 2 Direitos Políticos	Costumo acompanhar e fiscalizar o trabalho dos políticos eleitos.	CD7
	Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos.	CD8
Fator 3 Direitos Civis	Acredito que o direito da igualdade deve respeitar as diferenças entre as pessoas.	CD11
	A privacidade das nossas residências não pode ser violada, exceto em situações de perigo.	CD12

Adaptado de Marshall (1967) e Whiteley, Pattie, Seyd (2004).

Como pôde ser observado, as variáveis que compõem o fator “Direitos sociais” são: ‘O governo deve fornecer habitação para aqueles que não podem pagar’ (CID1); ‘O governo deve reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres’ (CID 2); e ‘É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um’ (CID3). Portanto, a dimensão ‘Direitos sociais’, baseada em Marshall (1967), está relacionado a percepção das

pbessoas em relação a um direito mínimo de bem-estar, no qual deve ser assegurado pelo Estado.

O segundo fator, por sua vez, envolve a garantia dos indivíduos de igual participação dos mesmos no poder político (MARSHALL, 1967). Nesse sentido, esta dimensão foi composta por variáveis que indicam direitos/deveres de participação política, sendo estas: ‘Costumo acompanhar e fiscalizar o trabalho dos políticos eleitos’ (CID7); ‘Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos’ (CID8).

O terceiro fator, Direito civis, refere-se à autonomia e à liberdade individual, tais como: o direito de ir e vir, igualdade perante a lei, integridade física e liberdade de imprensa e propriedade (MARSHALL, 1967). Assim, as variáveis nas quais foram consideradas para análise e agrupadas nesta dimensão foram: ‘Acredito que o direito da igualdade deve respeitar as diferenças entre as pessoas’ (CID11) e ‘A privacidade das nossas residências não pode ser violada, exceto em situações de perigo’ (CID12).

Por fim, se faz importante salientar que este instrumento para a análise da cidadania foi empregado na pesquisa de Ferraz (2017), na qual através de testes estatísticos confirmou a viabilidade da sua utilização demonstrando o $KMO = 0,673$, o teste de *Bartlett* com p-valor menor do que 0,001, e o poder de explicação dos fatores: direitos sociais, políticos e civis, de 68,17%. Portanto, diante deste fato, somado as análises fatoriais realizadas e aqui descritas, acredita-se que há adequação de mensuração e estrutura psicométrica razoável para a análise subsequente.

4.3 MEDIDAS DESCRITIVAS, ANÁLISE DE ASSOCIAÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

Nesta seção será apresentado primeiramente as medidas descritivas dos fatores da motivação, contemplando as medidas de posição: média aritmética simples e os três quartis, medidas de dispersão: desvio-padrão, e ainda as medidas de formato, tal qual assimetria e curtose. Em seguida, será descrito a análise de associação entre as variáveis contidas no instrumento da motivação e as variáveis (escalar e ordinais) do perfil sociodemografico da amostra de voluntários.

Adiante, será apresentada a análise das medidas descritivas dos fatores que compõem o instrumento referente a cidadania. E, por fim, será exposto a análise comparativa desenvolvida entre as amostras submetidas a pesquisa sobre a cidadania: pessoas que realizam trabalho voluntário e pessoas que não são voluntárias.

4.3.1 Análise de medidas descritivas dos fatores agregados a motivação voluntária – Motivos de permanência

Neste subtópico serão analisadas as motivações para o exercício do trabalho voluntário no âmbito da saúde ocorridas no Estado da Paraíba, correspondendo assim ao objetivo específico (1) proposto para este estudo. Assim, esta análise, verificará as médias e desvios-padrão das variáveis, bem como a média e as medidas de posição, dispersão e formato de cada fator da motivação, objetivando identificar os motivos predominantes pelos quais os participantes da pesquisa desenvolvem este tipo de atividade.

De acordo com Cavalcante (2016), existem motivos que impulsionam os indivíduos a entrar, permanecer e até mesmo a se desvincular de um trabalho voluntário, sendo estas motivações enquadradas nas categorias de perfis: Altruísta, Justiça Social, Afiliação, Aprendizado e Egoísta. Contudo, ressalta-se que este estudo se detém as motivações para a permanência, ou seja, às razões que fazem com que as pessoas se mantenham constantes no exercício voluntário.

Nessa perspectiva, foi analisado inicialmente o fator Altruísta, no qual compreende a realização de uma atividade cuja motivação centra-se no bem do próximo, apesar dos riscos e custos exigidos, pois, assim como afirma Cavalcante *et al.* (2011), aqueles que são norteados pelo altruísmo almejam prioritariamente o alcance dos interesses dos que são ajudados. Portanto, a seguir, são apresentados na tabela 24 as medidas de posição, dispersão e formato do fator Altruísta, obtidas a partir dos indicadores encontrados nas questões 1 a 4 do instrumento referente a motivação voluntária:

Tabela 24- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Altruísta”

FATOR 1- ALTRUÍSTA									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Altruísta 1	8,68	1,75	8,5	1,36	-1,24	1,98	25	50	75
Altruísta 2	7,85	1,97					7,8	8,8	9,6
Altruísta 3	8,43	1,86							
Altruísta 4	8,34	1,87							

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com a tabela 24 pode-se dizer que o perfil Altruísta obteve uma média alta com 8,5 e um desvio-padrão de 1,36, o que indica uma amostra homogênea na qual não apresenta oscilação significativa nas respostas obtidas. O coeficiente de assimetria obtido para o fator Altruísta foi de -1,24, indicando-nos um deslocamento da média para o lado esquerdo, pois os valores para essa variável são mais frequentes acima da média de 8,5. A curtose observada foi no valor de 1,98 o que significa que a distribuição para essa variável possui caudas pesadas. Quanto os quartis, o primeiro quartil foi de 7,8, o que indica que 25% dos entrevistados apresentaram o fator Altruísta igual ou menor a 7,8. O segundo quartil, também conhecido como a mediana, apresentou um valor de 8,8, e analisando o terceiro quartil temos que 75% dos participantes da pesquisa apresentaram um fator Altruísta igual ou menor que 9,6.

A partir dos dados apresentados reforça-se o fato de que é comum encontrar sentimentos de altruísmo entre as pessoas que realizam o trabalho voluntário, variando apenas os níveis de intensidade entre as mesmas (FISCHER E SCHAFFER, 1993). Segundo Cavalcante (2016) o altruísmo possui um caráter universal nas motivações para o trabalho voluntário e é possível que isto ocorra porque o sentimento altruísta de auto-sacrifício sem aparente busca por recompensa pessoal, está relacionado com próprio conceito do voluntariado no qual requer dos envolvidos a doação, seja de: tempo, recursos, e de si mesmos.

Nesse sentido, pesquisas empíricas revelam o altruísmo como uma das principais motivações para o exercício do trabalho voluntário, como por exemplo o estudo realizado por Filkelstein (2010) com 194 estudantes nos Estados Unidos no qual constatou que as motivações altruístas, bem como a busca por laços sociais movem atividades executadas coletivamente. Reforçando esta realidade no contexto nacional e local, Ageu (2015), Aquino (2015), Lemos (2016) e Ferraz (2017) desenvolveram estudos de motivação voluntária identificando em seus resultados o Altruísmo como uma das maiores médias presentes nos voluntários.

Além das pesquisas aqui citadas, outros estudos internacionais (UNGER, 1991; BUSSELL; FORBES, 2002; SOUZA, LAUTERT; HILLESHEIN, 2010; FILKELSTEIN, 2010) e nacionais (FIGUEIREDO, 2005; CAVALCANTE et. al. 2011; MASCARENHAS, ZAMBALDI; VARELA, 2013; SILVA; COSTA, 2013, SILVA *et. al.* 2015) indicam o altruísmo como uma característica expressiva naqueles que realizam o voluntariado. Portanto, pode-se dizer que os dados demonstrados no fator Altruísta estão em similaridade com estudos anteriores, além de que um elevado nível de motivação altruísta entre os pesquisados pode ser um indicador positivo para o comportamento cidadão, tendo em vista o fato de se ter como princípio motivador o bem do próximo e da comunidade.

Nessa perspectiva, emerge o segundo fator, Justiça Social, estando o mesmo vinculado ao exercício da cidadania para o bem-estar da sociedade, pois conforme apresenta Cavalcante (2016), a motivação que move os voluntários está baseada no auxílio as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e a comunidade local de maneira geral. Assim, seguem os dados obtidos do fator “Justiça Social” na tabela 25:

Tabela 25- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Justiça Social”

FATOR 2- JUSTIÇA SOCIAL									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Justiça Social 1	8,97	1,46	7,95	1,67	-1,11	1,14	25	50	75
Justiça Social 2	7,27	2,24					7,2	8,2	9
Justiça Social 3	7,94	2,12							

Justiça Social 4	7,62	2,24							
-------------------------	------	------	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Conforme observa-se na tabela 25, o fator Justiça Social apresentou uma média de valor moderado (7,95), e o desvio padrão de 1,6, no qual demonstra que os valores para este fator estão pouco dispersos em relação à média. A Assimetria encontrada é considerada negativa, pois os valores para o fator Justiça Social estão mais concentrados acima da média de 7,95. E quanto a Curtose de 1,14, este valor indica-nos um maior afunilamento da distribuição para o fator Justiça Social, ou seja, a distribuição para essa variável possui caudas mais pesadas quando comparada a distribuição Normal.

Dentre a análise, observou-se que, embora a média do fator Justiça social (7,95) tenha se apresentado menor do que a média do fator Altruísta (8,5), pode-se considerar uma amostra com expressiva média homogênea ao verificarmos os dados, como a exemplo o valor de 8,2 no segundo quartil, no qual corresponde à mediana. Ainda entre os quartis verificou-se que 25% dos entrevistados possuem um fator de Justiça Social igual ou menor que 7,2, e 75% dos participantes apresentaram um fator de Justiça Social igual ou menor que 9. Nessa perspectiva, Souza e Carvalho (2006) afirmam que entre os motivos que levam as pessoas se voluntariarem encontra-se a “contribuição social”, na qual de acordo com Cavalcante (2016) pode ser chamada de Justiça Social, ou seja, a busca pelo resgate da cidadania na realidade local.

A motivação voluntária voltada para justiça social é formada por variáveis norteadas por estudos: tais como: Schawartz (1994), no qual aponta o interesse dos voluntários em reduzir as injustiças na sociedade; Hibbert, Piacentini e Dajani (2003) identificando a vontade das pessoas se envolverem no trabalho voluntário para colaborar com a melhoria da comunidade e das pessoas que estão presentes nela, bem como as pesquisas qualitativas realizadas por Hankinson e Rochester (2005), que por sua vez identificaram no envolvimento voluntário o desejo em cumprir o dever de cidadão e o desejo em se sentir um membro útil no seu contexto.

Em concordância com os estudos anteriores e com base nos dados da amostra desta presente pesquisa, acredita-se que os voluntários envolvidos na mesma possuem um nível de motivação voltada para a melhoria da localidade onde estão inseridos e para o auxílio a

aqueles que se encontram em maiores necessidades, sejam em bairros periféricos ou hospitais, pois são estes os contextos atuados pelos voluntários participantes deste estudo.

O terceiro fator- Afiliação, compreende motivações vinculadas ao bem-estar social a partir da prática de compartilhar algo pertencente ao nível individual em um contexto coletivo (CAVALCANTE, 2016). Assim, encontra-se na tabela 26 os dados dos indicadores desse fator correspondentes as questões 10 a 13 do instrumento referente a motivação:

Tabela 26- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Afiliação”

FATOR 3- AFILIAÇÃO									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Afiliação 1	7,95	2,19	7,68	2,03	-1,05	0,75	25	50	75
Afiliação 2	8,05	2,25					6,5	8,2	9,2
Afiliação 3	7,22	2,54							
Afiliação 4	7,51	2,64							

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Como observado, a média do fator “Afiliação” foi de 7,68, sendo esta a menor das médias entre os fatores até então analisados, e o desvio-padrão obtido foi o mais alto com 2,08, indicando assim uma maior dispersão nas respostas. Observando a Assimetria de -1,05, verificou-se que existe um deslocamento da média para o lado esquerdo, pois as repostas são mais frequentes acima da média 7,68. A Curtose de 0,75 indica-nos uma função de distribuição mais afunilada e com caudas mais pesadas quando comparada a distribuição Normal. Na Tabela 26, analisando os quartis para o fator Afiliação, observa-se que 25% das respostas são iguais ou menores a 6,5, no primeiro quartil. Para o segundo quartil, a mediana foi de 8,2, ou seja, 50% das respostas e são iguais ou menores que 8,2. Para o terceiro quartil, tem-se que 75% dos valores para o fator Afiliação são iguais ou menores a 9,2.

De acordo com Clary *et al.* (1998) e Hanckinson; Rochester (2005), fazer parte de um grupo no qual propicie aos indivíduos inserir-se em um meio e consequentemente fazer novos

amigos, são fatores que podem motivar pessoas a realizarem atividades voluntárias. Porém, se faz relevante destacar que, embora a afiliação em um grupo se constitua um nível de motivação presente nas pessoas, estudos realizados no contexto do Estado da Paraíba têm identificado que este fator não se estabelece como as razões primárias pelas quais as pessoas se envolvem no trabalho voluntário (AQUINO, 2015; AGEU 2015; FERRAZ, 2017).

A partir do exposto, tem-se que os dados do fator afiliação comportaram-se semelhantes as pesquisas de Aquino (2015), Ageu (2015) e Ferraz (2017), nos conduzindo a inferir que: o fato de 68,92 da amostra estarem na faixa jovem de 21 a 39 anos, e a maioria (37,4%) se constituírem estudantes, pode ser uma possível explicação para a intensificação da necessidade em se estabelecer vínculos sociais, conforme explica Oliveira (2010). Logo, acredita-se que para a permanência dos mesmos nas atividades se faz importante conhecer novas pessoas e pertencer a um ciclo, mas esta não pode ser considerada a motivação principal pela qual eles doam de si no voluntariado.

O quarto fator analisado- Aprendizagem, abrange o interesse do voluntário em autodesenvolver-se a partir da aquisição de novas habilidades e competências à medida que o mesmo promove o bem do próximo (CAVALCANTE, 2016). Nesse sentido, a análise da motivação para a aprendizagem no voluntariado baseou-se nas questões de 14 a 17 do instrumento, podendo-se observar as medidas de posição, dispersão e formato deste fator na tabela 27:

Tabela 27- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Aprendizado”

FATOR 4- APRENDIZADO									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Aprendizado 1	8,45	2,10	9,06	1,24	-2,07	5,72	25	50	75
Aprendizado 2	9,21	1,45					8,5	9,5	10
Aprendizado 3	9,32	1,27							
Aprendizado 4	9,25	1,47							

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Conforme verificado na tabela 27, o fator Aprendizagem demonstrou a maior média (9,06), e o menor desvio padrão (1,24) entre os fatores. Quanto ao coeficiente de assimetria, foi obtido o valor de -2,07 o que nos indica um deslocamento da média para o lado esquerdo, pois os valores para essa variável são mais frequentes acima da média de 9,06. A curtose observada para a variável Aprendizado foi de 5,72, o que significa que a distribuição para esse fator possui caudas pesadas. O primeiro quartil demonstrou que 25% dos entrevistados apresentaram o fator Aprendizado igual ou menor a 8,5. O segundo quartil, no qual corresponde a mediana, apresentou um valor de 9,5, sendo este superior à média. Analisando ainda o terceiro quartil temos que 75% dos participantes da pesquisa apresentaram a motivação para o voluntariado voltada para a aprendizagem igual ou menor que 10.

Diante dos resultados descritos, se faz necessários enfatizar que o fator da Aprendizagem como motivação voluntária resultou de variáveis estabelecidas a partir das pesquisas de Clary, Snyder e Ridge (1992), Hanckinson; Rochester (2005) e Dolnicar; Randle (2007), nas quais consideram como possíveis motivações para o envolvimento no trabalho voluntário a oportunidade dos indivíduos de praticar conhecimentos já existentes, podendo assim adquirir novos, bem como a possibilidade de se ter contato com novos desafios e experiências. Logo, olhando para os dados apresentados, confirma-se achados em estudos que indicam a tendência de voluntários mais jovens e estudantes enxergarem o voluntariado como um desafio de novas experiências e o potencial em adicionar novos conhecimentos (HOLDSWORTH; BREWIS, 2014; MOORE; WARTA; ERICHSEN, 2014; FERRAZ, 2017).

Corroborando com o resultado descrito, o estudo realizado na Paraíba por Ferraz (2017) objetivou analisar a relação entre as motivações para o voluntariado e as percepções e atitudes cidadãos com voluntários atuantes na área da educação, distinguindo-se da presente pesquisa no recorte do setor, e consequentemente na amostra de maneira geral. Contudo, pode-se dizer que ambos os estudos obtiveram a ‘Aprendizagem’ como motivação mais expressiva entre os voluntários pesquisados. Nessa perspectiva, a realidade descrita também foi obtida na pesquisa de Moore; Warta; Erichsen (2014), na qual entrevistando 406 voluntários estudantes, cujas idades encontravam-se entre 18 e 24 anos, constatou que entre as motivações para o voluntariado que foram destacadas pelos envolvidos foram: o voluntariado para a oportunidade de novas experiências de aprendizagem e o altruísmo.

Finalizando, portanto, a etapa da análise referente as medidas descritivas dos fatores da motivação voluntária, verificou-se o fator Egoísta, no qual de acordo com a hierarquia das

motivações estabelecidas por Cavalcante (2016), este se encontra no nível onde a busca pelos interesses dos voluntários são mais individualistas, ou seja, as razões que estimulam o indivíduo a praticar o trabalho voluntário centra-se primeiramente na satisfação do próprio eu, seja o fato deste se sentir reconhecido, melhorar sua autoestima e seu senso de importância. Segue assim, a tabela 28 com dados coletados para análise do fator Egoísta a partir das cinco últimas questões do instrumento:

Tabela 28- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Egoísta”

FATOR 5- EGOÍSTA									
Variável	Média (Variável)	+	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Egoísta 1	6,43	2,91	7,00	1,92	-0,50	-0,35	25	50	75
Egoísta 2	4,58	3,09					5,6	7,4	8,4
Egoísta 3	6,95	2,72							
Egoísta 4	8,34	2,32							

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Os dados apresentados na tabela 28 apontam que o perfil egoísta obteve a menor média auferida nos perfis da motivação segundo o modelo de Cavalcante (2016). O Desvio Padrão obtido foi de 1,92, demonstrando que os valores para o fator Egoísta estão pouco dispersos em relação à média. A Assimetria encontrada negativa indica-nos que os valores para o fator Egoísta estão mais concentrados acima da média de 7. A Curtose de -0,35 significa um maior achatamento da distribuição do fator quando comparada a distribuição Normal. Além disso, observou-se que 25% dos entrevistados possuem a motivação Egoísta igual ou menor que 5,6, enquanto que 75 % apresentaram o fator Egoísta igual ou menor que 8,4.

Diante do fato da motivação egoísta ter se apresentado com menor média dentre as demais motivações para o trabalho voluntário, pode-se dizer que este resultado também foi encontrado na pesquisa de Souza et. al. (2012) com os voluntários da Pastoral da Criança no

Rio Grande do Norte, e o estudo de Ageu (2015), no qual foi realizado na Cidade Viva em João Pessoa- PB. Contudo, embora a média deste fator tenha se apresentado a menor quando comparada aos demais fatores, é importante assumir que a média 7 indica um valor mediano demonstrando-nos que os voluntários desta amostra têm motivações para o trabalho voluntário que permeiam desde questões altruístas até as egoístas.

Nessa perspectiva, se faz necessário enfatizar que as motivações não são mutuamente excludentes, antes, cada indivíduo pode possuir motivações voltadas para o bem coletivo e ao mesmo tempo individuais, podendo assim caracterizar algo contraditório (FISCHER; SCHAFFER, 1993; MASCARENHAS, ZAMBALDI; VARELA, 2013). No entanto, é diante deste cenário subjetivo de intenções e motivações que segundo Piccoli e Godoi (2012), o voluntariado se encontra como braços e mãos abertas, fazendo com que ao mesmo tempo que indivíduo doa algo de si, o mesmo recebe algo recompensador, e esta retorno pode ser: a felicidade pelo bem do outro, a realização de ser um promotor para melhoria da comunidade local, a satisfação em fazer parte de um grupo, a oportunidade em adquirir novos conhecimentos ou até mesmo o sentimento de bem estar consigo mesmo por se sentir importante.

Por fim, a partir dos dados obtidos nesta seção, acredita-se que os voluntários atuantes na saúde no Estado da Paraíba têm desenvolvido trabalho voluntário movidos por motivações relacionadas a Aprendizagem, ao Altruísmo e busca pela Justiça Social, respectivamente nesta ordem. Todavia, estes mesmos voluntários também apresentam níveis medianos de motivações voltadas para a Afiliação e Egoísmo sendo estas razões importantes, mas não determinantes.

4.3.1.1 Análise de associação entre as variáveis da motivação voluntária e o perfil sociodemográfico da amostra de voluntários

Após ter analisado as medidas descritivas dos fatores da motivação para o trabalho voluntário, julgou-se importante verificar a possível relação entre estes fatores e o perfil da amostra de voluntários. Portanto, foram realizados testes de correlação entre os elementos da motivação voluntária e a variável escalar, idade, bem como as variáveis ordinais, formação e renda, presentes no perfil sociodemográfico.

Nesse sentido, inicialmente foi realizado o teste de normalidade K-S, objetivando identificar o comportamento da distribuição amostral para que a partir desta verificação se tornasse possível escolher os métodos mais adequados para a pretendida análise. Portanto, segue na tabela 29 os resultados obtidos do teste de normalidade dos fatores da motivação:

Tabela 29- Teste K-S para normalidade do construto ‘motivação’

Fator	Média	Desvio-padrão	Kolmogorov-Smirnov Z	Sig.
Altruísta	8,53	1,36	2,09	0,000
Justiça Social	7,95	1,67	1,93	0,001
Afiliação	7,68	2,03	1,88	0,001
Aprendizado	9,06	1,24	3,36	0,000
Egoísta	7,00	1,92	1,42	0,035

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Conforme demonstrado na tabela 29, o teste de normalidade K-S identificou que todos os fatores do construto motivação: Altruísta, Justiça Social, Afiliação, Aprendizagem e Egoísta, comportam-se como uma distribuição não normal, uma vez que às mesmas apresentam o p-valor inferior a 0,05, sendo este, portanto, o valor mínimo para que a distribuição seja considerada normal. Contudo, assim como ressaltam Corrar et al. (2009), a não normalidade da distribuição não impossibilita a análise das associações entre os indicadores, pois para estes casos utiliza-se testes não paramétricos, também conhecidos por testes livres de distribuição.

A partir dos resultados encontrados, assumindo assim a não normalidade da distribuição amostral, foi realizado a análise de correlação baseada no Coeficiente de *Spearman*, sendo este um teste não paramétrico. Nesse sentido ainda se destaca que o valor do coeficiente de correlação terá como base de interpretação o exposto por Shimakura (2006), assim como apresenta a Figura 5:

Figura 5- Valores referências para os coeficientes de correlação

Valor de ρ (+ ou -)	Interpretação
0.00 a 0.19	Uma correlação bem fraca
0.20 a 0.39	Uma correlação fraca
0.40 a 0.69	Uma correlação moderada
0.70 a 0.89	Uma correlação forte
0.90 a 1.00	Uma correlação muito forte

FONTE: Shimakura - 2006

Portanto, após a extração do teste de correlação de *Spearman* entre as os indicadores da motivação para o trabalho voluntário com a variável escalar (idade), e as variáveis ordinais ('formação' e 'renda'), foram encontradas: 6 correlações com a 'Idade', 3 correlações com 'Formação acadêmica' e 1 correlação com a 'Renda'. No entanto, foram desconsideradas as correlações nas quais variaram de 0.00 a 0.19 (muito fracas), destacando-se apenas as associações entre as motivações e as variáveis: Idade e Formação, estando as mesmas descritas a seguir:

I - Correlação entre motivações e idade

Quando realizado o teste de correlação entre as variáveis de motivação e a Idade dos voluntários participantes desta pesquisa, resultaram 6 correlações. No entanto, 4 destas foram exclusas por apresentarem p-valos $< 0,2$. Assim, demonstradas na tabela 30 as associações consideradas.

Tabela 30- Idade X Variáveis de motivação

Variáveis		(Altruísta 3) Porque tenho levado esperança aos menos favorecidos	(Egoísta 4) Porque estou com boa autoestima
IDADE	Coeficiente de correlação	0,202**	0,201**
	Sig. (2-tailed)	0,007	0,003

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

Legenda: * A correlação é significativa ao nível de 0,05.

** A correlação é significativa ao nível de 0,01 (2-tailed).

Conforme o exposto na tabela 30, as associações encontradas foram positivas fracas, sendo as mesmas entre a Idade e as Variáveis: ‘Altruísta 3’ e ‘Egoísta 4’. Nessa perspectiva têm-se uma compreensão inicial de que a medida que a idade dos voluntários avança existe também uma discreta disposição em se aumentar as motivações dos mesmos em relação a percepção de auto sacrifício (Altruísmo), assim como a de busca por bem-estar e recompensa pessoal (Egoísta).

Segundo Cavalcante (2016), a motivação altruísta para o voluntariado compreende a doação de si cuja recompensa está tão somente no benefício do outro. Nessa perspectiva, estudos como o de Ferreira et al. (2012) e Ferraz (2017) demonstram que a motivação altruísta para envolvimento no trabalho voluntário encontra-se mais presente em voluntários com maiores idades. Corroborando, Souza et al. (2003) afirmam que em uma pesquisa comparativa entre Portugal e Brasil, cujas médias de idade dos voluntários participantes foram de 59 e 47,09, respectivamente, a motivação altruísta demonstrou-se predominante em ambas as amostras. Portanto, a partir do exposto, torna-se possível afirmar que na amostra deste estudo, a medida que aumenta a idade dos indivíduos, aumenta também a propensão destes estarem no voluntariado a partir de uma disposição ao sacrifício próprio por estes possuírem uma maior percepção do impacto que podem gerar na vida de outras pessoas.

Em continuidade com a análise das correlações existentes entre o perfil da amostra e as variáveis da motivação, também foi identificada associação entre a idade e a variável egoísta 4 – “Porque estou com boa estima”, trazendo-nos assim a compreensão de que: assim como o avanço da idade pode aumentar a motivação altruísta em desenvolver trabalho voluntário para levar esperança a aqueles que necessitam, o mesmo pode incorrer com relação a motivação egoísta na qual impulsiona os indivíduos ao voluntariado devido os mesmos sentirem-se com boa autoestima (egoísta 4) No entanto, embora, Cavalcante (2016) afirme que a tendência no voluntariado ligado a motivos egoístas está mais presente entre indivíduos jovens, este fato não se faz contraditório, tendo em vista que os mais idosos têm a oportunidade de através do trabalho voluntário praticar a doação de si mesmo e do seu tempo movidos pelo altruísmo e simultaneamente, os mesmos podem almejar a recompensa de sentir bem por se enxergar como alguém produtivo em sua sociedade (FIGUEIREDO, 2005).

Conforme o exposto, tem-se que entre as motivações mais subjetivas que há no interior dos seres humanos, o altruísmo e o egoísmo coexistem (CNAAN et. al., 1996; MASCARENHAS et al., 2013). Portanto, é neste sentido que se reafirma os resultados aqui obtidos de que o ato de se voluntariar e permanecer nesse propósito, seja por desejar levar

esperança aos menos favorecidos (altruísmo), ou por ter a maturidade suficiente de se sentir com boa autoestima (egoísta), são variáveis que tendem a aumentar a medida que a idade dos voluntários avança.

II - Correlação entre 'motivações' e 'formação'

Os testes aplicados entre a formação dos voluntários e as variáveis da motivação resultaram em 3 correlações negativas, sendo 1 variável altruísta e 2 de afiliação. Porém, foram excluídas da análise 2 associações por estas apresentarem valores inferior a 0,2 (Correlações muito fracas). A seguir, na tabela 31, demonstra-se a correlação considerada para análise:

Tabela 31- Formação X Variáveis de motivação

Variáveis		(Afiliação 1) Porque estou com pessoas com os mesmos interesses
FORMAÇÃO	Coefficiente de correlação	-0,206**
	Sig. (2-tailed)	0,002

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

Legenda: * A correlação é significativa ao nível de 0,05.

** A correlação é significativa ao nível de 0,01 (2-tailed).

De acordo com os dados apresentados na tabela 31, a formação dos voluntários demonstrou uma correlação fraca negativa e de alta significância com a variável Afiliação 1, indicando-nos assim que a diminuição no nível de formação associa-se com o aumento da média da afiliação, que por sua vez, tem como motivação estar inserido em um determinado grupo social através da atividade voluntária (CAVALCANTE, 2016).

Considerando que o modelo da motivação voluntária, abordado por Cavalcante (2016), está estabelecido em uma hierarquia, têm-se a afiliação como uma motivação que está posicionada em uma parte central, ou seja, no nível hierárquico encontram-se as motivações altruístas e justiça social acima, em seguida a afiliação, seguida das motivações mais voltadas para o nível individualistas: aprendizagem e egoísta. Esta compreensão de onde a afiliação se posiciona entre as motivações para o trabalho voluntário alinha-se de uma certa forma com os

resultados encontrados no estudo de Silva e Villela (2008), bem como o de Aquino (2015), nos quais identificaram que quanto maior o nível de formação do indivíduo, maiores são as médias das motivações mais altruísticas.

Nesse sentido, a pesquisa de Salazar et al. (2015), realizada na Associação Voluntárias da APAE (Avapae) de Venda Nova do Imigrante, evidenciou-se o pertencimento a um grupo social entre as motivações das participantes para o envolvimento com o voluntariado. Portanto, em concordância com a correlações obtida neste estudo entre a formação acadêmica e a afiliação, se faz pertinente destacar que o estudo de Salazar et al. (2015) constitui-se de uma amostra com 12 entrevistadas, nas quais 8 destas apresentavam baixa escolaridade, sendo as mesmas donas de casa.

Diante do exposto, assume-se que quanto menor o nível da formação acadêmica dos voluntários participantes desta pesquisa, maior é a predisposição destes apresentarem-se motivados para o trabalho voluntário por estarem com pessoas que partilham do mesmo interesse.

4.3.2 Análise de medidas descritivas dos fatores agregados a cidadania – Dimensões cidadãs

Essa presente seção compreende o alcance do objetivo específico 2, sendo assim analisadas as medidas descritivas dos comportamentos e atitudes cidadãs dos voluntários, bem como de pessoas não voluntárias, a fim de verificar se há distinções entre ambos os grupos. Nesse sentido, o instrumento para análise da cidadania, na qual seguirá com a análise, foi constituído por 5 fatores, sendo eles: (1) Direitos socais; (2) Direitos políticos; (3) Direitos civis, estando estas dimensões baseadas na teoria de Marshall (1967), na qual configura-se como teoria fundamental nas discursões sobre a cidadania deste trabalho. E os fatores: (4) Participação informal; (5) Atos de participação política, estando estas dimensões presentes no *Citizen audit*, pelo qual através das mesmas busca-se a verificação da participação dos indivíduos na sociedade.

Para o aprimoramento da análise serão expostas tabelas contendo as médias e os desvios-padrão de cada variável (questão), bem como as medidas de posição, dispersão e dos 3 primeiros fatores da cidadania, sendo estes: Direitos socais; Direitos políticos e Direitos

civis. Em seguida, fatores: ‘Participação informal’ e ‘Atos de participação política’, serão demonstrados a partir de gráficos e tabela de frequência, respectivamente, tendo em vista que os mesmos não são constituídos de variáveis escalares.

O fator- “Direitos sociais” foi a primeira dimensão a ser analisada, sendo o mesmo composto por 3 variáveis (questões de 1 a 3 do questionário referente a Cidadania). De acordo com a teoria de Marshall (1967) este tipo de direito envolve a possibilidade das pessoas adquirirem serviços que garantam uma mínima qualidade de vida, como por exemplo: o acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia. Logo, acredita-se que médias altas para este fator significa que os participantes desta pesquisa creditam ao Estado a responsabilidade em suprir as condições mínimas para uma vida em sociedade na busca por igualdade de participação social.

A seguir, demonstra-se na tabela 32 as medidas obtidas referentes aos direitos sociais entre os voluntários e não voluntários:

Tabela 32- Medidas de posição, dispersão e formato - Direitos sociais

FATOR 1- DIREITO SOCIAL									
VOLUNTÁRIOS									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Direito Social 1	9,12	1,57	7,87	1,55	-0,98	1,63	25	50	75
Direito Social 2	8,55	2,25					7	8	9
Direito Social 3	8,19	2,11							
NÃO VOLUNTÁRIOS									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Direito Social 1	8,25	2,22	7,16	1,70	-0,64	0,57	25	50	75
Direito Social 2	7,91	2,58					6,25	7,5	8,25
Direito Social 3	7,21	2,77							

Fonte: Dados da pesquisa – 2017

Na Tabela 32, observam-se as medidas de dispersão e posição para o fator Direito Social nos grupos de Voluntários e Não Voluntários. O Desvio Padrão encontrado para o grupo Voluntários foi de 1,55 e os Não Voluntários obtiveram um Desvio Padrão de 1,70, logo, as respostas para o grupo dos Não Voluntários encontram-se mais dispersas em torno da média de 7,16. Em relação à Assimetria no fator Direito Social, os dois grupos analisados possuem assimetria negativa, nos valores de -0,98 para os Voluntários e -0,64 para os Não Voluntários, e isso significa que os valores das respostas estão mais concentrados acima das médias.

Ao analisar a curtose de ambas as amostras temos que a função de distribuição para o fator Direito Social é mais afunilada e as respostas estão mais concentradas do que a Distribuição Normal. Observando a mediana, na qual corresponde ao segundo quartil, verificou-se que o valor do grupo de Voluntários foi maior em relação ao grupo dos Não Voluntários, sendo os valores 8 e 7,5, respectivamente. Portanto, de acordo com as medianas, há indícios de que os Voluntários creditam mais no Estado para suprir as condições mínimas para uma vida em sociedade, em relação ao grupo dos Não Voluntários quando analisado o fator Direito Social. Em relação aos quartis, primeiro e terceiro, temos que 25% dos Voluntários apresentaram o fator Direito Social menor ou igual a 7, já os Não Voluntários obtiveram respostas menores ou iguais a 6,25. Enquanto que o terceiro quartil para o Direito Social foi de 9 e 8,25 para os Voluntários e Não Voluntários respectivamente.

Os direitos sociais na teoria Marshalliana compreende uma igualdade básica de participação na comunidade, sendo esta a igualdade de cidadania, apesar das desigualdades presentes nas classes sociais (SOUZA, 2006). Porém, para uma adequada análise se faz relevante destacar que os direitos sociais no contexto brasileiro não foram conquistados, mas “doados” por líderes pertencentes a elites tradicionais, sem vinculação autêntica com causas populares, gerando assim uma massa de reféns da União (SOUZA, 2006; CARVALHO, 2016; ANDRADE et. al. 2012; PINSKY; PINSKY, 2016).

A partir dos dados apresentados na tabela 32, verifica-se que a amostra de voluntários, bem como os não voluntários, demonstrou médias moderadas e altas no que diz respeito as afirmativas: ‘O governo deve fornecer habitação para aqueles que não podem pagar’; ‘O governo deve reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres’ e ‘É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um’. Esta realidade dos dados apresenta-se similar aos resultados da pesquisa internacional, *Citizen Audit*, bem como aos resultados da pesquisa de Ferraz (2017), realizado no contexto do estado da Paraíba, tendo em

vista que ambas as pesquisas revelaram que os respondentes das mesmas também indicaram esperar no governo o suprimento de moradia para os pobres, a redução das diferenças de renda na sociedade e a oferta de emprego para aqueles que necessitarem de trabalho.

A partir dos achados têm-se que os voluntários apresentaram médias levemente mais altas nas três variáveis do fator- “Direitos sociais”, quando comparado com as médias daqueles que não exercem trabalho voluntário. Logo, diante dos valores obtidos em ambas as amostras, se torna possível inferir que as pessoas voluntárias apresentam uma percepção maior do que os não voluntários quanto se ter o Estado como provedor principal das condições mínimas necessárias ao bem-estar social.

Em uma perspectiva crítica se faz relevante refletir que a realidade das respostas apresentadas, pode ser influenciada pela história da cidadania do nosso país, sendo esta caracterizada como passiva e receptora, conforme descreve Carvalho (2016), Andrade et al. (2012) e Pinsky; Pinsky (2016). Logo, as médias altas apresentadas entre voluntários e não voluntários pode ser consequência de uma percepção cidadã formada por uma cultura que enxerga os direitos sociais muito mais como favores cedidos pelo poder Executivo, do que propriamente uma conquista de direitos que permitem uma igualdade de participação na sociedade. Portanto, embora se reconheça que o Estado tem um papel importante no avanço dos direitos sociais, bem como dos demais direitos que constituem a cidadania, enfatiza-se aqui o cuidado que se deve ter na supremacia do Estado sobre a sociedade civil.

Em continuidade na análise a respeito da cidadania, o segundo fator a ser verificado foi “Direitos políticos”, contemplando assim as variáveis 7 e 8 do instrumento. Sabendo que, conforme afirma Moura (2009), os direitos políticos correspondem a possibilidade de os indivíduos participarem direta ou indiretamente no âmbito do governo, segue na tabela 33 as medidas obtidas deste fator a partir da percepção de pessoas voluntárias e não voluntárias.

Tabela 33- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Direito Político”

FATOR 2- DIREITO POLÍTICO									
VOLUNTÁRIOS									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Direito Político 3	6,00	2,6	7,1	1,62	-0,48	-0,1	25	50	75
							6	7,25	8,25
Direito Político 4	5,7	2,8							

NÃO VOLUNTÁRIOS									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
							25	50	75
Direito Político 3	4,95	2,71	6,37	1,72	-0,17	-0,32			
Direito Político 4	4,79	2,92					5,18	6,5	7,75

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

Anteriormente a discussão dos dados apresentados torna-se propício enfatizar que segundo a perspectiva de Marshall (1967), os direitos políticos emergem após a conquista dos direitos civis, e estes envolvem a participação igualitária das pessoas no poder político, seja nas escolhas dos governantes mediante o voto, ou pela possibilidade do mesmo ser eleito como autoridade política. Porém, não se deve ignorar o fato de que no Brasil os direitos políticos emergiram anteriormente aos civis, sendo os mesmos por muito anos renegados a sociedade, de modo que apenas na terceira fase da Ditadura Militar (1974-1985), se iniciaram atitudes otimistas para o avanço destes direitos, tais como o revogamento gradativo das leis da repressão e o movimento pelas eleições diretas em 1984 (MOURA, 2009; CARVALHO, 2016).

De acordo com a tabela 33 identificou-se que entre a amostra dos voluntários a variável Direito político 3- “Costumo acompanhar e fiscalizar o trabalho dos políticos eleitos” (Direito político 3), apresentou um valor 6,00, estando assim levemente a baixo da média, e a variável Direito político 4- “Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos.” Demonstrou um valor um pouco mais baixo, sendo sua média 5,7. Observou-se ainda que as médias obtidas destas mesmas variáveis entre a amostra de não voluntários se apresentaram ainda mais baixas, sendo a média 4,95 e 4,79, respectivamente. Contudo, enfatiza-se que o fator “Direitos políticos”, de maneira geral, apresentou média moderada de 7,1 para os indivíduos voluntários, enquanto que entre aquelas que não exercem trabalho voluntário a média do fator continuou a demonstrar-se mais baixa com o valor 6,37.

A Tabela 33 ainda apresenta as medidas de dispersão e posição para o fator Direito Político nos grupos de Voluntários e Não Voluntários. Nesse sentido, observou-se que entre o grupo de Voluntários o Desvio Padrão foi de 1,62, enquanto que entre o grupo de Não

Voluntários o Desvio Padrão obtido foi de 1,72, podendo-se assim inferir que as respostas dos Não Voluntários se encontram mais dispersas em torno da média. Em relação à Assimetria no fator Direito Político os dois grupos analisados possuem assimetria negativa, sendo os valores de -0,48 para os Voluntários e -0,17 para os Não Voluntários. Logo, estas assimetrias indicam-nos que os valores das respostas estão mais concentrados acima das médias, assim como também pode-se observar que a distribuição das respostas dos Voluntários é mais assimétrica quando comparada a distribuição das respostas dos Não Voluntários. Quanto à Curtose temos que a função de distribuição para o fator Direito Político é mais achatada que a Distribuição Normal, com valores de -0,1 e -0,32 para os Voluntários e Não Voluntários respectivamente.

Analisando os quartis temos que 25% dos Voluntários apresentaram o fator Direito Político menor ou igual a 6, e os Não Voluntários obtiveram respostas menores ou iguais a 5,18 para essa mesma porcentagem. O segundo quartil para o Direito Político foi de 7,25 para os Voluntários e 6,5 para os Não Voluntários. O terceiro quartil para o fator Direito Social mostra que 75% das respostas são iguais ou inferiores a 8,25 para o grupo de Voluntários e 7,75 para o grupo de Não Voluntários.

Na pesquisa realizada por Ferraz (2017), as médias obtidas nos Direitos políticos foram altas, diferentemente do resultado obtido na presente pesquisa, e esta realidade deve ser considerada uma vez as variáveis presentes na pesquisa de Ferraz (2017) quanto aos direitos políticos, foram: “É dever de todo cidadão votar em eleições” e “Acho importante obedecer às leis. ” Percebam que estas afirmações resumem as atitudes: votar e obedecer às leis, sendo as mesmas o que as pessoas, de maneira geral, têm por exercício da cidadania no âmbito político. Portanto, se faz necessário enfatizar que as variáveis constituintes nos direitos políticos aqui analisadas foram: “Costumo acompanhar e fiscalizar o trabalho dos políticos eleitos” (Direito político 3) e “Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos” (Direito político 4), sendo estas questões que contemplam práticas cidadãs mais ativas, não restringindo o cidadão apenas a votar, mas a fiscalizar os seus eleitos, e mais, a possuírem uma postura efetiva de reinvidicação diante de alguma irregularidade política.

Diante dos resultados aqui obtidos e discutidos, demonstra-nos que o exercício dos direitos políticos, assim como as demais dimensões da cidadania, ainda é algo prematuro no contexto brasileiro, pois assim como enfatiza Moura (2009), Andrade *et. al.* (2012) e Carvalho (2016), encontramos-nos em um processo de construção. No entanto, estes mesmos

resultados apresentados, pode-nos gerar uma discreta esperança de que no campo do trabalho voluntário há indícios de uma prática mais ativa entre os direitos políticos quando comparado com as pessoas que não exercem o voluntariado.

O terceiro fator analisado da cidadania corresponde aos “Direitos civis”, e as variáveis do mesmo são referentes as afirmativas 11 e 12 do instrumento. De acordo com a teoria Marshaliana os direitos civis precedem todos os demais direitos, configurando-se como a base da cidadania por ser estes os direitos básicos de todo ser humano, como por exemplo: a liberdade de ir e vir, a liberdade de expressão, e o direito a integridade física (MARSHALL, 1967). No entanto, como já enfatizado nas dimensões sociais e políticas, a ordem e a maneira como a cidadania se desenvolveu no Brasil foi distinta da perspectiva de Marshall, de modo que os direitos civis emergiram por último na realidade brasileira (CARVALHO, 2016).

Nessa perspectiva, segue a baixo, na tabela 34, os valores obtidos para os direitos civis na percepção das pessoas voluntárias e das não voluntárias:

Tabela 34- Medidas de posição, dispersão e formato do fator “Direito Civil”

FATOR 3- DIREITO CIVIL									
VOLUNTÁRIOS									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Direito Civil 3	9,59	0,95	8,7	1,03	-0,83	0,79	25	50	75
Direito Civil 4	9,20	1,55					8	8,75	9,5
NÃO VOLUNTÁRIOS									
Variável	Média (Variável)	Desvio- padrão (Variável)	Média (Fator)	Desvio- padrão (Fator)	Assimetria (Fator)	Curtose (Fator)	Quartis (Fator)		
Direito Civil 3	9,20	1,56	8,7	1,14	-1,42	4,56	25	50	75
Direito Civil 4	9,43	1,48					8,25	9	9,5

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

Assim como o exposto na tabela 34, as médias apresentadas por ambas as amostras, voluntários e não voluntários, foi de 8,7. Contudo, o Desvio Padrão encontrado para o grupo de Voluntários (1,03) foi menor que para os Não Voluntários (1,14), indicando-nos que as respostas para o grupo dos Não Voluntários encontram-se mais dispersas em torno da média de 8,7. Em relação a Assimetria no fator Direito Civil, os dois grupos analisados possuem assimetria negativa, nos valores de -0,83 para os Voluntários e -1,42 para os Não Voluntários, e este fato significa que os valores das respostas estão mais concentrados acima das médias para ambas as amostras analisadas.

Para a curtose tem-se que os valores de 0,79 para o grupo de Voluntários e 4,56 para o grupo de Não Voluntários demonstram que a função de distribuição para o fator Direito Civil é mais afunilada e as respostas estão mais concentradas do que a distribuição normal. Quanto aos quartis, os dados demonstraram que 25% dos Voluntários apresentaram o fator Direito Civil menor ou igual a 8, enquanto os Não Voluntários obtiveram respostas menores ou iguais a 8,25. O segundo quartil apresentou que para o grupo de Voluntários foi menor que para o grupo dos Não Voluntários, com valores de 8,75 e 9 respectivamente. O terceiro indicou que 75% das respostas foram menores ou iguais a 9,5 tanto para o grupo de Voluntários como Não Voluntários.

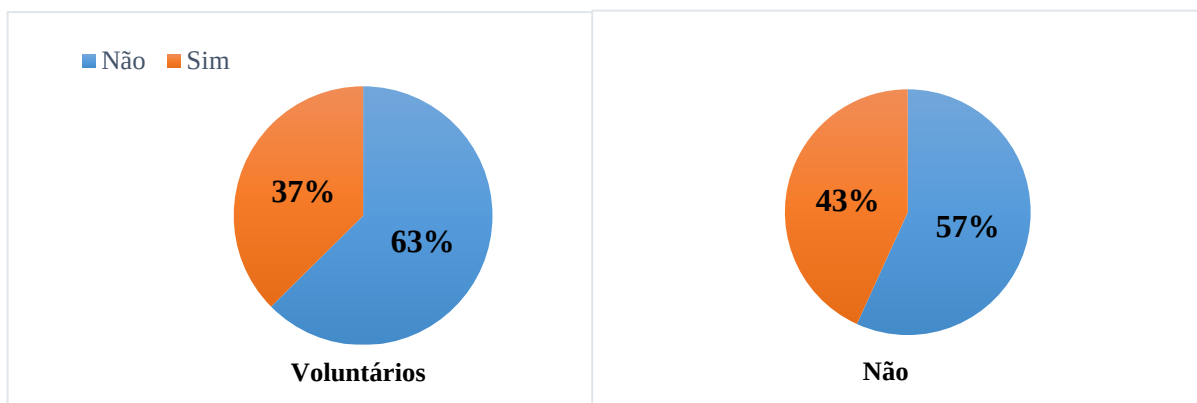
A partir dos dados descritos se faz necessária uma reflexão para o fato das médias dos direitos civis terem se demonstradas altas, tendo em vista que entre os direitos sociais, políticos e civis, este último seria o mais deficiente, uma vez que no Brasil, até os dias atuais, ainda existem pessoas que desconhecem seus direitos civis ou não tem acesso de fato aos mesmos (PANDOLFI, 1999; CARVALHO, 2016). Portanto, assume-se que o contexto histórico do Brasil não nos permite negar a deficiência que nos foi proposta quanto aos direitos que formam a cidadania, em especial os civis.

Ante o exposto, assume-se inicialmente que a análise deste fator em questão apresenta limitação, uma vez que os direitos civis são os mais amplos e encontram-se na base dos direitos de acordo com a teoria de Marshall (1987). Portanto, acredita-se que o fato das médias altas das variáveis: Direito civil 3-“ Acredito que o direito da igualdade deve respeitar as diferenças entre as pessoas”, e Direito civil 4-“ A privacidade das nossas residências não pode ser violada, exceto em situações de perigo”, não nos permite assumir que as pessoas, independentemente de serem voluntárias, possuem uma alta percepção cidadã no que diz respeito os aspectos civis. Contudo, nos indicam que, entre a amplitude dos direitos civis, os respondentes demonstraram serem conhecedoras do direito de igualdade de todos, levando-as

a um dever de respeito as diferenças, bem como ao direito de não terem seus lares violados. Este fato pode ser resultado do acesso à educação dos participantes da pesquisa, tendo em vista que estes indicaram alto índice de formação acadêmica, uma vez que a amostra de voluntários e não voluntários apresentaram 74,4% e 81,5%, respectivamente, de graduandos, graduados e pós-graduados.

Tratando-se da comparação dos dados apresentados entre voluntários e não voluntários, foi encontrado uma igualdade de médias entre estes grupos, e este resultado nos leva a mais uma reflexão sobre o contexto histórico da nossa cidadania, pois o fato de não haver diferença entre os voluntários e os não voluntários entre os direitos civis, diferentemente dos direitos sociais e políticos, pode estar relacionado com a inversão da construção da cidadania no Brasil, sendo os direitos civis a serem tratados mais tardiamente (AVRITZER, 2009; ANDRADE et al. 2012; CARVALHO, 2016; PINSKY; PINSKY, 2016). Portanto, considerando que os respondentes, voluntários e não voluntários, partilham do mesmo contexto cívico brasileiro, se infere que não há diferença entre as amostras porque até mesmo as pessoas que estão inseridas no voluntariado ainda estão amadurecendo a respeito dos direitos civis, uma vez que ainda estamos avançando no processo de construção nos mais diversos âmbitos da cidadania.

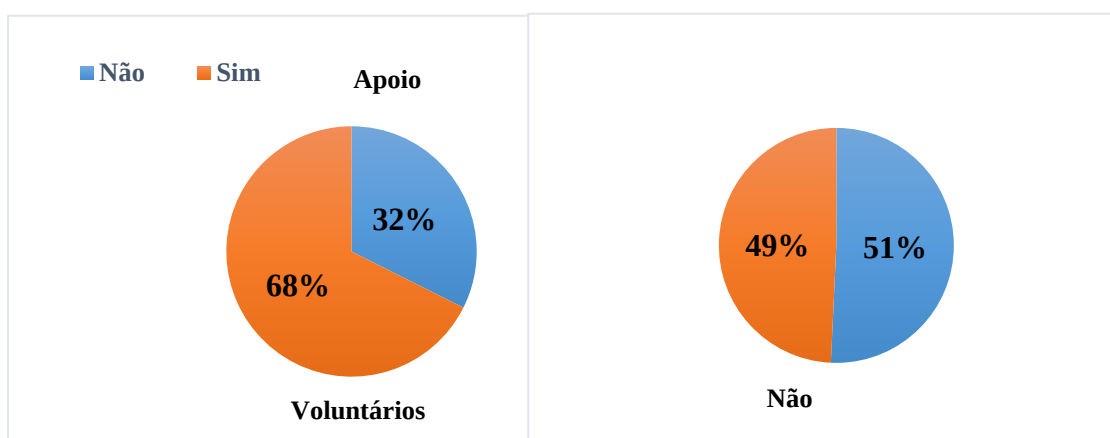
O quarto fator da cidadania analisado corresponde a ‘Participação informal’, sendo o mesmo relacionado a práticas que não são consideradas voluntariado formal, pois não estão vinculadas a uma instituição específica e a uma atividade regular, mas a ações de ajuda ao próximo em eventuais momentos quando estes necessitam de auxílio (MUSICK; WILSON, 2008). Assim, foi verificado o pertencimento dos respondentes na Rede informal a partir do questionamento: (a) “Você pertence a uma rede informal de amigos ou conhecidos com quem você tem contato com regularidade (por exemplo, grupo de pais ou de crianças, associação de bairros? ”. Nesse sentido, seguem os dados obtidos entre a amostra de pessoas voluntárias e não voluntárias com o percentual das respostas negativas e positivas para este questionamento, conforme demonstra a Figura 6:

Figura 6- Rede Informal – Voluntários e Não Voluntários

Fonte: Dados da pesquisa – 2017

Como observado, uma maioria de 63% dos voluntários, assim como a maioria dos respondentes não voluntários (57%), afirmou não participar de uma Rede informal com regularidade. Porém, quando realizado análise comparativa entre os grupos de respondentes, verificou-se que os não voluntários demonstraram maior frequência de respostas positivas.

Em seguida, foi analisado entre as amostras de respondentes o apoio prestado ao próximo, com a pergunta: (b) “Além da sua família, você dá apoio às pessoas doentes, vizinhos idosos ou conhecidos sem fazê-lo através de uma instituição? ”. Seguem os resultados obtidos:

Figura 7- Apoio- Voluntários e Não Voluntários

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

De acordo com a Figura 7, 68% das pessoas voluntárias afirmaram prestar apoios informais independente da ONG ou projetos em que estes atuam, enquanto que entre os não voluntários, esta variável apresentou um equilíbrio nas respostas positivas e negativas. Logo, identificou-se que estes resultados se assemelham com os achados de Ferraz (2017), na qual demonstrou que a variável sobre Rede informal apresentou maior percentual em respostas negativas entre sua amostra de voluntários, bem como de não voluntários. Ferraz (2017) também obteve em sua pesquisa que uma maioria de 62,1% dos voluntários presta apoios informais, diferindo-se um pouco do achado deste estudo apenas com relação ao apoio entre as pessoas não voluntárias, tendo em vista que em sua amostra a maioria dos não voluntários responderam negativamente a este quesito, enquanto que nesta pesquisa as respostas mantiveram-se equilibradas.

Nessa discussão se faz necessário ressaltar que a atividade informal na sociedade se encontra mais correlacionada ao nível interpessoal dos indivíduos, envolvendo comportamentos de auxílio eventual, tal como: ajudar vizinhos e familiares (Omoto; Snyder, 2010; Hardill; Baines, 2011). Contudo, embora estas ações não sejam consideradas trabalho voluntário formal, como exposto por Musick e Wilson (2008), bem como por Holdsworth e Brewis (2014), julga-se que participações informais podem ser consideradas indícios de uma cidadania mais ativa. Portanto, a partir dos dados apresentados, referentes ao fator ‘Participação Informal’, evidenciou-se que a maioria das pessoas voluntárias e não voluntárias não apresenta envolvimento em redes informais, mas ambas as amostras se mostraram mais ativas quanto a prática de ajuda/apoio informais.

Objetivando uma análise comparativa, entre amostras de voluntários e não voluntários, identificou-se que as pessoas que realizam trabalho voluntário são mais efetivas no apoio informal a aqueles que precisam. No entanto, tratando-se da participação de redes informais, observou-se que o maior percentual de respostas positivas se deu entre as pessoas não voluntárias. Assim, acredita-se que possivelmente este resultado explique-se pelo fato das pessoas que desenvolvem trabalho voluntário, estando vinculadas a redes formais regulares, seja em projetos ou ONGs, apresentem menor disponibilidade de tempo para outras redes informais.

O quinto e último fator da cidadania analisado corresponde aos ‘Atos de participação’, sendo o mesmo formado por 17 ações realizadas pelos pesquisados nos últimos 12 meses, nas quais envolvem atitudes e comportamentos voltados para o engajamento cívico dos

indivíduos. Segue na tabela 35 os resultados obtidos das frequências dos voluntários e dos não voluntários em cada uma das ações elencadas no instrumento da cidadania, bem como a média total por ambos os grupos.

Tabela 35- Atos de participação: voluntários e não voluntários

AÇÕES	Voluntários	Não Voluntários
1- Assinou uma petição.	22,5%	25,7%
2- Doou dinheiro para uma organização.	74,8%	61,3%
3- Arrecadou fundos para uma organização.	35,6%	34,2%
4- Comprou certos produtos por motivos políticos, éticos ou ambientais.	8,6%	12,6%
5- Formou um grupo de pessoas de mesma opinião.	32,0%	18,0%
6- Assistiu a uma reunião política,	18,5%	11,3%
7- Votou em uma eleição do governo local.	9,9%	9,9%
8- Contatou um funcionário público.	19,8%	5,9%
9- Participou de uma demonstração pública.	4,5%	2,3%
10- Boicotou certos produtos.	9,0%	4,5%
11- Contatou uma organização.	7,2%	4,5%
12- Contatou a mídia.	9,9%	7,2%
13- Participou de uma greve.	30,6%	14,0%
14- Usou ou exibiu um crachá ou adesivo de campanha.	22,1%	5,4%
15- Contatou um político.	17,6%	9,5%
16- Participou de atividades de protesto ilegais.	32,4%	9,5%

17- Contatou um procurador ou órgão judicial.	5,4%	1,4%
Média das ações por grupo	3,77 %	2,40 %

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

Torna-se propício destacar que os atos de participação cidadã, expostos na tabela 35, é composto por três dimensões, sendo estas: (1) Individual- Ações que requerem do indivíduo iniciativa própria, como o ato de boicotar produtos por razões políticas, doar ou arrecadar dinheiro para uma organização, assinar uma petição, exhibir cartaz ou crachá de campanha e votar em uma eleição do governo local; (2) Contato -Atos que visam estabelecer contatos com políticos, pessoal legal, organizações ou até mesmo com a mídia; (3) Coletiva- Ações que envolvem terceiros, como participar de reuniões de partido e de protestos ilegais ou formar um grupo de pessoas com a mesma opinião.

Portanto, analisando a tabela 35, observou-se que a dimensão mais incidente entre os voluntários foi a ‘individual’, com o ato de doar ou arrecadar dinheiro para uma organização (74,8% e 35,6%), e a ‘coletiva’ com as ações: participação em protestos ilegais (32,4%) e formação de grupo de pessoas com a mesma opinião (32%). Quanto aos não voluntários, também se destacou a dimensão ‘individual’, tendo em vista que 61,3% afirmaram ter doado dinheiro e 34,2% arrecadaram valores financeiros para alguma organização. Além destas ações, outros dois atos que podem ser citados na amostra de não voluntários foram: “assinou uma petição” (25,7%) e “Formou um grupo de pessoas com a mesma opinião” (18%), pois, os demais 13 atos de participação presentes no instrumento demonstraram valores inferiores a 15%.

Realizando uma análise comparativa entre as ações praticadas por parte dos voluntários e dos não voluntários, pôde-se verificar que dos 17 atos de participação, a afirmativa: ‘Votou em uma eleição do governo local’, apresentou o mesmo percentual entre ambas as amostras, e apenas em duas ações os não voluntários apresentaram maior frequência, sendo estas: ‘Assinou uma petição’ e ‘Comprou certos produtos por motivos políticos, éticos ou ambientais’. Logo, nas demais 14 ações, as pessoas que desenvolvem trabalho voluntário demonstraram maior percentual.

Nessa perspectiva, Musick e Wilson (2008) afirmam que participação gera participação, indicando que o trabalho voluntário incentiva atitudes cívicas. Corroborando,

estudos internacionais, como Gray *et al.*, (1998), Astin e Sax (1998) e Morgan e Streb (2000), demonstram uma relação positiva entre o voluntariado e a cidadania, de modo que as pessoas envolvidas no trabalho voluntário possuem mais consciência de responsabilidade social e participação cidadã.

Analizados os cinco fatores constituintes no construto da cidadania, sendo estes: Direitos sociais, Direitos políticos, Direitos civis, Participação informal e Atos de participação, identificou-se que as pessoas que exercem trabalho voluntário, de maneira geral, apresentaram maiores médias em relação aos indivíduos que não atuam no voluntariado. Evidenciou-se ainda que entre os direitos abordados por Marshall (1967), os direitos políticos apresentaram médias baixas, tendo em vista que a ideia que norteia este tipo de direito ainda se restringe ao ato de votar tão somente.

A partir dos resultados aqui discutidos, também se torna propício enfatizar que as pessoas voluntárias e não voluntárias não apresentaram altas discrepâncias nas médias dos fatores discutidos, e isto pode ser reflexo do compartilhamento da mesma herança histórica da cidadania brasileira abordadas por Avritzer (2009), Andrade *et al.*, (2012) e Carvalho (2016). Contudo, observou-se que, as médias dos voluntários se apresentaram mais altas do que as do não voluntários, com exceção dos direitos civis, nas quais demonstraram-se iguais. Assim, se reforça a ideia de que o voluntariado influencia positivamente na cidadania dos indivíduos.

4.3.2.1 Comparação dos fatores da cidadania entre grupos – Voluntários x Não voluntários

Tendo em vista que a pesquisa referente a Cidadania foi aplicada com uma amostra de pessoas voluntárias e com uma outra amostra de pessoas que não desenvolvem trabalho voluntário, esta seção apresentará uma análise comparativa entre estes grupos a partir dos seguintes testes: (1) Levene (F) para identificar a homogeneidade das variâncias entre ambos os grupos; (2) Teste t (paramétrico) e Mann-Whitney (não paramétrico), com o objetivo de analisar a igualdade de médias entre os voluntários e os não voluntários; (3) Qui-quadrado, que por sua vez foi utilizado para analisar a frequência das respostas positivas e negativas, entre ambas as amostras, especificamente com duas variáveis nominais presentes no instrumento, nas quais compõem o fator ‘Participação informal’.

A seguir, apresenta-se na tabela 36 as médias gerais entre os grupos: voluntários e não voluntários, bem como os valores do teste de Levene (F) para a verificação da homogeneidade das variâncias, e os testes t e *Mann-Whitney* para análise da igualdade de médias dos fatores da Cidadania.

Tabela 36- Fatores da Cidadania- Média, Estatística F, Teste t e Mann-Whitney

Fatores	Categoria	Média	Teste de Levene para igualdade de variâncias		Test t para igualdade de médias		Teste Mann-Whitney	
			F	Sig	t	Sig.	Sig.	Decisão
Direitos Sociais	Não voluntários	7,163	1,893	0,170	-4,574	0,000	0,000	Rejeita H0
	Voluntários	7,870						
Direitos Políticos	Não voluntários	6,370	1,315	0,252	-4,351	0,000	0,000	Rejeita H0
	Voluntários	7,062						
Direitos Cívicos	Não voluntários	8,760	0,287	0,592	0,532	0,595	0,439	Não rejeita H0
	Voluntários	8,705						
Atos de Participação	Não voluntários	2,40	20,961	0,000	-5,422	0,000	0,000	Rejeita H0
	Voluntários	3,77						

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Observou-se inicialmente o teste de Levene, no qual tem como hipótese nula (H0) que as variâncias de dois diferentes grupos são iguais quando o p-valor (sig) encontrado é $>0,05$. Portanto, de acordo com as extrações descritas na tabela 36, os fatores: ‘Direitos Sociais’, ‘Direitos Políticos’ e ‘Direitos Cívicos’, apresentaram os p-valores na Estatística F superiores a 0,05, indicando-nos que há uma igualdade de variâncias entre as respostas dos voluntários e dos não voluntários, ou seja, os dados em torno da média de ambos os grupos, estão dispersos quase que da mesma maneira. Porém, quanto ao fator ‘Atos de participação’, pôde-se verificar

que o mesmo apresentou valor $<0,05$, o que significa que há diferença de variâncias, assumindo assim a hipótese alternativa (H1).

Em seguida, observou-se os valores do teste t e o *Mann-Whitney*, que por sua vez, têm por hipótese nula (H0) a igualdade da média entre os voluntários e não voluntários quando o p-valor obtido se demonstra $>0,05$. Logo, pôde-se verificar que entre os fatores da Cidadania analisados, apenas os ‘Direitos Cívicos’ indicou igualdade de médias entre os voluntários e os não voluntários, tendo em vista que o p-valor do Teste t foi superior a 0,05. Consequentemente, assume-se a hipótese alternativa (H1) de que as médias dos direitos sociais, políticos e atos de participação são diferentes entre ambas as amostras, apresentando estas p-valores $<0,05$.

Diante do exposto, optou-se por uma análise específica quanto aos fatores: ‘Direitos sociais’ e ‘Direitos políticos’, de modo a ser extraídos o teste de Levene, Teste t e *Mann-Whitney* de cada variável que os compõem. A seguir, na tabela 37, apresentam-se os resultados referentes as variáveis do fator ‘Direitos Sociais’:

Tabela 37- Direitos Sociais- Média, Estatística F, Teste t e Mann-Whitney

Fatores	Categoria	Média	Teste de Levene para igualdade de variâncias		Test t para igualdade de médias		Teste Mann-Whitney	
			F	Sig.	t	Sig.	Sig.	Decisão
Direitos Sociais 1 (CID1)	Não voluntários	8,25	21,702	0,000	-4,729	0,000	0,000	Rejeita H0
	Voluntários	9,12						
Direitos Sociais 2 (CID2)	Não voluntários	7,91	6,944	0,000	-2,756	0,006	0,008	Rejeita H0
	Voluntários	8,55						
Direitos Sociais 3 (CID3)	Não voluntários	7,21	22,261	0,000	-4,195	0,000	0,000	Rejeita H0
	Voluntários	8,19						

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Conforme apresenta a tabela 37, o p-valor (sig.) da estatística F demonstra que não há igualdade de variâncias entre as dimensões dos direitos sociais, uma vez que os valores obtidos se encontram a baixo de 0,05. E, analisando o teste t, bem como o *Mann-Whitney*, identificou-se que para as variáveis: ‘O governo deve fornecer habitação para aqueles que não podem pagar (CID1)’, ‘O governo deve reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres (CID2)’, e ‘É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um (CID3)’ é rejeitada a hipótese nula de igualdade das médias entre as pessoas voluntárias e as não voluntárias, assumindo-se então a existência de diferenças significativas entre estes grupos.

Entre as variáveis que constituem os ‘Direitos Sociais’ destaca-se as questões relacionadas a habitação, redução da desigualdade de rendas e o trabalho, sendo as mesmas consideradas direitos fundamentais para a dignidade humana (PEREIRA, 2015). Nesse sentido, Pereira (2015) desenvolve um discurso a respeito da atuação do Estado através de políticas públicas, colocando-o como provedor principal na concretização do direito à moradia para os cidadãos menos favorecidos. Complementando as dimensões sociais, Gonçalves e Lopes (2013) abordam o direito do trabalho tratando-o como uma maneira de dignificar o homem, pois segundo o autor, o desemprego coloca o indivíduo em uma posição inferior no âmbito moral, social e jurídico para o exercício da cidadania.

Portanto, a partir dos dados descritos e analisados, assume-se que entre voluntários e não voluntários, as pessoas que estão inseridas no voluntariado apresentam maior percepção quanto aos seus direitos sociais fundamentais. Cabe ressaltar que este resultado se assemelha com os achados de Ferraz (2017), que por sua vez, identificou significativa diferença das médias entre o grupo de voluntários e os não voluntários, sendo as médias das pessoas voluntárias superiores entre as variáveis dos direitos sociais.

Com relação aos ‘Direitos Políticos’, foram também realizados os testes de igualdade de variâncias e das médias entre os grupos analisados em suas duas variáveis, estando os mesmos apresentados na tabela 38, a seguir:

Tabela 38- Direitos Políticos- Média, Estatística F, Teste t e Mann-Whitney

Fatores	Categoria	Média	Teste de Levene para igualdade de variâncias		Test t para igualdade de médias		Teste Mann-Whitney	
			F	Sig	t	Sig.	Sig.	Decisão
Direitos Políticos 1 (CID7)	Não voluntários	4,95	0,956	0,329	-3,913	0,000	0,000	Rejeita H0
	Voluntários	5,94						
Direitos Políticos 2 (CID8)	Não voluntários	4,79	0,013	0,911	-3,179	0,002	0,001	Rejeita H0
	Voluntários	5,66						

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Considerando os valores do teste de Levene, pode-se assumir a hipótese nula (H0) de igualdade das variâncias entre as dimensões dos ‘Direitos políticos’, pois, assim como observado na tabela 38, os p-valores da estatística F são $>0,05$. No entanto, quando analisados os valores do Test t, verificou-se que estes são inferiores a 0,05, o que nos indica a rejeição da hipótese nula (H0), demonstrando assim diferenças entre os grupos pesquisados.

A partir dos resultados apresentados, somado as médias das amostras também demonstradas na tabela 38, assume-se que as pessoas que realizam trabalho voluntário apresentaram maiores médias em relação aos não voluntários nas variáveis: ‘Costumo acompanhar e fiscalizar o trabalho dos políticos eleitos (CID7)’ e ‘Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos (CID8)’. Contudo, observando as médias de ambos os grupos, verifica-se que as mesmas ainda se apresentam baixas entre voluntários e não voluntários, levando-o a uma compreensão de que práticas do âmbito político que excedem o ato de votar, ainda estão em desenvolvimento na construção da cidadania brasileira (CARVALHO, 2016).

Finalizando esta seção, na qual objetiva uma análise comparativa entre os voluntários e os não voluntários, foi ainda realizado o teste Qui-quadrado com o fator do instrumento da cidadania denominado de ‘Participação informal’. Este fator é constituído de duas variáveis

nominais cujas opções de respostas encontram-se apenas duas alternativas: sim ou não. Logo, por não se tratar de questões numéricas, consequentemente não foi possível realizar testes de variâncias (Estatística F) ou testes de médias (teste t ou *Mann-Whitney*) com as mesmas.

Nesse sentido, foram extraídos os testes de Qui-quadrado com as dimensões ‘Rede informal’ e ‘Apoio’ para análise da frequência de respostas positivas e negativas entre o grupo de pessoas que desenvolvem trabalho voluntário e ao grupo daqueles que não são voluntários, assim como apresenta a tabela 39:

Tabela 39-Testes de Qui-quadrado do fator ‘Participação informal’

Variáveis	Opções de respostas	Não voluntários	Voluntários	Testes de qui-quadrado
Rede informal	Não	126	139	0,208
	Sim	96	83	
Apoio	Não	112	72	0,000
	Sim	110	150	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com a tabela 39, o teste de Qui-quadrado da variável ‘rede informal’ mostrou-se $> 0,05$, indicando assim que não há diferença nas frequências das respostas negativas e positivas entre os voluntários e os não voluntários. Porém, o mesmo teste demonstra que a variável ‘apoio’ apresentou diferença significativa entre ambos os grupos, estando este resultado em concordância com os achados no estudo de Ferraz (2017).

Considerando que a variável referente ao ‘Apoio’ é composta pela indagação: “Além da sua família, você dá apoio às pessoas doentes, vizinhos idosos ou conhecidos sem fazê-lo através de uma instituição? ”, pode-se afirmar que a caridade se encontra intrinsecamente presente neste indicador, sendo este tipo de atividades caridosas facilmente confundidas com trabalho voluntário (MUSICK; WILSON, 2008). Contudo, embora atitudes de apoio informais distingam-se de voluntariado formal, os dados demonstraram que as pessoas que

são voluntárias exercem mais ações caridosas quando comparado as pessoas que não são voluntárias.

A partir dos resultados discutidos nesta seção, foi identificado a igualdade de variâncias entre as respostas dos voluntários e não voluntários nas dimensões: ‘Direitos Sociais’, ‘Direitos Políticos’ e ‘Direitos Cíveis’, o que significa que os dados em torno da média de ambos os grupos se encontram dispersos de modo semelhante. Contudo, a partir dos testes *t* e o *Mann-Whitney*, verificou-se que entre os três direitos abordados, o social e político apresentou médias diferentes entre as pessoas que exercem o trabalho voluntário e as que não exercem, diferenciando-se apenas o direito civil, tendo em vista que este confirmou a igualdade de médias entre as amostras analisadas.

Estes resultados reafirmam os dados elucidados e discutidos no tópico anterior, 4.3.2, no qual analisou as medidas descritivas da cidadania entre voluntários e não voluntários. Portanto se faz necessário enfatizar que o fato das médias entre estas duas amostras terem se apresentado iguais nos direitos civis pode estar relacionado com a realidade da construção da cidadania do Brasil, tendo em vista que foram estes direitos os últimos a serem desenvolvidos no contexto brasileiro (AVRITZER, 2009; ANDRADE *et al.* 2012; PINSKY; PINSKY, 2016). Corroborando, Carvalho (2016) afirma que muitas são as pessoas que desconhecem tais direitos ou não têm acesso aos mesmos ainda nos dias atuais.

Quanto às diferenças das médias identificadas entre os voluntários e os não voluntários entre nos direitos sociais e políticos, evidenciou-se que há distinções discutíveis entre ambos os grupos, uma vez que as médias nestes direitos se apresentaram maiores entre os voluntários quando comparadas as médias das pessoas que não realizam trabalho voluntário. Nessa perspectiva, este achado encontra-se em concordância com Musick e Wilson (2008), nos quais defendem a premissa de que o voluntariado torna as pessoas mais conscientes da natureza estrutural dos problemas sociais e da necessidade de soluções políticas.

Por fim, de acordo com os resultados analisados, torna-se possível confirmar que as pessoas envolvidas no trabalho voluntário possuem mais consciência de responsabilidade social e participação cidadã diante das pessoas que não desempenham este tipo de atividade (ASTIN; SAX, 1998; MORGAN; STREB, 2000; MONTEIRO; CASTRO, 2008; PINSKY; PINSKY, 2016). Entretanto, assim como a motivação para o trabalho voluntário, a cidadania é envolvida por variados fatores, de modo que, a depender do contexto de cada pessoa, se tem como resultado diferentes tipos de cidadãos. Portanto, assumem-se aqui as limitações

impostas pela complexidade em analisar uma temática ampla tal como a cidadania, somada a dificuldade nas análises devido à ausência de estudos nesta temática no contexto nacional.

4.4 RELAÇÕES ENTRE MOTIVAÇÃO VOLUNTÁRIA E CIDADANIA

Nesta seção será apresentada as relações existentes entre motivação para o voluntariado e a cidadania a partir dos testes de correlação, correspondendo assim ao objetivo específico (3) proposto para este estudo.

Inicialmente foram verificadas as correlações entre os fatores: Direitos Sociais, Direitos Políticos e Direitos Cíveis com todas as variáveis presentes no construto da motivação, de modo a resultar em 110 correlações (ver apêndice 3). Porém, destas 110 associações, foram consideradas apenas 45, tendo em vista que se fez necessário excluir as correlações cujos coeficientes apresentaram-se inferior a 0,20.

Diante do resultado obtido, foi identificado a necessidade de sumarização dos dados, optando-se assim na efetuação do teste de correlação entre a os fatores da cidadania e os fatores da motivação, ao invés das variáveis individualmente. Assim, foi identificado que os fatores da cidadania: Direito Social, Político e Civil, correlacionam-se com todas os fatores da motivação (Altruísta, Justiça Social, Afiliação, Aprendizagem e Egoísta), resultando em 15 associações com coeficiente de correlação significante ao nível de 0,05. Porém, assim como na primeira extração, 5 correlações foram excluídas por se mostrarem muito fracas com coeficiente $< 0,2$.

Dito isto, será apresentado e analisado as associações mais relevantes existentes entre os fatores da motivação para o voluntariado e a cidadania, cujo coeficiente demonstrou um valor $> 0,2$. Em seguida, ainda será apresentado as associações entre as variáveis mais significativas de cada fator, objetivando assim o auxílio nas tomadas de decisões no campo do trabalho voluntário ao se tornar possível identificar as principais variáveis para motivação voluntária nas quais correlacionam-se positiva ou negativamente com o exercício da cidadania dos envolvidos.

I – Dimensão ‘direitos sociais’

O fator da cidadania- ‘Direitos sociais’, apresentou correlações significativas com quatro dos cinco fatores da motivação voluntária, sendo estes: justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta. Porém, as correlações identificadas entre ‘direitos sociais’ e a ‘aprendizagem’ foram excluídas da análise tendo em vista que, embora o coeficiente obtido tenha se mostrado 0,2, o p-valor de significância (sig.) foi superior a 0,01. Portanto, segue na tabela 40 as correlações entre direitos sociais e os fatores da motivação, com suas respectivas significâncias, nas quais foram consideradas para esta análise:

Tabela 40-Correlação entre o fator ‘direitos sociais x fatores da motivação’

DIREITOS SOCIAIS		
Fator Justiça Social	Coeficiente de correlação	0,370**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Fator Afiliação	Coeficiente de correlação	0,303**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Fator Egoísta	Coeficiente de correlação	0,345*
	Sig. (2-tailed)	0,000

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

Legenda: * A correlação é significativa ao nível de 0,05.

Conforme demonstra a tabela 40, os ‘Direitos sociais’ apresentou associações positiva, fraca e de alta significância com 3 fatores das motivações voluntárias, nas quais indica-nos que a medida que cresce a média amostral para a dimensão social, cresce também as médias da ‘justiça social’, ‘afiliação’ e ‘egoísta’. Contudo, sentiu-se a necessidade de buscar por detalhamento nestas correlações a partir da extração dos coeficientes de correlação entre cada variável dos ‘Direitos sociais’ e as variáveis dos fatores da motivação. Assim, tornou-se possível identificar com maior precisão o ponto exato em que a motivação se correlaciona com a dimensão analisada. Segue na tabela 41 as correlações mais significativas para cada variável que compõe os ‘Direitos sociais’:

Tabela 41-Correlações entre variáveis: ‘motivação’ x ‘cidadania 1’

DIREITOS SOCIAIS 1 (CID1)		
Justiça Social 4	Coeficiente de correlação	0,288**
	Sig. (2-tailed)	0,000
DIREITOS SOCIAIS 2 (CID2)		
Justiça Social 4	Coeficiente de correlação	0,315**
	Sig. (2-tailed)	0,000
DIREITOS SOCIAIS 3 (CID3)		
Afiliação 1	Coeficiente de correlação	0,342**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Egoísta 4	Coeficiente de correlação	0,297**
	Sig. (2-tailed)	0,001

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

De acordo com as extrações, duas das variáveis referentes aos ‘Direitos sociais’, sendo estas: ‘O governo deve fornecer habitação para aqueles que não podem pagar (CID1)’ e ‘O governo deve reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres (CID2)’, demonstraram correlação positiva e significativa com a variável ‘Porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas Comunidades (Justiça social 4)’. Logo, este resultado indica-nos que a percepção dos indivíduos de acreditarem que o Estado deve ser o provedor de bem-estar social, tal como a moradia e diferença de rendas, se alia com a motivação dos mesmos em se envolverem no voluntariado para ser um instrumento colaborativo em sua comunidade na busca pelos direitos sociais.

De acordo com Cavalcante (2016), o perfil de motivação, Justiça social, é caracterizado pela necessidade em auxiliar e apoiar os menos favorecidos, almejando a melhoria da localidade onde os indivíduos estão inseridos. Nesse sentido, corroborando com o resultado encontrado, Moniz e Araújo (2008), afirmam que devido a incapacidade do Estado de disponibilizar recursos humanos suficientes na área da saúde, as demandas para atuação voluntária têm se demonstrado cada vez mais recorrentes, de modo que estes voluntários têm encontrado oportunidade de auxiliar uma área carente em força de trabalho, composta de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Torna-se pertinente citar que este resultado está em concordância com os achados na pesquisa de Eley (2001), nos quais demonstraram que a capacidade em poder trabalhar na comunidade, podendo assim contribuir para sua melhoria, demonstrou-se como motivação crescente entre os voluntários com maior tempo de atuação. Neste mesmo sentido encontram-se os resultados de Ferraz (2017), que por sua vez, obteve em sua amostra uma correlação positiva entre a motivação para justiça social e os direitos sociais.

Ainda de acordo com a tabela 41, pôde-se observar que a variável ‘É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um (CID3)’, apresentou correlação mais expressiva com a variável ‘Porque estou com pessoas com os mesmos interesses (Afiliação 1)’. Assim, este dado leva-nos a compreensão de que a percepção dos voluntários de que o Estado deve assegurar as pessoas o trabalho, sendo este um direito social básico para a dignidade humana, associa-se, ainda que a um nível baixo, a motivação dos mesmos em se voluntariarem por estarem com pessoas que compartilham dos mesmos sentimentos.

Este resultado faz sentido quando verificamos que, segundo a perspectiva de Marshall (1967), os direitos sociais compreendem o direito que deve ser assegurado pelo Estado dos indivíduos usufruírem de um bem-estar mínimo e comum a todos, enquanto que a motivação voluntária pela afiliação não apenas almeja estar filiado a um grupo específico, como também busca contribuir para o bem-estar da sociedade e de desafortunados em particular, a medida que o mesmo compartilha algo de si mesmo com terceiros (CAVALCANTE, 2016).

Quanto a correlação obtida entre os direitos sociais e o fator egoísta, demonstrou que o aumento da média nesta dimensão da cidadania relaciona-se de maneira positiva com o aumento da motivação egoísta para trabalho voluntário, na qual busca vantagens próprias, ainda que vinculadas ao coletivo (CAVALCANTE, 2016). Nesse sentido, identificou-se que a associação mais expressiva se deu entre a variável ‘É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um (CID3)’ e ‘Permaneço porque estou com boa autoestima (Egoísta 4), revelando assim que os indivíduos participantes desta pesquisa creditam ao Estado a responsabilidade em fornecer empregos a quem precisa, ao mesmo tempo que os mesmos se envolvem no trabalho voluntário por se sentirem bem, sendo assim movidos por um sentimento de boa estima.

A partir dos resultados descritos, torna-se pertinente destacar que a realidade brasileira, bem como especificamente a do estado da Paraíba, apontam que a maioria das pessoas que desenvolvem trabalho voluntário envolve-se em causas universalistas voltadas

para os direitos sociais. Nessa perspectiva, a pesquisa do IBGE realizada em 2013 verificou que 88% das organizações sem fins lucrativos atuavam nas áreas de direitos básicos, sendo estas: assistência social, educação e saúde.

Considerando assim, o setor de atuação dos respondentes voluntários, torna-se possível refletir que o envolvimento dos mesmos na área da saúde, pode influenciar no entendimento dos mesmos quanto aos direitos sociais, uma vez que a saúde compreende um direito básico social presente na constituição. Portanto, acredita-se que a percepção dos voluntários quanto as condições básicas de bem-estar dos indivíduos são fortalecidas pelo contexto em que os mesmos desempenham suas atividades, fazendo assim com que estes permaneçam no voluntariado movidos pela busca de justiça social no meio onde vivem, compartilhamento de si em um grupo que possui os mesmos interesses, bem como pelo sentimento de boa estima.

II– Dimensão ‘direitos políticos’

O segundo fator da cidadania- ‘Direitos políticos’, apresentou correlações significativas com três dos cinco fatores da motivação voluntária, sendo estes: altruísta, justiça social, e afiliação. Portanto, segue na tabela 42 as correlações entre ‘direitos políticos’ e os fatores da motivação, nas quais foram consideradas para esta análise:

Tabela 42-Correlação ‘direitos políticos x fatores da motivação’

DIREITOS POLÍTICOS

Fator Altruísta	Coefficiente de correlação	0,205**
	Sig. (2-tailed)	0,002
Fator Justiça Social	Coefficiente de correlação	0,249**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Fator Afiliação	Coefficiente de correlação	0,277**
	Sig. (2-tailed)	0,000

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

Assim como demonstra a tabela 42, os dados apresentaram uma correlação positiva entre os direitos políticos e a motivação altruísta, justiça social e afiliação. Entretanto, se faz necessário verificar as variáveis específicas, nas quais correlacionam-se entre as dimensões políticas e motivacionais, estando as mesmas expostas a seguir, na tabela 43.

Tabela 43-Correlações entre variáveis: ‘motivação’ x ‘cidadania 2’

DIREITOS POLÍTICOS 1 (CID7)		
Afiliação 1	Coeficiente de correlação	0,209**
	Sig. (2-tailed)	0,002
DIREITOS POLÍTICOS 2 (CID8)		
Altruísta 3	Coeficiente de correlação	0,271**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Justiça Social 4	Coeficiente de correlação	0,203**
	Sig. (2-tailed)	0,002

Fonte: Dados da pesquisa – 2017

De acordo com extração realizada entre as variáveis da motivação e dos direitos políticos, foi obtido correlação positiva entre as variáveis: ‘Costumo acompanhar e fiscalizar o trabalho dos políticos eleitos (CID7)’ e ‘Porque estou com pessoas com os mesmos interesses (Afiliação 1)’. Logo, o resultado demonstra que a medida que cresce a média de participação política dos voluntários, também tende a crescer a média de pessoas que se envolvem no voluntariado devido a motivação pela afiliação, sendo esta demonstrada por Cavalcante (2016) como motivos que fazem com que indivíduos desenvolvam trabalho voluntário pela necessidade de fazer o bem a sociedade estando estes inseridos em um grupo de pessoas que compartilham do mesmo interesse,

Nesta perspectiva Musick e Wilson (2008) relacionam o trabalho voluntário e a dimensão política, afirmando que as pessoas envolvidas no voluntariado se tornam mais conscientes quanto a necessidade de soluções políticas. Complementando, Flanagan et al. (1998) defendem que os indivíduos voluntários podem gerar confiança na rede social estabelecida, fazendo assim com os mesmos encontrem-se mais propensos a se envolverem politicamente.

A segunda variável dos direitos políticos- ‘Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos (CID8)’ correlacionou-se positivamente com a variável: ‘Porque tenho levado esperança aos menos favorecidos (Altruísta 3)’. Esta associação indica-nos que as pessoas com maiores propensões de permanecerem no trabalho voluntário movidos pela satisfação em levar esperança a quem necessita (altruísmo), são aquelas que também apresentam uma maior tendência para denunciar irregulares políticas, sendo este um direito e dever dos cidadãos. Assim, este resultado concorda com Flanagan *et al.* (1998), Musick e Wilson (2008), bem como Cavalcante (2016), nos quais apontam que os indivíduos com maiores tendências para a participação política são aqueles que demonstram maior predisposição em envolvimento voluntário movidos pelo altruísmo, objetivando assim ajudar o próximo ou causas específicas sem expectativas de recompensas pessoais.

Observou-se ainda que a variável ‘Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos (CID8)’ também demonstrou correlação positiva, fraca e de alta significância com a variável: ‘Porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas Comunidades (Justiça social 4)’. Logo, este resultado permite-nos inferir que a prática do voluntariado voltada pela busca da cidadania e a melhoria da comunidade local está relacionada com a participação política dos voluntários que constituem esta pesquisa.

Nesse sentido, o estudo de Eyler *et al.* (1997) encontraram em seus resultados que as pessoas que desenvolvem trabalho voluntário buscando benefícios a comunidade apresentam aumento significativo no interesse e envolvimento para com ações políticas. Corroborando com estes resultados, e considerando a realidade do estado da Paraíba, têm-se os achados de Ferraz (2017), na qual obteve em sua pesquisa correlações positivas entre os direitos políticos e as motivações altruístas e de justiça social para o envolvimento no trabalho voluntário.

Diante o exposto, chega-se ao entendimento que os indivíduos mais propensos a ir além do direito ao voto, a partir do exercício do seu direito e dever de acompanhar, fiscalizar e até mesmo denunciar irregularidades políticas, são os mesmos que desenvolvem trabalho voluntário movidos pelo sentimento altruísta de levar esperança aos menos favorecidos, pela busca em colaborar com a comunidade ou pelo sentimento de pertencimento a uma rede de pessoas com as mesmas intenções. Assim, acredita-se que se fortalece o entendimento apresentado na pesquisa de Verba, *et al.* (1995) de que o voluntariado não apenas está

associado, como também vem a ser um estimulador para o engajamento político dos indivíduos e desenvolvimento dos valores que compõem a cidadania.

III – Dimensão ‘direitos civis’

A terceira e última extração de correlações entre a cidadania e motivação para o trabalho voluntário envolveu: ‘Direitos civis’ e os cinco fatores- altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta. Contudo, foi obtido associação entre a dimensão ‘direitos civis’ e dois dos fatores da motivação voluntária, sendo estes: ‘justiça social’ e ‘aprendizagem’, conforme apresenta a tabela 44.

Tabela 44- Correlação ‘direitos civis x fatores da motivação’

DIREITOS CIVIS		
Fator Justiça Social	Coeficiente de correlação	0,249**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Aprendizagem	Coeficiente de correlação	0,200**
	Sig. (2-tailed)	0,003

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

Como observado, os direitos civis correlacionaram-se com as motivações: justiça social e aprendizagem, sendo estas associações positivas, fracas e de alta significância. Porém, diante do resultado descrito, buscou-se verificar as variáveis específicas nas correlações estabelecidas, de modo que as mesmas se encontram descritas a seguir na tabela 45:

Tabela 45- Correlações entre variáveis: ‘motivação’ x ‘cidadania 3’

DIREITOS CIVIS 1 (CID11)		
Justiça Social 3	Coeficiente de correlação	0,269**
	Sig. (2-tailed)	0,000
DIREITOS CIVIS 2 (CID12)		
Aprendizagem 3	Coeficiente de correlação	0,201**
	Sig. (2-tailed)	0,000

Fonte: Dados da pesquisa - 2017

De acordo com a tabela 45, a variável: ‘Acredito que o direito da igualdade deve respeitar as diferenças entre as pessoas (CID11)’ apresentou correlação mais expressiva com a variável ‘Porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades (Justiça social 3)’, demonstrando assim que o fato dos voluntários se envolverem no voluntariado movidos pela busca de melhoria da sua comunidade está associado positivamente com a convicção dos mesmos quanto ao direito a igualdade, somado ao dever do respeito as diferenças, assim como está previsto nos direitos civis.

Os direitos civis contemplam os direitos que envolvem à liberdade individual, como por exemplo: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, de fé e o direito à propriedade (LIMA, 2004). Assim como observado, este direito correlacionou-se com o fator da motivação ‘Justiça social’, no qual Cavalcante (2016) descreve como resgate da cidadania numa perspectiva local através da prestação de auxílio voluntário em sua comunidade. Este resultado concorda com Eley (2001), no qual afirma que pessoas que desenvolvem trabalho voluntário a mais tempo e de modo regular amadurecem o sentido de voluntariar-se pela oportunidade de trabalhar no seu contexto local, contribuindo assim na sua melhoria.

Ainda se faz necessário destacar que o exercício do trabalho voluntário visando ajudar o meio onde os indivíduos estão inseridos, bem como as pessoas carentes de auxílio, se faz coerente ao se analisar o ambiente onde os voluntários atuam, tendo em vista que os respondentes desenvolvem trabalho voluntário no âmbito da saúde, estando os mesmos em contato direto com pessoas em situação de vulnerabilidade. Por isso, acredita-se que os voluntários da saúde apresentaram alta percepção quanto o respeito das diferenças entre as pessoas por estas enxergarem a real condição humana de igualdade ao vivenciarem o estado de dependência dos indivíduos quando estes se encontram enfermos.

Os resultados expostos na tabela 43 ainda apontam a associação positiva e de alta significância entre as variáveis: ‘A privacidade das nossas residências não pode ser violada, exceto em situações de perigo (CID12)’ e ‘Porque estou tendo novos desafios e experiências (Aprendizagem 3)’. Logo, demonstra-se que o conhecimento do direito civil assegurado em relação ao direito a propriedade e a inviolabilidade do mesmo, correlaciona-se com a motivação dos indivíduos em se envolverem no trabalho voluntário por se encontrarem em um ambiente de aprendizagem a partir de novas experiências para eles impostas.

Nessa perspectiva, Musick e Wilson (2008) defendem que o voluntariado envolve as pessoas mais intensamente na vida organizacional das organizações sem fins lucrativos, ensinando-as habilidades cívicas. Logo, esta capacidade de vivenciar novos conhecimentos e

experiências é uma motivação presente entre voluntários jovens conforme também encontrado na pesquisa de Moore *et al.* (2014). Portanto, pode-se afirmar que, de maneira geral, os voluntários com maiores percepções quanto as variáveis dos direitos civis analisados, além de apresentarem maior predisposição para motivações ligadas a justiça social, estes também indicam buscar no voluntariado autodesenvolvimento através da aquisição de novas competências e habilidades, sendo estas características do perfil da ‘Aprendizagem’, conforme aborda Cavalcante (2016).

Por fim, a partir das correlações obtidas e analisadas nesta seção, nas quais envolveram a cidadania e as motivações para o trabalho voluntário, reforça-nos o pressuposto desta pesquisa de que a prática do trabalho voluntário exerce uma associação e influência positiva na promoção da cidadania. Contudo, assume-se que se faz necessário pesquisas futuras para o aprofundamento das reflexões acerca da associação entre as motivações predominantes para a atuação voluntária e a participação cívica, tendo em vista que a discussão sobre a cidadania é ampla, assim também como as motivações humanas são complexas, de modo que as teorias existentes não deixam claras a maneira como acontecem e sustentam a relação entre estes construtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo envolveu as temáticas: motivação para o trabalho voluntário e a cidadania em uma perspectiva individual. Contudo, ambos os construtos alicerces deste trabalho não foram abordados de maneira desconexas ou ainda como assuntos complementares, antes, buscou-se analisar as possíveis relações entre os mesmos, sobretudo, no contexto do Estado da Paraíba.

Nesse sentido, esta pesquisa, baseando-se em autores como Musick e Wilson (2008) , bem como Pinsky e Pinsky (2016), defende a premissa de que o voluntariado é um terreno fértil para a prática ativa da cidadania, tendo em vista que o desenvolvimento de trabalho voluntário torna as pessoas mais conscientes da natureza estrutural dos problemas sociais e da necessidade de soluções políticas, ensina habilidades cívicas, e envolve as pessoas mais intensamente na vida organizacional das organizações em que atuam, permitindo que as mesmas aprendam mais sobre as questões e políticas locais. Portanto, foram desempenhados três objetivos específicos, buscando verificar se na realidade estudada esta afirmativa pode ser considerada, identificando ainda como as motivações dos voluntários podem estar relacionadas.

O primeiro objetivo específico buscou identificar as motivações voluntárias de acordo com o modelo desenvolvido por Cavalcante (2016), sendo o mesmo composto por cinco fatores: ‘altruísta’, ‘justiça social’, ‘afiliação’, ‘aprendizagem’ e ‘egoísta’. Assim, após a análise das medidas descritivas das motivações, identificou-se que os voluntários atuantes na saúde no Estado da Paraíba têm desenvolvido trabalho voluntário movidos por motivações relacionadas a aprendizagem, altruísmo e busca pela Justiça Social, respectivamente nesta ordem. Todavia, estes mesmos voluntários também apresentam níveis medianos de motivações voltadas para a Afiliação e Egoísmo sendo estas razões importantes, mas não determinantes.

Ainda concernente ao primeiro objetivo específico, optou-se por verificar possíveis correlações entre as variáveis do perfil sociodemográfico e as variáveis da motivação voluntária. Assim, verificou-se que a idade se associou de maneira positiva com as variáveis: ‘Altruísta 3’ e ‘Egoísta 4’, indicando-nos que a medida que a idade dos voluntários avança, existe também uma discreta disposição em se aumentar as motivações dos mesmos em relação a percepção de auto sacrifício (Altruísmo), assim como a de busca por bem-estar e

recompensa pessoal (Egoísta). Adiante, foi verificado uma correlação negativa entre a formação acadêmica dos voluntários e a variável afiliação 1, indicando-nos que a diminuição no nível de formação associa-se com o aumento da média da afiliação, que por sua vez, tem como motivação estar inserido em um determinado grupo social através da atividade voluntária.

O segundo objetivo específico visou identificar as percepções e atitudes cidadãos dos sujeitos a partir de questionário adaptado do *Citizen Audit'* e Ferraz (2017), no qual foi constituído por 5 fatores: (1) Direitos sociais; (2) Direitos políticos; (3) Direitos civis; (4) Participação informal; e (5) Atos de participação. Portanto, para o alcance deste objetivo buscou-se inicialmente identificar as medidas descritivas das dimensões cidadãos, bem como realizar teste de variância e igualdade de médias a fim de realizar uma análise comparativa entre os grupos de voluntários e não voluntários.

Nessa perspectiva, os direitos sociais analisados demonstraram médias moderadas e altas, sendo a segunda maior entre voluntários e não voluntários. Contudo, a média dos voluntários para esta dimensão se apresentou mais alta do que as dos não voluntários, indicando que estes apresentaram uma maior percepção quanto se ter o Estado como provedor principal das condições mínimas necessárias ao bem-estar social. Porém, julga-se necessário enfatizar que estas médias altas entre voluntários e não voluntários pode ser reflexo de uma percepção cidadã formada por uma cultura que enxerga os direitos sociais muito mais como favores cedidos pelo poder Executivo, do que propriamente uma conquista de direitos que permitem uma igualdade de participação na sociedade. Portanto, embora se reconheça que o Estado tem um papel importante no avanço dos direitos sociais, bem como dos demais direitos que constituem a cidadania, enfatiza-se aqui o cuidado que se deve ter na supremacia do Estado sobre a sociedade civil.

Quanto o fator, direitos políticos, as médias obtidas entre ambos os grupos foram as mais baixas entre as dimensões da cidadania. No entanto, assim como nos direitos sociais, também foram verificadas médias mais altas entre os voluntários, quando comparada as médias dos não voluntários. Logo, este resultado resultou em duas principais reflexões, sendo elas: As práticas do âmbito político que excedem o ato de votar ainda estão em desenvolvimento na construção da cidadania brasileira; mas, apesar desta realidade, há discretos indícios de uma prática mais ativa entre os direitos políticos entre as pessoas que exercem o voluntariado.

O fator, direitos civis, foi a dimensão da cidadania que apresentou as médias mais altas, sendo também identificado uma igualdade de médias entre voluntários e não voluntários. Assim, este resultado nos leva a mais uma reflexão sobre o contexto histórico da nossa cidadania, quanto o fato dos direitos civis terem sido tratados mais tardiamente no Brasil, pois, a não diferença entre as amostras pode ser indício de que até mesmo as pessoas que estão inseridas no voluntariado, ainda estão amadurecendo a respeito dos direitos civis, uma vez que ainda estamos avançando no processo de construção nos mais diversos âmbitos da cidadania.

A quarta dimensão analisada na cidadania compreendeu a participação informal dos indivíduos, na qual compreende ações de ajuda ao próximo em eventuais momentos quando estes necessitam de auxílio, não podendo estas atitudes serem consideradas voluntariado formal com o desenvolvimento de uma atividade regular. Nesse sentido, identificou-se inicialmente a médias mais elevadas dos não voluntários na variável de pertencimento de uma rede informal, mas, a partir do teste Qui-quadrado, o p-valor indicou a não diferença entre as amostras. Ainda dentro desse fator, obteve-se como resultado as pessoas voluntárias exercem mais ações caridosas quando comparado as pessoas que não são voluntárias ao demonstrarem maiores frequências nas atitudes de apoio informais.

Por fim, no que diz respeito a análise dos fatores da cidadania, foi verificado os atos de participação, nos quais envolvem atitudes e comportamentos voltados para o engajamento cívico dos indivíduos. Portanto, sendo realizada uma análise comparativa entre as ações praticadas por parte dos voluntários e dos não voluntários, evidenciou-se que dos 17 atos de participação, 14 ações demonstraram maior percentual entre as pessoas que desenvolvem trabalho voluntário. Logo, ante o exposto, foi evidenciado que as pessoas que exercem trabalho voluntário, de maneira geral, apresentaram maiores médias entre as dimensões da cidadania comparadas aos indivíduos que não atuam no voluntariado.

O terceiro, e último específico, consistiu em testar as relações entre motivação e o entendimento e comportamentos cidadãos. Para tanto, foram extraídas as correlações significativas entre as dimensões cidadãos e os perfis motivacionais, sendo identificadas inicialmente 110 correlações. Após uma filtragem, observou-se que os direitos sociais se correlacionaram com as motivações: Justiça social, afiliação e egoísta; os direitos políticos associaram-se ao altruísta, justiça social e afiliação; e, os direitos civis a justiça social e aprendizagem. Portanto, identificou-se que a justiça social, motivação que faz com os

indivíduos trabalhe voluntariamente visando auxiliar na melhoria do seu contexto local, correlacionou-se com todas as dimensões cidadãs analisadas.

A partir dos resultados obtidos, analisando as motivações voluntárias, evidencia-se que, embora a aprendizagem tenha se destacado entre os voluntários, os motivos que os movem a desenvolver e permanecer no voluntariado não podem ser considerados como mutuamente excludentes, antes, cada indivíduo pode possuir motivações voltadas para o bem coletivo e ao mesmo tempo individuais, podendo assim caracterizar algo contraditório. Portanto, torna-se possível corroborar com Piccoli e Godoi (2012), afirmando que diante deste cenário subjetivo de intenções e motivações, o voluntariado se encontra como braços e mãos abertas, fazendo com que, ao mesmo tempo em que indivíduo doe algo de si, o mesmo recebe algo recompensador, e esta retorno pode ser: a felicidade pelo bem do outro, a realização de ser um promotor para melhoria da comunidade local, a satisfação em fazer parte de um grupo, a oportunidade em adquirir novos conhecimentos ou até mesmo o sentimento de bem estar consigo mesmo por se sentir importante.

Quanto a análise da cidadania, se faz relevante destacar que não há cidadão bom e/ou ruim. O que existe são cidadãos ativos, nos quais conhecem e exercem os seus direitos e deveres como membro de uma sociedade, e cidadãos passivos, que por sua vez, não possuem o conhecimento dos seus direitos e deveres, ou até possuem, mas optam por não os exercitarem. Nesse sentido, se tem como principal contribuição desta pesquisa o fato dos resultados sinalizarem a tendência de que as pessoas que desenvolvem trabalho voluntário apresentem maior percepção das dimensões da cidadania, bem como demonstrarem maiores frequências de ações cidadãs. Contudo, esta evidência não nos leva a assumir que todo voluntário é cidadão ativo ou que é mais ativo do que toda e qualquer pessoa que não é voluntária, mas que o voluntariado pode ser considerado como uma das formas de fomento a participação cívica.

Por fim, a partir das análises aqui realizadas, conclui-se que a atuação voluntária está relacionada de maneira positiva com o entendimento e exercício de uma cidadania ativa, ainda que esta se encontre em construção. Além de ser demonstrado que valores mais nobres de motivação voluntária, tal como a Justiça social, estão correlacionados com a cidadania de maneira mais ativa. Portanto, tendo como definido o objetivo geral dessa pesquisa: Analisar a relação entre as motivações para o voluntariado e as percepções e atitudes cidadão com voluntários que atuam na área da saúde do Estado da Paraíba, pode-se afirmar que este estudo atingiu os objetivos pretendidos.

Dado o exposto, não pretendendo que esta dissertação constitua uma resposta definitiva às interrogações basilares que a norteiam, considera-se que a mesma inclui indicações que possibilitam a prossecução da reflexão e do debate em torno da gestão do voluntariado. No entanto, assumem-se três principais limitações para a realização dessa pesquisa: (1) Dificuldade de acesso aos voluntários, tendo em vista a ausência de mecanismos que apontem onde encontrá-los; (2) Ausência de instrumento para a mensuração da cidadania no contexto brasileiro, sendo, assim, necessário adaptá-lo - nesta limitação, especificamente, se reconhece a impossibilidade de abordar todas as dimensões presentes na cidadania contemporânea, fazendo-se necessário delimitar as análises apenas aos direitos sociais, políticos e civis, bem como à participação informal e à algumas ações políticas - ; (3) Possibilidade de voluntários da saúde estarem vinculados ao voluntariado obrigatório. Contudo, ainda que se faça necessário reconhecer que alunos da área da saúde podem buscar no voluntariado um meio de praticar os seus conhecimentos técnicos, nenhum dos voluntários respondentes indicaram desenvolver trabalho voluntário por exigência acadêmica, sendo inclusive, assinalada pela maioria a atuação de trabalho voluntário em outros momentos de suas vidas.

Como sugestão de estudos futuros, seguem 5 propostas emergidas a partir dos resultados desta pesquisa, sendo elas:

(1) A variável altruísta 5: “Porque considero meu trabalho importante”, ter se apresentado sem significância suficiente para análise, nos faz considerar pertinente uma análise futura para o entendimento do(s) porquê(s) que justificam o fato dos voluntários não considerarem o trabalho que desempenham importantes;

(2) Chamou-nos a atenção, na análise fatorial, o Fator Egoísta ter se constituído “fraco” na contribuição ao modelo da motivação, sendo necessário uma análise separada do mesmo para a decisão de considera-lo na pesquisa. Corroborando, quando analisado as médias dos fatores da motivação, o Egoísta foi o mais baixo entre os voluntários. Assim, sugere-se como estudo futuro uma pesquisa comparativa entre voluntários de diferentes áreas, afim de identificar se a baixa motivação egoísta para o trabalho voluntário é influenciada pela área onde a atividade é desempenhada, como por exemplo, no âmbito da saúde, ou se esta evidência é proveniente do voluntariado em geral, independente de área de atuação;

(3) Destacou-se o fato da idade dos voluntários ter se correlacionado positivamente com as motivações: altruísta e egoísta, indicando que a medida que aumenta a idade dos voluntários, há também uma discreta disposição em se aumentar as motivações dos mesmos

em relação a percepção de auto sacrifício (Altruísmo), bem como a de busca por bem-estar e recompensa pessoal (Egoísta). Tendo em vista que, segundo Cavalcante (2016), a tendência no voluntariado ligado a motivos egoístas está mais presente entre indivíduos jovens, julgamos relevante uma análise comparativa entre voluntários jovens e mais maduros com relação as motivações predominantes dos mesmos para o desenvolvimento das atividades voluntárias.

(4) Estudos como o de Cavalcante (2012) e Lai et. al. (2013), apontam a influência do meio social como uma motivação externa para o desenvolvimento de trabalho voluntário. Porém, nesta pesquisa esta premissa não foi confirmada, uma vez que os respondentes não voluntários demonstraram ter mais familiares envolvidos neste tipo de atividade do que propriamente os que atuam no voluntariado. Assim, sugere-se um estudo futuro sobre motivações extrínsecas para o voluntariado, tornando-se possível identificar estímulos externos que levam pessoas a se tornar um voluntário.

(5) Sugere-se ainda uma análise mais específica entre voluntários e não voluntários quanto aos direitos civis, a fim de verificar se de fato a igualdade de média entre ambos os grupos se deu por estes deterem entendimentos semelhantes no âmbito desse direito, ou se os indivíduos, independente do voluntariado, ainda não possuem conhecimento suficiente sobre os direitos civis, uma vez que estes correspondem aos mais recentes dos direitos brasileiros.

REFERÊNCIAS

AGEU, J. D. *Motivações de permanência no trabalho voluntário: um estudo na fundação cidade viva*. 2015. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ALMEIDA, M. F. Iniciativas de participação cidadã de idosos em Portugal: um estudo exploratório. *Análise Social*, 219, li (2.º), ISSN online 2182-2999. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ Portugal. 2016.

ALMEIDA, Vasco. Estado, mercado e terceiro setor: A redefinição das regras do jogo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 95, p. 85-104, 2011.

ANDRADE, V. R. P. de. **Sistema penal Maximo x cidadania mínima: Códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANDRADE, D. M.; CASTRO, C. L. C.; e PEREIRA, J. R. **Cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira?**. *RAP* — Rio de Janeiro 46(1):177-90, jan./fev. 2012. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000100009 >. Acesso em Março/2017.

AQUINO, M. A. G. D. *Expectativas, adesão e desligamento no trabalho voluntário: estudos de motivos do voluntariado da fundação cidade viva*. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB 2015.

ASTIN, A.W.;SAX, L. J. **How undergraduates are affected by service participation**. *Journal of College Student Development*, 39(3), p. 251-263, 1998.

AVRITZER, L. **Sociedade Civil e participação no Brasil democrático**. In: Avritzer, L., et al. (orgs). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo, Cortez, 2009.

AZEVEDO, D. C. de. Voluntariado corporativo: motivações para o trabalho voluntário. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, **Anais...** Foz do Iguaçu/PR, 2007.

BARCELOS, J. D. Mídia e cidadania: caminhos de aprendizado, exercício e participação. **Culturas Midiáticas**, v. 3, n. 1, 2011.

BATSON, C. Daniel; AHMAD, Nadia; TSANG, Jo-Ann. Four motives for community involvement. **Journal of Social Issues**, v. 58, n. 3, p. 429-445, 2002.

BELLO, E. **Cidadania e direitos sociais no brasil: um enfoque político e social**. Espaço Jurídico: Journal of Law. ISSN 2179-7943, Editora Unoes, v. 8 n 2. 2007.

BENEVIDES, M. V. de M. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, v. 33, p. 5-16, 1994.
Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000200002> Acesso em jan/2017.

BOBBIO, N. A Revolução Francesa e os direitos do homem. **BOBBIO, Noberto. A era dos direitos**. Elsevier: Rio de Janeiro, 1992.

BONFIM, P. A **“cultura do voluntariado” no Brasil: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade**. – São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Brasília, 1998.
Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm Acesso em: jan/2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. **Entre o Estado e o Mercado: O Público Não-Estatal**. In: Bresser-Pereira, L.C. e Grau, N.C., orgs. **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.

BROWN, E. **Assessing the value of volunteer activity**. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 28(1), pp. 3-17, 1999.

BUSSELL, H.; FORBES, D. Understanding the volunteer market: the what, where, who and why of volunteering. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, 7(3), 244-257, 2002.

CALEGARE, M. G. A.;JUNIOR, N. S. **A "construção" do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional**. Rev. psicol. polít. vol.9 nº.17 São Paulo jun. 2009.

CARBALLAL, L. B. El voluntariado: entre la ciudadanía y la ideología. Revista Katál Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 235-240. Jul./dez. 2009.

CARDOSO, R. F.; PEREIRA, J. S. Cidadania ou estadania no Território da Cidadania Sertão de Minas? Desenvolvimento em questão. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 12, núm. 25.

2014 pp. 105-126 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Ijuí, Brasil.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAVALCANTE, C. E. **Motivação de Voluntários: teoria e prática**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

_____. **Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil**. Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n38, p.161-182, jul./dez. 2013.

_____. *Motivação no Trabalho Voluntário: expectativas e motivos na Pastoral da Criança*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CAVALCANTE, C. E.; SOUZA, W. J.; BAPTISTA, C. S.; NASCIMENTO, M. A. A. Elementos do trabalho voluntário: motivos e expectativas na pastoral da criança de João Pessoa/PB. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 10, n. 1, p. 98-110, 2011. Disponível em:< <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5231/elementos-do-trabalho-voluntario--motivos-e-expectativas-na-pastoral-da-crianca-de-joao-pessoa-pb>>. Acesso em Março/2017.

CLARY, E. G.; SNYDER, M.; RIDGE, R. **Volunteers' motivations**. Nonprofit Management and Leadership 2 (4) (Summer), 1992.

CLEMENTE, Augusto Júnior. O conceito de cidadania nas ciências sociais brasileira: uma análise a partir do Scielo (1989-2013). 2015. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131629>>. Acesso em Maio/2017.

CNAAN, R. A.; HANDY, F.; WADSWORTH, M. **Defining who is a volunteer: Conceptual and empirical considerations**. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 25(3),364-383, 1996.

COHEN, N. E. **O papel do voluntário na sociedade moderna**. Lisboa: Fundo de Cultura, 1964.

COMPARATO, F. K. A nova cidadania. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 28-29, p. 85-106, 1993. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100005> Acesso em Abril/2017.

CORRAR, L. J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, J. M.; (Coordenadores). **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2009, p.100.

CORREIA, F. G. **Reflexões sobre o conceito de cidadania e suas bases históricas**. Revista de Ciência Política Nº 43, jan /dez 2010. Disponível em: ><http://achegas.net>.<. Acesso em dez/2017.

CRAVENS, J. Internet-mediated Volunteering in the EU. 2014.
 DEMO, P. **Cidadania Pequena - Fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Autores Associados, Campinas, 2001.

DAFT, Richard I. tradução Robert Brian Taylor. **Administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
 DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DEMO, P. **Cidadania pequena - Fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Autores Associados, Campinas, 2001.

DOLNICAR, S.; RANDLE, M. What motivates which volunteers? Psychographic heterogeneity among Volunteers in Australia. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 18(2), 135-155. 2007.

ELEY, Geoff. Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

EVANGELISTA, D. **Voluntariado e desenvolvimento social**. In: Perez, C. e Junqueira, L. P. (orgs). **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

EYLER, J.; DWIGHT E. GILES, JR. BRAXTON, J. The Impact of Service-Learning on College Students. Vanderbilt University, Michigan Journal of Community Service Learning Fall, 1997, pp. 5-15 DOI: <http://hdl.handle.net/2027/spo.3239521.0004.101>

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRAZ, T. V. *POR CIVISMO OU POR AMOR? Um estudo sobre as relações existentes entre motivação do trabalho voluntário e cidadania em ONGs de educação no Estado da Paraíba*. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB 2017.

FERREIRA, M. F.; CARRARA, K. Implicações do conceito de cidadania de professores sobre comportamentos pró-éticos de estudantes. **Psicologia Argumento**, v. 27, n. 58, 2009.

FERREIRA, M. R., PROENÇA, T. E PROENÇA, J. F. "Organisational Influence on Volunteer Satisfaction and Attitudes towards HRM Practices: the case of Hospital Volunteers". *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 9(1), 27-42, 2012.

FERREIRA, M.R.; PROENÇA, T.; PROENÇA, J. F. As motivações no trabalho voluntário. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 7, n. 3, p. 43-53, 2008.

FIGUEIREDO, N. **Interfaces do Trabalho Voluntário na Aposentadoria**. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) — Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FINKELSTEIN, M. A. "Volunteer Satisfaction and Volunteer Action: a Functional Approach". *Social Behavior and Personality*, 36(1), 9-18, 2008.

FISCHER, L. R.; SCHAFFER, K. B. **Older volunteers: a guide to research and practice**. London: Sage, 1993.

FLANAGAN, C. A.; BOWES, J. M.; JONSSON, B., CSAPO, B.; SHEBLANOVA, E. **Ties that bind: Correlates of adolescents' civic commitments in seven countries**. *Journal of Social Issues*, 54(3), 457-475, 1998.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANÇA, A., MENDES, A. M., SIQUEIRA, V. S. Discurso organizacional e instrumentalização do prazer no trabalho. **Anais do Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**, Curitiba, PR, Brasil, 3, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GERMANO, M. G. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. EDUEPB, 2011.
Disponível em:< <http://books.scielo.org/id/qdy2w/pdf/germano-9788578791209-04.pdf>>.
Acesso em Abril/2017.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. – 4 ed. São Paulo : Atlas, 2002.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil - 2010**. Rio de Janeiro: 2012.

GONÇALVES, H. A. C.; LOPES, M. H. **A dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho**. Rev. Direito Econ. Socioambiental. ISSN 2179-345X. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 129-145, jul./dez. 2013

GRAY, M. J., ONDAATJE, E.H.; FRICKER, R.; CAMPBELL, N.; ROSENBLATT, K.; GESCHWIND, S.; GOLDMAN, C. A.; KAGANOFF, T.; ROBYN, A.; SUNDT, M.; VOGELGESANG, L.; KLEIN, S. P. **Coupling service and learning in higher education: The final report of the evaluation of the Learn and Serve America**, Higher Education program. Santa Monica, CA: RAND, 1998.

HAIR, Jr. J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. Análise Multivariada de dados. Tradução Adonai Schlup Sant' Anna. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HANKINSON, P.; ROCHESTER, C. The face and voice of volunteering: a suitable case for branding. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 10(2), 93-105.2005.

HARDILL, I.; BAINES, S. *Enterprising Care?: Unpaid Voluntary Action in the 21st Century*. Ed. Policy Press, p. 202. 2011

HEATER, D. **A Brief History of Citizenship**. New York City: New York University Press. 2004. ISBN 0-8147-3671-8.

HIBBERT, S., PIACENTINI, M. DAJANI, H. A. Understanding Volunteer Motivation for Participation in a Community-Based Food Cooperative. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*. 8(1), 30-42. 2003.

HOLDSWORTH, C.; BREWIS, G. **Volunteering, choice and control: a case study of higher education student volunteering**. Pages 204-219 | Received 10 Dec 2012, Accepted 14 May 2013, Published online: Jul 2013.

HUSTINX, L.; CNAAN, R. A.; HANDY, F. Navigating theories of volunteering: A hybrid map for a complex phenomenon. **Journal for the theory of social behaviour**, v. 40, n. 4, p. 410-434, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil - 2010**. Rio de Janeiro: 2012.

LAI, R.; MAGGIE, Y. W.; WU, A. M. S.; HUNG, E. P. W. **Motivation as Mediator Between National Identity and Intention to Volunteer**. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 2013, University of Macau, China. Vol.23 (2), p.128-143.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2005.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. Metodologia científica. **Atlas**, v. 3, n. 4.2, p. 1, 2007.

LEMOS, S. L. L. *Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída: um estudo longitudinal no voluntariado da fundação Cidade viva*. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB 2016.

LIMA, K. R. Direitos civis e Direitos Humanos: uma tradição judiciária pré-republicana?. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 18, n. 1, p. 49-59, Mar. 2004. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100007> Acesso em Dz 2017.

LUM, T. Y.; LIGHTFOOT, E. The effects of volunteering on the physical and mental health of older people. **Research on aging**, v. 27, n. 1, p. 31-55, 2005.

MASCARENHAS, André Ofenhejm; ZAMBALDI, Felipe; VARELA, Carmen Augusta. Motivação em programas de voluntariado empresarial: um estudo de caso. **Revista Organizações em Contexto online**, v. 9, n. 17, p. 229-246, 2013. Disponível em:< http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/carmen_augusta_varela_motivacao_em_programas_de_voluntariado_empresarial.pdf >. Acesso em Maio/2017.

MARQUES, M. J. R. **As motivações para o voluntariado: estudo exploratório numa amostra de estudantes do ensino superior politécnico**. 2016. Tese de Doutoramento. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14831/1/MARIA_MARQUES.pdf>. Acesso em Maio/2017.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1967.

MATSUNAGA, Y.; YAMAUCHI, N.; OKUYAMA, N. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**. v.21 n.2, p.180-201, 2010.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. Editora Atlas SA, 2000.

McCURLEY, S.; LYNCH, R. **Essencial volunteer management**. 2. ed. Londres: The Directory of Social Change, 1998.

MCKENZIE, T. HELMS, S. Gender Differences in Formal and Informal Volunteering in Germany. *Voluntas*, 25(4), 887-904. DOI: [10.1007/s11266-013-9378-1](https://doi.org/10.1007/s11266-013-9378-1), 2013.

MELO, G. C. Evolução histórica do conceito de cidadania e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. **Acesso em**, v. 25, n. 08, 2015. Disponível em: <https://getulio.jusbrasil.com.br/artigos/112810657/evolucao-historica-do-conceito-de-cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem>. Acesso em Abril/2017.

MILLIGAN, C.; FYFE, N. R. Preserving Space for Volunteers: Exploring the Links between Voluntary Welfare Organisations, Volunteering and Citizenship. *Urban Studies*, vol. 42, n. 3, p. 417-433. Mar. 2005.

MONIZ, A. L. F.; ARAUJO, T. C. C.F.de. Voluntariado hospitalar: um estudo sobre a percepção dos profissionais de saúde. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 13, n. 2, p. 149-156, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2008000200007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em Out 2017.

MONTEIRO, R. A. de P.; CASTRO, L. R. de. A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. **Revista Psicologia Política**, v. 8, n. 16, p. 271-284, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000200006>. Acesso em: Abril/2017.

MOORE, E. W.; WARTA, S.; ERICHSEN, K. **College Students' Volunteering: Factors Related to Current Volunteering, Volunteer Settings, and Motives for Volunteering.** *College Student Journal*, ISSN-0146-3934. v48 n3 p386-396 Fall 2014.

MORGAN, W.; STREB, M. **Building citizenship: How student voice in service- learning develops civic values.** Unpublished manuscript, 2000.

MOSTYN, B. **The meaning of volunteer work: a qualitative investigation.** In: Hatch, S. (org) *Volunteers: patterns, meanings & motives.* Hertz (Reino Unido): The Volunteer Centre, 1983.

MOURA, A. B. de. Da cidadania “clássica” à cidadania “global”: nacional versus supranacional. *Revista Jurídica*, Blumenau, jan./jul. 2009. Disponível em:<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/1598>> Acesso em Dez 2017.

MUSICK, M. A.; WILSON, J. **Volunteers: A Social Profile.** Indiana, University Press: 2008.

NORTE, S. A. Q. Da “Estadania” à Cidadania. 2009. Disponível em:<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/1/conf_cd/da.pdf>. Acesso em: Maio/2017.

OMOTO, A. M.; SNYDER, M. Influences of psychological sense of community on voluntary helping and prosocial action. In S. Stürmer, & M. Snyder (Ed.) *The psychology of Prosocial behavior.* United Kingdom: Wiley Blackwell. 2010.

ONU. **Measuring volunteering: a practical toolkit.** A joint project of independent sector and United Nations volunteers. In A. Dingle (ed.), *United Nation*, Germnay, 2001.

PANDOLFI, D. C. Percepção dos direitos e participação social. In: PANDOLFI, D. C. (orgs.). **Cidadania, justiça e violência.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999

PENNER, L. A. **Dispositional and Organizational Influences on Sustained Volunteerism: An Interactionist Perspective.** *Journal of Social Issues*, 58: 447–467, 2002. doi: 10.1111/1540-4560.00270.

PEREIRA, J. R. G. **Direitos sociais, estado de direito e desigualdade: reflexões sobre as críticas à judicialização dos direitos prestacionais.** v.8, n. 03 (2015). DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/rqi.2015>.

PIANA, M. C. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. 2009. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>>. Acesso em: Abril/2017.

PICCOLI, P.; GODOI, C. K. Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 62, 2012. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11204/8113>>. Acesso em: Maio/2017.

PINSKY, C. B; PINSKY, J. A história da cidadania. São Paulo, Editora Contexto, 2016.

PROCOPIUCK, M.; MEYER Jr., V. (2011). **Gestão Estratégica em Ambiência de Trabalho Voluntário**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania . Vol. 16 Nº. 58. São Paulo.

REED, P. B.; SELBEE, L. K. **The civic core in Canada: disproportionality in charitable giving, volunteering, and civic participation**. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 30(4), pp. 761–780, 2001.

REIS, E. **Cidadania: história, teoria e utopia**. In: Pandolfi, D. C. (orgs). Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 248p, 1999.

ROBERTS, N. “Public deliberation in an age of direct citizen participation”. The American Review of Public Administration, 34 (4), pp. 315-353. 2004.

SALAMON, Lester M. A emergência do terceiro setor—uma revolução associativa global. Traduzido por Andrés Pablo Falconer e Alexandre Lucas. **Revista de administração**, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, n. 22, Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1996.

SALAZAR, K. A.; SILVA, A. R. L.; FANTINEL, L. D. **As relações simbólicas e a motivação no trabalho voluntário**. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, 16(3), Edição Especial. ISSN 1678-6971 (on-line) SÃO PAULO, SP. MAIO/JUN. 2015.

SANTOS, M. E. Cidadania, conhecimento, ciência e educação CTS: Rumo a "novas" dimensões epistemológicas. **Revista iberoamericana de ciencia tecnología y sociedad**, v. 2, n. 6, p. 137-157, 2005. Disponível em: <

http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-00132005000300008 >. Acesso em: Abril/2017.

SCHWARTZ, S. H. Are there universal aspects in the structure and contents of human values? **Journal of Social Issues**, v. 50, n. 4, p. 19-45, 1994.

SELLI, L.; GARRAFA, V.; JUNGES, J. R. Beneficiários do trabalho voluntário: uma leitura a partir da bioética. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 6, p. 1085-1089, 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000600015 >. Acesso em Março/2017.

SHIMAKURA, S.E. Coeficiente de determinação. Paraná: Dep. de Estatística – UFPR: 71-78. 2006.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 3º Ed. Ver. Atual. 2005.

SILVA, G. C. da; KEMP, V. H; FREITAS, M. N. C; BRIGHENTI, C. R. G. Significado do trabalho voluntário empresarial. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 157-169, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572015000200006>. Acesso em Abril/2017.

SILVA, N. M. F. T. da; VILLELA, L. E. **Fatores motivacionais no trabalho voluntário: Uma análise dialética à luz da sociedade pós-insdustrial**, 2008. Disponível em: < http://old.angrad.org.br/_resources/_circuits/article/article_1106.pdf >. Acesso em: 21 dez. 2014.

SILVEIRA, J. D. **Trabalho voluntário: da filantropia à cidadania**. IN: Perez, C., & Junqueira, L. P. (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

SIMIONATTO, I. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: LUIZ, D. E. C. (org.). *Sociedade Civil e Democracia: expressões contemporâneas*. São Paulo: Veras, 2010.

SMITH, D. H. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. V. 20 N. 2, Summer 1991, pp.137-50.

SOARES, V. B.; CASTRO, D. C de. Ou Isto ou Aquilo? A Integração entre Pesquisa Qualitativa e Quantitativa em Estudos Organizacionais no Brasil. **VII Encontro de Estudos**

Organizacionais da ANPAD. Curitiba/PR, 2012. Disponível em:<
http://www.anpad.org.br/adm/pdf/2012_EnEO133.pdf> Acesso em Mai 2017.

SOUZA, V. A. de. Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 27, p. 211-214, Nov. 2006. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200016> Acesso em Set 2017.

SOUZA, C. B.; BACALHAU, M. do R. N.; MOURA, M. de J.; VOLPI, J. H.; MARQUES, S.; RODRIGUES, M. R. G. **Aspectos da motivação para o trabalho voluntário com doentes oncológicos: um estudo colaborativo entre Brasil e Portugal.** Instituto Português de Oncologia – Lisboa, Portugal. Universidade Metodista de São Paulo, Brasil. PSICOLOGIA, SAÚDE & DOENÇAS, 2003, 4 (2), 267-276

SOUZA, W. J. de; CARVALHO, V. D. de. **Elementos do comportamento organizacional no trabalho voluntário: motivação na Pastoral da Criança à luz da teoria da expectância.** Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração e Pesquisa-Enanpad, v. 30, 2006.

SOUZA, L.F de; COSTA, H. G. MOTIVAÇÃO PARA O VOLUNTARIADO - UMA ANÁLISE DE SUA EVOLUÇÃO NA LITERATURA. In: IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão. ISSN 1984-9354. UFF/ Rio de Janeiro. 2013. Disponível em:<
<http://www.inovarse.org/filebrowser/download/15613>>. Acesso em Maio/2017.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C.; DESLANDES, S. F.; Veiga, J. P. **Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos.** In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 133-156, 2005.

SOUZA, Luccas Melo de; LAUTERT, Liana. Trabalho voluntário: uma alternativa para a promoção da saúde de idosos. **Rev Esc Enferm USP**, v. 42, n. 2, p. 371-376, 2008. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000200022>. Acesso em Abril/ 2017.

SOUZA, L. M de; LAUTERT, L; HILLESHEIN, E. F. Trabalho voluntário, características demográficas, socioeconômicas e autopercepção da saúde de idosos de Porto Alegre. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 3, p. 561-569, 2010. Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300003>. Acesso em Abril/ 2017.

SOUZA; W. J.; MEDEIROS, J. P. **Trabalho Voluntário: motivos para sua realização.** Revista de Ciências da Administração. V. 14, nº 33, p. 93-102, 2012.

SOUZA, W. J. de. DIAS, T. F.; MOURA, L. R.; CUNHA, A. S. R. Elementos do Trabalho Voluntário: motivos e expectativas na Pastoral da Criança. **Espacios**, v. 33, n. 9, p. 14, 2012.

TAMAYO, A.; PASCHOAL, T. Impacto dos Valores Laborais e da Interferência da Família: Trabalho no Estresse Ocupacional. *Psic.: Teor. E Pesq.*, n.21, v.2, maio, 2005, p.173-180. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000200007>. Acesso em: Janeiro/2017.

TEODÓSIO, A. dos S. Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social. **XXVI ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais... Recife: ANPAD**, 2002. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-gpg-1872.pdf>>. Acesso em Janeiro/2017.

TRIGUEIRO, R. P.C. **Percepções das relações entre trabalho remunerado e trabalho voluntário**: um estudo com voluntários da Pastoral da Criança. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

TOCQUEVILLE, A. de. Da democracia na América. 3a edição. **Porto: Res**, 2005.

UNGER, L.S. Altruism as a motivation to volunteer. **Journal of Economic Psychology**, 12, 71-100. 1991.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. Voice and equality: Civic voluntarism in American politics. Cambridge: Harvard University Press. 1995.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WEISBROD, Burton. The voluntary nonprofit sector. Lexington, Ma: Lexington Books, 1977.

WHITELEY, P.F., PATTIE, C.; SEYD, P. Citizen Audit of Great Britain, 2000-2001. Colchester, Essex: UK Data Archive [distribuidor], March 2005. SN: 5099, <http://dx.doi.org/10.5255/UKDA-SN-5099-1>.

WILSON, J. Volunteering. *Annual Review of Sociology*, 26, pp 215-240, 2000.

ANEXO 1: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA MOTIVAÇÃO VOLUNTÁRIA

Esta pesquisa busca conhecer a relação entre motivações para ser voluntário e atitudes/comportamentos cidadãos. Por favor, leia as sentenças abaixo para responder às perguntas a seguir. Utilize a escala de 1 a 10 para concordar ou discordar de cada uma delas. Não há respostas certas ou erradas.

“Por que eu permaneço na _____?”

Porque tenho conseguido ajudar pessoas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque tenho levado esperança aos menos favorecidos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque vejo que as pessoas que ajudo tem tido oportunidade de viver melhor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque considero meu trabalho importante	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque sinto que estou ajudando as comunidades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque estou corrigindo injustiças sociais nas comunidades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque estou com pessoas com os mesmos interesses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque sinto que estou fazendo parte de um grupo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Permaneço na _____ porque estou fazendo novos amigos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Permaneço na _____ porque estou convivendo com outras pessoas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque estou aprendendo a lidar com pessoas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque estou aprendendo novos conhecimentos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque estou tendo novos desafios e experiências	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Permaneço na _____ Porque estou aprendendo algo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Permaneço na _____ Porque estou sendo reconhecido	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Permaneço na _____ porque estou preenchendo tempo livre	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque estou me sentindo melhor como pessoa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Permaneço na _____ porque estou com boa autoestima	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Porque me sinto importante fazendo este trabalho	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Idade: _____

Gênero:

☐ Masculino ☐ Feminino

Qual o seu estado civil?

- a) Solteiro(a).
- b) Casado(a).
- c) Separado(a)/Divorciado(a).
- d) Viúvo(a).

Formação acadêmica:

- a) Fundamental Incompleto
- b) Fundamental Completo
- c) Médio Incompleto
- d) Médio Completo
- e) Superior Incompleto
- f) Superior Completo
- g) Pós-graduado

Renda familiar
mensal? _____

Qual a sua ocupação

- a) Autônomo.

b) Servidor público.

c) Empregado de empresa privada.

d) Aposentado.

e) Dona de casa.

f) Estudante.

g) Outra:

Algun outro familiar fez/faz trabalhos voluntários?

☐ SIM ☐ NÃO

Algun amigo fez/faz trabalhos voluntários?

☐ SIM ☐ NÃO

Já participou de outro trabalho voluntário?

☐ SIM ☐ NÃO

É voluntário em outra instituição?

☐ SIM ☐ NÃO

Foi convidado por alguém a se juntar à atividade?

☐ SIM ☐ NÃO

ANEXO 2: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA CIDADANIA

“Cidadania”

O governo deve fornecer habitação para aqueles que não podem pagar.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
O governo deve reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
É responsabilidade do governo fornecer um trabalho para todos aqueles que desejam um.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Os indivíduos que podem pagar devem arcar com o custo relacionado à sua própria saúde quando eles estão doentes.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
É dever de todo cidadão votar em eleições.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Acho importante obedecer às leis.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Costumo acompanhar e fiscalizar o trabalho dos políticos eleitos.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Diante de alguma irregularidade na administração dos recursos públicos, busco denunciar aos órgãos de direitos.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As pessoas não devem confiar no Estado para garantir a sua própria aposentadoria.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
O governo tem o dever de disponibilizar educação para todas as pessoas, independente de sua classe social.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Acredito que o direito da igualdade deve respeitar as diferenças entre as pessoas.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A privacidade das nossas residências não pode ser violada, exceto em situações de perigo.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

(a) Você pertence a uma rede informal de amigos ou conhecidos com quem você tem contato com regularidade (por exemplo, grupo de pais ou de crianças, associação de bairros?)

() SIM () NÃO

(b) Além da sua família, você dá apoio às pessoas doentes, vizinhos idosos ou conhecidos sem fazê-lo através de uma instituição?

() SIM () NÃO

"Durante os últimos doze meses você fez alguma das ações seguintes para influenciar leis ou políticas?"

Doou dinheiro para uma organização ()

Votou em uma eleição do governo local ()

Assinou uma petição ()

Boicotou certos produtos ()

Arrecadou fundos para uma organização ()

Comproou certos produtos por motivos políticos, éticos ou ambientais ()

Contatou um funcionário público ()

Usou ou exibiu um crachá ou adesivo de campanha ()

Contatou um procurador ou órgão judicial ()

Contatou um político ()

Contatou uma organização ()

Contatou a mídia ()

Assistiu a uma reunião política ()

Participou de uma demonstração pública ()

Formou um grupo de pessoas de mesma opinião ()

Participou de uma greve ()

Participou de atividades de protesto ilegais ()

APÊNDICE 1

DIREITOS SOCIAIS 1 (CID1)		
Altruísta 1	Coeficiente de correlação	0,184**
	Sig. (2-tailed)	0,006
Altruísta 2	Coeficiente de correlação	0,212**
	Sig. (2-tailed)	0,001
Altruísta 3	Coeficiente de correlação	0,234**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Altruísta 4	Coeficiente de correlação	0,180**
	Sig. (2-tailed)	0,007
Justiça Social 1	Coeficiente de correlação	0,199**
	Sig. (2-tailed)	0,003
Justiça Social 2	Coeficiente de correlação	0,271**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Justiça Social 3	Coeficiente de correlação	0,265**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Justiça Social 4	Coeficiente de correlação	0,288**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Afiliação 1	Coeficiente de correlação	0,230**
	Sig. (2-tailed)	0,001
Afiliação 2	Coeficiente de correlação	0,140*
	Sig. (2-tailed)	0,37
Aprendizagem 2	Coeficiente de correlação	0,145*
	Sig. (2-tailed)	0,31
Egoísmo 4	Coeficiente de correlação	0,198**
	Sig. (2-tailed)	0,003
Egoísmo 5	Coeficiente de correlação	0,150*
	Sig. (2-tailed)	0,025

DIREITOS SOCIAIS 2 (CID2)		
Altruísta 2	Coeficiente de correlação	170*
	Sig. (2-tailed)	0,011
Altruísta 3	Coeficiente de correlação	0,137*
	Sig. (2-tailed)	0,041
Altruísta 4	Coeficiente de correlação	0,182**
	Sig. (2-tailed)	0,006
Justiça Social 1	Coeficiente de correlação	0,147*
	Sig. (2-tailed)	0,029
Justiça Social 2	Coeficiente de correlação	0,205**
	Sig. (2-tailed)	0,002
Justiça Social 3	Coeficiente de correlação	0,235**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Justiça Social 4	Coeficiente de correlação	0,315**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Afiliação 1	Coeficiente de correlação	0,207**
	Sig. (2-tailed)	0,002
Afiliação 3	Coeficiente de correlação	0,158*
	Sig. (2-tailed)	0,019
Afiliação 4	Coeficiente de correlação	0,223**
	Sig. (2-tailed)	0,001
Aprendizagem 1	Coeficiente de correlação	0,223**
	Sig. (2-tailed)	0,001
Aprendizagem 2	Coeficiente de correlação	0,278**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Aprendizagem 4	Coeficiente de correlação	0,155*
	Sig. (2-tailed)	0,021
	Coeficiente de correlação	0,213**

Egoísmo 1		
	Sig. (2-tailed)	0,001
Egoísmo 2	Coeficiente de correlação	0,225**
	Sig. (2-tailed)	0,001
Egoísmo 4	Coeficiente de correlação	0,223**
	Sig. (2-tailed)	0,001
Egoísmo 5	Coeficiente de correlação	0,214**
	Sig. (2-tailed)	0,001

DIREITOS SOCIAIS 3 (CID3)		
Altruísta 2	Coeficiente de correlação	0,174**
	Sig. (2-tailed)	0,009
Altruísta 3	Coeficiente de correlação	0,180**
	Sig. (2-tailed)	0,007
Altruísta 4	Coeficiente de correlação	0,140*
	Sig. (2-tailed)	0,038
Justiça Social 1	Coeficiente de correlação	0,237**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Justiça Social 2	Coeficiente de correlação	0,314**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Justiça Social 3	Coeficiente de correlação	0,242**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Justiça Social 4	Coeficiente de correlação	0,287**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Afiliação 1	Coeficiente de correlação	0,342**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Afiliação 2	Coeficiente de correlação	0,286**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Afiliação 3	Coeficiente de correlação	0,173**
	Sig. (2-tailed)	0,010
	Coeficiente de correlação	0,184**

Afiliação 4		
	Sig. (2-tailed)	0,006
Aprendizagem 1	Coeficiente de correlação	0,161*
	Sig. (2-tailed)	0,016
Aprendizagem 2	Coeficiente de correlação	0,172*
	Sig. (2-tailed)	0,010
Aprendizagem 3	Coeficiente de correlação	0,156*
	Sig. (2-tailed)	0,020
Aprendizagem 4	Coeficiente de correlação	0,152*
	Sig. (2-tailed)	0,023
Egoísmo 1	Coeficiente de correlação	0,209**
	Sig. (2-tailed)	0,002
Egoísmo 2	Coeficiente de correlação	0,210**
	Sig. (2-tailed)	0,002
Egoísmo 4	Coeficiente de correlação	0,297**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Egoísmo 5	Coeficiente de correlação	0,200**
	Sig. (2-tailed)	0,003

DIREITOS POLÍTICOS 1 (CID7)		
Altruísta 2	Coeficiente de correlação	0,201**
	Sig. (2-tailed)	0,003
Altruísta 3	Coeficiente de correlação	0,159*
	Sig. (2-tailed)	0,018
Justiça Social 2	Coeficiente de correlação	0,147*
	Sig. (2-tailed)	0,029
Justiça Social 3	Coeficiente de correlação	0,146*
	Sig. (2-tailed)	0,035
Justiça Social 4	Coeficiente de correlação	0,157*
	Sig. (2-tailed)	0,019

Afiliação 1	Coeficiente de correlação	0,209**
	Sig. (2-tailed)	0,002
Afiliação 3	Coeficiente de correlação	0,194**
	Sig. (2-tailed)	0,004
Afiliação 4	Coeficiente de correlação	0,183**
	Sig. (2-tailed)	0,006
Aprendizagem 1	Coeficiente de correlação	0,188**
	Sig. (2-tailed)	0,005
Aprendizagem 2	Coeficiente de correlação	0,171*
	Sig. (2-tailed)	0,011
Egoísmo 1	Coeficiente de correlação	0,183**
	Sig. (2-tailed)	0,006
Egoísmo 2	Coeficiente de correlação	0,271**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Egoísmo 4	Coeficiente de correlação	0,150*
	Sig. (2-tailed)	0,025
Egoísmo 5	Coeficiente de correlação	0,226**
	Sig. (2-tailed)	0,001

DIREITOS POLÍTICOS 2 (CID8)		
Altruísta 2	Coeficiente de correlação	0,189**
	Sig. (2-tailed)	0,005
Altruísta 3	Coeficiente de correlação	0,271**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Altruísta 4	Coeficiente de correlação	0,140*
	Sig. (2-tailed)	0,037
Justiça Social 1	Coeficiente de correlação	0,159*
	Sig. (2-tailed)	0,018
Justiça Social 2	Coeficiente de correlação	0,138*
	Sig. (2-tailed)	0,039

Justiça Social 3	Coeficiente de correlação	0,185**
	Sig. (2-tailed)	0,006
Justiça Social 4	Coeficiente de correlação	0,203**
	Sig. (2-tailed)	0,002
Afiliação 1	Coeficiente de correlação	0,215**
	Sig. (2-tailed)	0,001
Afiliação 2	Coeficiente de correlação	0,188**
	Sig. (2-tailed)	0,005
Afiliação 3	Coeficiente de correlação	0,254**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Afiliação 4	Coeficiente de correlação	0,199**
	Sig. (2-tailed)	0,003
Aprendizagem 2	Coeficiente de correlação	0,141*
	Sig. (2-tailed)	0,036
Egoísmo 1	Coeficiente de correlação	0,174**
	Sig. (2-tailed)	0,010
Egoísmo 2	Coeficiente de correlação	0,177**
	Sig. (2-tailed)	0,008
Egoísmo 4	Coeficiente de correlação	0,183**
	Sig. (2-tailed)	0,006
Egoísmo 5	Coeficiente de correlação	0,153*
	Sig. (2-tailed)	0,023

DIREITOS CIVIS 1 (CID11)		
Altruísta 2	Coeficiente de correlação	0,224**
	Sig. (2-tailed)	0,001
Altruísta 3	Coeficiente de correlação	0,225**
	Sig. (2-tailed)	0,001
	Coeficiente de correlação	0,204**

Altruísta 4	Sig. (2-tailed)	0,002
Justiça Social 1	Coeficiente de correlação	0,187**
	Sig. (2-tailed)	0,005
Justiça Social 2	Coeficiente de correlação	0,235**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Justiça Social 3	Coeficiente de correlação	0,269**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Justiça Social 4	Coeficiente de correlação	0,267**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Afiliação 1	Coeficiente de correlação	0,179**
	Sig. (2-tailed)	0,008
Afiliação 2	Coeficiente de correlação	0,181**
	Sig. (2-tailed)	0,007
Afiliação 4	Coeficiente de correlação	0,134*
	Sig. (2-tailed)	0,047
Aprendizagem 1	Coeficiente de correlação	0,263**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Aprendizagem 2	Coeficiente de correlação	0,176**
	Sig. (2-tailed)	0,009
Aprendizagem 3	Coeficiente de correlação	0,241**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Aprendizagem 4	Coeficiente de correlação	0,266**
	Sig. (2-tailed)	0,000
Egoísmo 1	Coeficiente de correlação	0,140*
	Sig. (2-tailed)	0,037
Egoísmo 4	Coeficiente de correlação	0,160*
	Sig. (2-tailed)	0,017
Egoísmo 5	Coeficiente de correlação	0,140*
	Sig. (2-tailed)	0,037

DIREITOS CIVIS 2 (CID12)		
Altruísta 3	Coeficiente de correlação	0,184**
	Sig. (2-tailed)	0,006
Justiça Social 1	Coeficiente de correlação	0,197**
	Sig. (2-tailed)	0,003
Aprendizagem 2	Coeficiente de correlação	0,143*
	Sig. (2-tailed)	0,033
Aprendizagem 3	Coeficiente de correlação	0,201**
	Sig. (2-tailed)	0,003
Aprendizagem 4	Coeficiente de correlação	0,144*
	Sig. (2-tailed)	0,032